

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 30 de Novembro de 2007**

**Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Novembro

## Índice

<b>Sem-terra ocupam Incra em Brasília</b> - Luiz Weber, Elder Ogliari e Miguel Portela – Estado de São Paulo – Nacional – 01/11/2007.....	7
<b>Corpos de mortos em confronto vão ser exumados no Paraná</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 01/11/2007 .....	8
<b>Operação flagra carvoaria ilegal em Rio Bonito</b> – O Globo - Rio - 01/11/2007.....	8
<b>Cresce número de assentados em universidades</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 02/11/2007 .....	9
<b>Paz no Campo prega reação ao MST</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 03/11/2007.....	10
<b>Prédio do Incra no DF é desocupado</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 03/11/2007 ..	12
<b>Invasores de terra diminuem com avanço do Bolsa Família</b> – Leandro Beguoci – Folha de São Paulo – Brasil – 04/11/2007 .....	13
<b>Bolsa Família esvazia MST, dizem analistas</b> – Mauricio Puls – Folha de São Paulo – Brasil – 04/11/2007 .....	14
<b>Por "dinheirinho", sem-terra decidem se "aquietar" em PE</b> – Fábio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 04/11/2007 .....	16
<b>Balanço de assentados gera polêmica desde 2002</b> – Rubens Valente – Folha de São Paulo – Brasil – 04/11/2007 .....	17
<b>MST enfrenta desistências em Ribeirão</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 04/11/2007 ....	18
<b>Cultivo de banana tem trabalho degradante</b> – Fatima Fernandes e Claudia Rolli – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/11/2007.....	19
<b>Assentado usa criança em carvoaria</b> - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 05/11/2007 .....	21
<b>Dirigente do Incra nega irregularidade e acusa fazendeiros</b> - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 05/11/2007.....	22
<b>Justiça gaúcha mantém bloqueio a marcha do MST</b> - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 05/11/2007 .....	24
<b>Lavoura arcaica</b> – Fernando de Barros e Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 05/11/2007 .....	24

<b>Incra vai expulsar sem-terra que derruba mata</b> - João Naves – estado de São Paulo – Nacional – 06/11/2007 .....	25
<b>Nota do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incra</b> – Sítio Eletrônico do MD – 06/11/2007 .....	26
<b>Notas de solidariedade ao MST e/ou repúdio a Syngenta</b> – Sítio Eletrônico do MST – 06/11/2007 .....	27
<b>Na Espanha, movimentos sociais encaminham nota à Syngenta</b> – Sítio Eletrônico do MST – 06/11/2007.....	36
<b>MST retoma marcha rumo a cidade gaúcha</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 07/11/2007 .....	37
<b>Imposto espúrio</b> – O Globo – Opinião – Editorial – 07/11/2007 .....	37
<b>Movimentos sociais ouvidos pelo presidente e ministros</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 07/11/2007 .....	38
<b>Sem-terra fecham ferrovia e depredam dois trens da Vale</b> - Carlos Mendes, Kelly Lima e Wilson Tosta – Estado de São Paulo – Nacional – 08/11/2007 .....	38
<b>Lula recebe MST, mas evita fazer promessa</b> - Leonencio Nossa – estado de São Paulo – Nacional – 08/11/2007 .....	39
<b>'Quem está mais à esquerda é o Meirelles'</b> - Leonencio Nossa e Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Nacional – 08/11/2007.....	40
<b>MST e Via Campesina voltam a bloquear a ferrovia da Vale do Rio Doce no Pará</b> – Felipe Bächtold – Folha de São Paulo – Brasil – 08/11/2007 .....	40
<b>Lula encerra encontro com MST após invasão</b> – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 08/11/2007 .....	41
<b>Missão dos EUA discutirá tema em visita ao país</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 08/11/2007 .....	42
<b>MST ocupa e depreda ferrovia da Vale no Pará</b> – O Globo – O País – 08/11/2007.....	43
<b>Estrada de Ferro Carajás (PA) é desocupada</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 08/11/2007 .....	44
<b>Na moita com o MST</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 09/11/2007.....	44

<b>Sem-terra deixam ferrovia da Vale</b> - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 09/11/2007 .....	46
<b>Ferrovia da Vale é desbloqueada por sem-terra</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 09/11/2007 .....	46
<b>MST desocupa ferrovia da Vale no PA</b> – O Globo – O País – 09/11/2007 .....	47
<b>Governo Lula desmobilizou movimentos dos sem-terra</b> – Valor Econômico – Opinião - 09/11/2007 .....	48
<b>MST retoma marchas pelo Rio Grande do Sul</b> - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 10/11/2007 .....	49
<b>Sem-terra ocupam área em SP</b> - Chico Siqueira – Estado de São Paulo – Nacional – 10/11/2007 .....	50
<b>Índios se associam a garimpeiros para explorar diamantes em reserva</b> - Vannildo Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 11/11/2007 .....	51
<b>Exploradores driblam barreiras da PF</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 11/11/2007 .....	53
<b>Jazidas mapeadas são as maiores do mundo</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 11/11/2007 .....	54
<b>Governo cria núcleo contra violência em assentamentos</b> – O Globo – Capa – 12/11/2007 .....	55
<b>O conflito dos sem-terra</b> – Evandro Éboli - O Globo – O País – 12/11/2007 .....	55
<b>Invasões e mortes</b> – Evandro Éboli – O Globo – O País – 12/11/2007 .....	57
<b>MST intensificou invasões este ano</b> – Evandro Éboli – O Globo – O País – 12/11/2007 .....	57
<b>MST encerra marcha no RS após acordo</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 13/11/2007 .....	58
 <b>Segunda Quinzena</b>	
<b>São Paulo supera PE e lidera ranking de invasões de terra</b> - Eduardo Scoles – Folha de São Paulo – Brasil – 16/11/2007 .....	59
<b>MST diz protestar contra avanço da cana em SP</b> – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 16/11/2007 .....	60
<b>Lavradores invadem incra em fortaleza</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 16/11/2007 .....	61

<b>Área irrigada é disputada por MST e empresas – Folha de São Paulo – Brasil – 18/11/2007 .....</b>	<b>62</b>
<b>Plantação de eucalipto tinha mão-de-obra escrava no RS - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 20/11/2007 .....</b>	<b>62</b>
<b>Coordenador do CIMI alerta para a situação dos Guarani-Kaiowá – Sítio Eletrônico da CPT – 20/11/2007 .....</b>	<b>63</b>
<b>Sem-terra invadem prédio do Incra em Maceió - Felipe Bächtold – Folha de São Paulo – Nacional – 20/11/2007 .....</b>	<b>64</b>
<b>Polícia prende suspeitos de extorsão a fazendeiros no PA – Silvia Freire – Folha de São Paulo – Nacional – 20/11/2007 .....</b>	<b>65</b>
<b>Grupo é achado em condições degradantes em madeireira – Folha de São Paulo – Nacional – 20/11/2007 .....</b>	<b>66</b>
<b>General critica a retirada de agricultores de área indígena – Folha de São Paulo – Nacional – 20/11/2007 .....</b>	<b>66</b>
<b>MST invade outra área em Araçatuba – Estado de São Paulo – Nacional – 22/11/2007</b>	<b>67</b>
<b>Benditas foices que roçaram eucaliptos – Frei Pilato Pereira – Sítio Eletrônico da CPT – 22/11/2007 .....</b>	<b>67</b>
<b>Operação “Paz no Campo” tortura trabalhadores no Pará – Sítio Eletrônico do MST – 22/11/2007 .....</b>	<b>68</b>
<b>Blitz vê trabalho infantil em fazenda de laranja – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/11/2007.....</b>	<b>71</b>
<b>Sem Terra ocupam área símbolo do agronegócio em Andradina, SP – Sítio Eletrônico do MST – 23/11/2007.....</b>	<b>71</b>
<b>Sem-Terra Invadem Fazenda em São Paulo – Folha de São Paulo – Brasil – 24/11/2007 .....</b>	<b>72</b>
<b>Fiscais flagram até crianças em fazendas – Estado de São Paulo – Nacional – 25/11/2007 .....</b>	<b>72</b>
<b>Fazendas de Beira-Mar vão para sem-terras - Evandro Éboli – O Globo – O País – 25/11/2007 .....</b>	<b>73</b>
<b>Terras são próprias para plantio e bem localizadas – O Globo – O País – 25/11/2007.</b>	<b>73</b>

<b>Em áreas férteis, à espera do assentamento</b> - Evandro Éboli – O Globo – O País – 25/11/2007 .....	74
<b>Nunca fomos tão participativos</b> - Ermínia Maricato – Agência Carta Maior – 26/11/2007 .....	75
<b>Deputados ignoram acordo entre Lula e indígenas</b> – Sítio Eletrônico da CPT – 26/11/2007 .....	79
<b>Operação Paz no Campo tortura lavradores no sul do Pará</b> – Sítio Eletrônico da Contg - 27/11/2007.....	80
<b>Agricultores barram entrada do Incra no DF</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 27/11/2007 .....	80
Via Campesina debate desafios para os movimentos sociais do campo – Sítio Eletrônico do MST – 28/11/2007.....	81
<b>Dirigente nacional do MST é baleado em ação de despejo em Limeira (SP)</b> - Verena Glass - Carta Maior – 29/11/2007 .....	82
<b>Lei antiterror é reduzida para proteger movimentos</b> - Sônia Filgueiras – Estado de São Paulo – Nacional – 29/11/2007 .....	84
<b>PM usa bala de borracha em despejo de sem-terra</b> - Tatiana Favaro – Estado de São Paulo – Nacional – 30/11/2007 .....	84
<b>Reintegração deixa mais de 20 feridos em Limeira, diz MST</b> – Mauricio Simionato – Folha de São Paulo – Brasil – 30/11/2007 .....	86
<b>Policial obriga fotógrafo a apagar imagem</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 30/11/2007.....	87
<b>Sem-terra enfrentam polícia durante desocupação em SP</b> – O Globo – O País – 30/11/2007 .....	87
<b>Savanização inevitável</b> - Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 30/11/2007.....	88
<b>Austrália: roqueiro será ministro ambiental</b> – O Globo – Ciência – 30/11/2007 .....	89
<b>Paraná tem a maior bancada ruralista na Câmara</b> – Solange Engelmann – Sítio Eletrônico do MST – 30/11/2007 .....	90

**Sem-terra ocupam Incra em Brasília** - Luiz Weber, Elder Ogliari e Miguel Portela – Estado de São Paulo – Nacional – 01/11/2007

Segundo MST, invasão é protesto contra inoperância do órgão em fazer a reforma agrária no DF e entorno

**Brasília** - Integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) ocuparam ontem de manhã a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Brasília. A ocupação, segundo nota do MST, foi um protesto contra a inoperância do instituto em relação à reforma agrária no Distrito Federal e entorno.

As principais reivindicações são recuperação de habitações rurais, assistência técnica para assentamentos e desapropriação de áreas que já estão liberadas para a reforma agrária, em alguns casos, há mais de 3 anos. Segundo a nota do MST, os sem-terra estão dispostos a permanecer no prédio até que o Incra tome providências concretas.

Em abril, sem-terra já tinham ocupado o Incra. Reivindicavam uma série de ações e a demissão do superintendente no Distrito Federal, Renato Lordello, que foi substituído.

**GASTO** - Em Porto Alegre, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul informou que já gastou R\$ 820 mil para proteger a Fazenda Coqueiros de invasões do MST este ano. “É um dinheiro que poderia ter sido usado para equipar a polícia”, criticou o subcomandante, coronel Paulo Roberto Mendes. “E os homens deslocados para vigiar o MST fazem falta no policiamento urbano.”

O líder do MST Paulo Mioranza questionou os gastos. Ele sugeriu que o Estado use o dinheiro para assentar famílias.

Desde 2004, o MST invadiu 8 vezes a fazenda, localizada em Coqueiros do Sul. Os donos acusam sem-terra pelos incêndios de galpões e tratores e pela derrubada de árvores no período.

Em setembro, militantes do MST começaram uma marcha em direção à fazenda para pressionar o governo a desapropriá-la. Segundo Mendes, a Brigada precisa manter 300 homens na região para garantir o cumprimento de liminar da juíza Marlene Marlei de Souza que proíbe o MST de entrar nos 5 municípios da comarca de Carazinho, entre eles Coqueiros do Sul.

A marcha está parada desde segunda-feira, fora dos limites da comarca de Carazinho. Os sem-terra anunciaram que não vão se movimentar antes do dia 6, quando terão audiência com o Incra para tratar dos assentamentos no Estado.

**EXUMAÇÃO** - No Paraná, a juíza da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cascavel, Sandra Regina Bittencourt Simões, determinou a exumação dos corpos do sem-terra Valmir

Motta de Oliveira e do segurança Fábio Ferreira, mortos em confronto na Fazenda Syngenta, em 21 de outubro, em Santa Tereza do Oeste.

A exumação foi pedida pelo Ministério Público Estadual, que considera os laudos falhos e quer esclarecer se houve execução das vítimas, uma das linhas de investigação da polícia. A exumação deve ocorrer até sábado.

### **Corpos de mortos em confronto vão ser exumados no Paraná – Folha de São Paulo – Brasil – 01/11/2007**

COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM CASCAVEL - A Justiça do Paraná autorizou a exumação dos corpos do líder sem terra Valmir Mota de Oliveira e do segurança Fábio Ferreira, mortos no dia 21 em confronto na fazenda experimental da multinacional suíça Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste (541 km de Curitiba). As exumações devem ocorrer no fim de semana.

Em despacho, a juíza Sandra Simões, da 1ª Vara Criminal de Cascavel, que atendeu a pedido da Promotoria do Paraná, disse que os laudos de necropsia "são omissos e dificultam sobremaneira a coleta da verdade material".

Os laudos do IML de Cascavel não detalham o ângulo provável das entradas dos projéteis, informação fundamental para apurar de onde partiram os tiros. No inquérito que apura o confronto, a mulher do segurança e outras testemunhas disseram que Ferreira tinha lesões nas costas -informações que não constam do laudo. Os exames de balística que devem apontar os calibres das armas serão feitos pelo Instituto de Criminalística, em Curitiba. **(LUIZ CARLOS DA CRUZ)**

### **Operação flagra carvoaria ilegal em Rio Bonito – O Globo - Rio - 01/11/2007**

Envolvidos estavam derrubando áreas de Mata Atlântica Ronaldo Braga Depois de quase dois meses de investigações, a Coordenadoria Integrada de Combate aos Crimes Ambientais (Cicca) e a Secretaria estadual do Ambiente realizaram uma operação em Rio Bonito e na localidade de Tanguá, ontem pela manhã, quando foram destruídos 23 fornos que produziam carvão ilegalmente e cerca de 50 sacos de carvão, com dez quilos cada um, que seriam vendidos irregularmente em mercados da região.

As investigações da Cicca contaram com imagens de satélite, que constataram o desmatamento de áreas da Mata Atlântica, junto à nascente do Rio Caceribu, para alimentar as carvoarias, além de provocar queimadas e destruir a mata ciliar de proteção das margens do rio, apontado como o principal do município. Ninguém foi encontrado no local. Mas, segundo o secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc, que participou da blitz, cerca de cem pessoas, entre proprietários dos terrenos e operadores, já estão identificados e serão enquadrados em cinco artigos da Lei de Crimes Ambientais (número 9605/98). Além de



pagar multa, os criminosos serão obrigados a restaurar a mata suprimida. Os comerciantes que compraram o carvão também serão identificados.

Os responsáveis poderão ser condenados a pena de três meses a um ano de prisão. — A falta d' água que atingiu as regiões de Itaboraí, São Gonçalo e Niterói e as queimadas que vêm ocorrendo, por conta da estiagem prolongada, têm alguma relação com essas carvoarias ilegais. Esses fornos estavam localizados muito próximos da nascente do Rio Caceribu, destruindo o meio ambiente — disse Minc. Helicópteros ajudam a fazer levantamento Os responsáveis responderão a acusações baseadas nos artigos 38 (destruir floresta de preservação permanente), com pena de um a três anos de reclusão; 39 (cortar árvores de florestas sem permissão), de um a três anos; 41 (provocar incêndio em mata ), de dois a quatro anos; 44 (extrair floresta em área de preservação), pena de um ano; 45 (cortar madeira para fazer carvão), de um a dois anos de reclusão; e 46 (adquirir, receber para fins comerciais, madeira de área preservada), de um a dois anos de detenção. A operação de ontem contou com dois helicópteros do Grupamento Aero-Marítimo (GAM) da PM e 33 integrantes do Batalhão de Polícia Florestal e de Meio Ambiente; do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e da Cicca. Os helicópteros do GAM sobrevoaram a região e averiguaram a prática ilegal da produção de carvão, além de focos de queimadas.

### **Cresce número de assentados em universidades - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 02/11/2007**

No governo Lula, universitários em assentamentos passaram de 762 para 3.500

Nos quase cinco anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o número de assentados da reforma agrária matriculados em cursos especiais nas universidades públicas e comunitárias do País cresceu 4,6 vezes. Em 2003, o primeiro ano de Lula na Presidência, existiam 762 assentados matriculados nos cursos especiais; hoje o número gira em torno de 3.500, de acordo com estimativas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

As verbas do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), de onde saem os recursos destinados às universidades que criam os cursos especiais, cresceram quase na mesma proporção. Passaram de R\$ 1,7 milhão em 2003 para R\$ 6,3 milhões no ano passado. Neste ano, de acordo com estimativas iniciais, o total de recursos ultrapassará a casa dos R\$ 7 milhões.

O Pronera, que existe desde 1998, nunca tinha experimentado taxas de expansão tão altas. Ele funciona por meio de convênios realizados entre o Incra e as universidades. No momento, estão em funcionamento convênios com 20 universidades. A maioria delas oferece cursos de pedagogia. Mas também existem turmas de direito, agronomia, geografia, letras, história e ciências agrárias.

A partir de janeiro mais duas universidades federais - em Pelotas, no Rio Grande do Sul, e São Carlos, no interior paulista (leia abaixo) - serão incorporadas à lista. A escola gaúcha oferecerá o primeiro curso de veterinária do País dedicado exclusivamente a assentados.

De acordo com explicações da coordenadora geral do setor de educação no campo e de cidadania do Incra, Clarisse Aparecida dos Santos, a criação dos cursos é definida com a participação dos movimentos sociais ligados à questão agrária, dos conselhos das universidades e do Incra. Os métodos de seleção, ainda segundo Clarisse, são definidos pelas próprias universidades e seguem os critérios comuns aos vestibulares. “Ninguém entra pela porta dos fundos”, afirma.

### **Paz no Campo prega reação ao MST - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 03/11/2007**

Organização que se diz herdeira da TFP classifica entidade de sem-terra de ‘movimento guerrilheiro em gestação’

O movimento que se denomina Paz no Campo - mantido por dissidentes da ultraconservadora organização Tradição Família e Propriedade (TFP) - está divulgando na internet, em feiras agropecuárias e encontros ruralistas uma série de publicações com ataques ao Movimento dos Sem-Terra (MST), à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e à Via Campesina. O carro-chefe das publicações é o Guia Preventivo Contra Invasões de Terras - que pode ser adquirido pela internet.

O guia não é vendido, mas o movimento pede a quantia de R\$ 20 para sua causa, “contra a reforma agrária socialista, confiscatória e anticristã”. A publicação contém várias orientações a ruralistas sobre o que fazer na iminência de uma invasão ou depois que ela ocorreu, com ênfase em ações judiciais e denúncias policiais.

Apesar do nome do movimento referir-se à paz e das recomendações aos ruralistas para que ajam dentro da lei, as publicações adotam linguagem belicosa. Na página de apresentação do movimento na internet ([www.paznocampo.org.br](http://www.paznocampo.org.br)) é possível ler: “Os inimigos estão em guerra permanente contra o campo.” No guia, a epígrafe diz: “Se você quer a paz, prepare a guerra.” Em seguida, vem o alerta: “Este é um combate desigual, pois os adversários são os subversivos MST, MLST, Via Campesina, CPT, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), etc., que pregam a desobediência civil e agem fora da lei.”

Outra publicação divulgada pelo movimento, com o título Pastoral da Terra e MST Incendeiam o País, classifica o MST de “movimento guerrilheiro em gestação”. Nesse processo de mudança, os líderes sem-terra estariam recebendo orientação das Forças

Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) - organização de inspiração comunista que hoje controla parte do território do país vizinho.

**‘MISSÃO DEMOLIDORA’** - Seguindo a tradição do fundador da TFP, Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995), os autores investem pesadamente contra setores do clero identificados com a Teologia da Libertação, que atuam em pastorais sociais da Igreja e entidades como CPT e Cimi. Depois de ter gestado o MST, essa “esquerda católica” - como os autores chamam tais setores - estaria ensinando princípios marxistas aos sem-terra, para que eles possam levar adiante a sua “missão demolidora”.

Não é só a invasão de fazendas por sem-terra que move o Paz no Campo. Em outra publicação do movimento - Trabalho Escravo, Nova Arma Contra a Propriedade Privada - afirma-se que as constantes denúncias de trabalhadores submetidos a condições análogas às da escravidão “não têm fundamento na realidade”. Não passariam de uma cilada contra o agronegócio, orientadas pelo “pensamento socialista-comunista”.

Os quilombolas também fariam parte de uma conspiração cujo objetivo é o confisco agrário e, em última instância, a implantação do coletivismo. Para o autor de A Revolução Quilombola, outra publicação divulgada pelo Paz no Campo, se não for derrubado o Decreto 4.887, de dezembro de 2003, que regulamentou o artigo da Constituição que garante aos quilombolas o direito à terra onde vivem, “o País poderá ser conduzido a uma luta fratricida”.

O Paz no Campo é mantido pela Associação dos Fundadores, que se apresenta como legítima herdeira do pensamento de Corrêa de Oliveira, o criador da TFP. Seu coordenador e porta-voz é o advogado Bertrand de Orleans e Bragança, apresentado como príncipe, por ser trineto de d. Pedro II e bisneto da princesa Isabel.

**INTOLERÂNCIA** - A assessoria do MST rebateu as acusações de que o movimento prega a violência e tende a se transformar numa organização guerrilheira. “O MST é um movimento popular, pacífico e legítimo de pobres do campo que defendem um processo amplo de reforma agrária, paz, justiça e mudanças na política econômica para garantir ao povo os direitos sociais previstos na Constituição, como educação, saúde, terra e trabalho”, disse a assessoria, em nota.

Ao se referir ao Paz no Campo, a assessoria ressaltou: “Precisamos lembrar que essa entidade nasceu do seio de uma das organizações mais conservadoras e violentas do país, a TFP, que apoiou e deu sustentação ao regime militar e não tem apreço pela democracia nem pela participação popular. A campanha dessa entidade contra os movimentos do campo demonstra seu sentimento de intolerância e truculência contra os trabalhadores sem-terra, em particular, e contra o povo brasileiro, em geral.”

## **Prédio do Incra no DF é desocupado** – Estado de São Paulo – Nacional – 03/11/2007

Manifestantes dizem que 75% das reivindicações foram atendidas

Os manifestantes - entre os quais integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) - que ocupavam o prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Brasília, desde quarta-feira, desocuparam o imóvel na noite de anteontem. A garagem, onde se concentrou parte dos manifestantes, foi a última área a ser liberada. Liminar da Justiça do Distrito Federal determinou a reintegração de posse, que só seria executada se os militantes não deixassem o prédio até ontem.

Segundo os militantes, depois de um dia de negociações com o Incra, 75% das reivindicações foram atendidas. Entre elas, a liberação de mais profissionais da área de assistência técnica para atuar nos assentamentos e um acordo para recadastrar 1,8 mil famílias que querem ser assentadas no Distrito Federal. O movimento reivindica a desapropriação de 40 fazendas improdutivas na região do DF e do entorno. O tema deve voltar a ser negociado na próxima semana.

**REIVINDICAÇÕES** - Cerca de 400 pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), ao MST e ao Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais (MATR) participaram da ocupação, segundo cálculo das próprias entidades. É a segunda vez este ano que movimentos ligados à reforma agrária ocupam a sede do Incra em Brasília.

A ocupação, segundo nota do MST, ocorreu em protesto contra a inoperância do instituto em relação à reforma agrária no Distrito Federal e entorno. As principais reivindicações são a recuperação das habitações rurais, assistência técnica para os assentamentos e a concretização da desapropriação de áreas que já estão liberadas para a reforma agrária - em alguns casos, há mais de 3 anos.

O líder do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, Wilnean de Melo, que participou da manifestação, disse que o órgão também “sinalizou com avanços” no que diz respeito à criação de uma linha de crédito para habitação, mas não adiantou detalhes. A assessoria de imprensa do MST confirmou a negociação.

O superintendente do Incra em Brasília, Herbert Lima, não foi encontrado para comentar as negociações.

**Entre 2003 e 2006, número de famílias acampadas caiu de 59 mil para 10 mil - Quantidade de invasões no período fica estável, mas menos pessoas participam delas; programa de Lula é visto como fator decisivo**

O Bolsa Família foi um fator determinante para o esvaziamento dos movimentos sem terra durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Levantamento da Folha com base em dados do Ministério do Desenvolvimento Social e da CPT (Comissão Pastoral da Terra) mostra que o número de famílias que invadiram terras no Brasil caiu de 65.552, em 2003, para 44.364, em 2006 -queda de 32,3%.

Nesse mesmo período, a quantidade de famílias sem terra acampadas despencou de 59.082 para 10.259 -uma diminuição de 82,6%. O único número que se manteve estável foi o de invasões, que oscilou de 391 em 2003 para 384 em 2006.

Segundo especialistas, isso significa que as famílias remanescentes têm de invadir mais propriedades para suprir a ausência das que deixaram os movimentos de sem-terra. Essa retração também foi acompanhada por uma diminuição do número de movimentos de trabalhadores sem terra -de 28, em 2003, para 17, em 2006. Ou seja, 11 organizações desapareceram durante o primeiro mandato de Lula, segundo dados do professor Bernardo Mançano, da Unesp.

No ano passado, 10,9 milhões de casas brasileiras receberam o Bolsa Família, programa assistencial que paga entre R\$ 15 e R\$ 95 por família. Em 2003, eram 3,6 milhões. Os recursos destinados ao programa passaram de R\$ 570,1 milhões para R\$ 7,5 bilhões no período.

Mas, para obter o benefício, a família precisa preencher um cadastro informando as características de seu domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo) e cumprir algumas condições (manter as crianças na escola, seguir o calendário de vacinação e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação). São exigências que dificultam muito a concessão a famílias acampadas, que não têm endereço.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma das principais razões para o esvaziamento dos movimentos sem terra é a política de reforma agrária do governo. A pasta não contesta a influência do Bolsa Família, mas afirma que assentou 381,4 mil novas famílias no campo entre 2003 e 2006 e investiu R\$ 8,2 bilhões nesses projetos. Reportagens da Folha publicadas em 2005 e 2006 mostram que o governo federal incluiu entre assentados pessoas que já estavam na terra e que só tiveram documentos regularizados, além de reconhecer como da União projetos de assentamentos de anos anteriores e feitos por governos estaduais.

No período não houve expansão das invasões dos movimentos sem-teto, o que poderia sugerir uma migração do protesto do campo à cidade.

O impacto do Bolsa Família pode ser visto em cidades como Presidente Epitácio (SP), no Pontal do Paranapanema. O governo destinou R\$ 1,6 milhão a famílias do município em 2006. Segundo os dados mais recentes do IBGE, a prefeitura arrecadou em torno de R\$ 1,129 milhão com o ISS (Imposto Sobre Serviços) em 2005, o maior valor entre os tributos municipais. Presidente Epitácio chegou a ter cinco invasões, feitas por 505 famílias, em 2004. No ano passado, houve apenas uma, com 49 famílias.

**Verbas** - O esvaziamento dos movimentos sem terra ocorreu apesar do aumento das verbas federais. Segundo levantamento da ONG Contas Abertas, que monitora gastos públicos, o governo Lula repassou R\$ 39,9 milhões a entidades ligadas ao MST entre 2003 e 2006. Durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a organização recebeu R\$ 9,6 milhões.

O MST afirma que não aceita receber o Bolsa Família em seus assentamentos porque o programa não reforça os laços de solidariedade. O movimento prefere as cestas básicas governamentais, que podem ser repartidas entre as comunidades.

**Bolsa Família esvazia MST, dizem analistas** – Mauricio Puls – Folha de São Paulo – Brasil – 04/11/2007

**"Há indício de que tira combatividade", diz Plínio de Arruda; "assistencialismo é solução mais fácil", afirma Tomás Balduino**

**Ariovaldo Umbelino, da USP, acredita que não há relação entre a diminuição do número de invasões pelo de terra e programa federal**

DO ENVIADO A RIBEIRÃO PRETO (SP) - Especialistas afirmam que o Bolsa Família é um grande, mas não o único motivo da diminuição do número de famílias interessadas em participar de invasões de terra. Eles dizem que a lentidão de uma reforma agrária provocou desalento. Além disso, houve a identificação de movimentos sociais com o governo Lula e o aumento do apoio financeiro a entidades.

Para a maioria dos entrevistados, o Bolsa Família foi forte responsável pela redução dos grupos de invasão: a pessoa vê que é possível sobreviver e ter horizonte fora do acampamento. Se não conseguir, ao menos receberá o benefício todo mês.

Ex-petista e candidato ao governo de São Paulo em 2006 pelo PSOL, Plínio de Arruda Sampaio diz que "há indício forte de que Bolsa Família tira a combatividade das pessoas para lutar pela reforma agrária. É o efeito mais perverso do programa". Ele preside a Associação Brasileira de Reforma Agrária, Zander Navarro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e autor de "Mobilização sem Emancipação - As Lutas Sociais dos Sem Terra no Brasil", diz que os movimentos recrutam pobres que não tinham muitas alternativas até o surgimento do Bolsa Família. Ele ressalta que as invasões não vão acabar: "Movimentos como o MST têm militantes permanentes, sempre mobilizados".

Dom Tomás Balduino, ex-presidente da CPT (Comissão Pastoral da Terra), diz que "o assistencialismo é uma forma de solução mais fácil, e é fato que o Bolsa Família arrefeceu a luta dos sem-terra. Só onde há consciência política é que as ocupações se mantêm".

Gilmar Mauro, da direção nacional do MST, diz que "o programa gera uma certa acomodação no primeiro momento, é um amortecedor, mas não resolve o problema de ninguém". Ele continua: "Não é uma situação sustentável. No futuro, a pessoa pode querer ou mais dinheiro da bolsa ou um emprego. A situação do país vai melhorar para oferecer um ou outro? Se não, a luta pela terra pode voltar a ser uma opção".

Para Maria Cecilia Manzoli Turatti, autora de "Os Filhos da Lona Preta", dissertação de mestrado em Antropologia na USP, "certamente as periferias das cidades são um importante bolsão de arregimentação de acampados e um incremento de renda para a subsistência pode sim contribuir para desmotivar o cidadão a escolher viver sob as duras condições impostas num acampamento".

Ela destaca, contudo, que "sem a verificação por meio de pesquisas apropriadas, corremos o risco de nos confundir entre possíveis tendências e o que se processa na realidade".

**Defesa** - Segundo o professor Ariovaldo Umbelino, da USP, não há relação entre a diminuição do número de invasões e o Bolsa Família. "Esta redução deve ser buscada no conjunto das ações dos movimentos sociais e sindicais que colocaram-se ao lado da defesa do mandato de Lula desde os acontecimentos políticos de 2005 [mensalão]."

Esta posição derivava de uma clara posição contrária à posição das elites, via grande mídia, que sempre buscou, com suas denúncias e críticas, a destruição do PT, de Lula, do MST", complementa.

Para ele, "os movimentos sociais e sindicais passaram a atuar na direção do acúmulo de força, pois o quadro político era de refluxo de lutas. É claro, que eles continuaram a lutar, mas reduzindo e concentrando as ações no mês de abril". \*Colaborou MAURICIO PULS, da Redação

**Por "dinheirinho", sem-terra decidem se "aquietar" em PE – Fábio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 04/11/2007**

**Agricultores remanescentes de invasões dizem não ver resultado nas ações de reforma agrária e preferir Bolsa Família a se arriscar**

**Com dois filhos, Evanilson Pereira, lavrador de 28 anos, reconhece que o auxílio de R\$ 36 que recebe é pouco, "mas dá para farinha e leite"**

Em mais um dia quente do verão de 2004, trabalhadores rurais invadiam o sítio Caldeirão, na zona rural de Caruaru (136 km de Recife, PE), para pedir reforma agrária. Três anos se passaram e a desapropriação não veio. Mas os sem-terra não pensam mais em tomar a área. Esperam agora a divisão da terra, conformados com o pagamento regular dos programas sociais pelo governo federal.

"É um dinheiro pouco, mas dá para a farinha e o leite", disse o lavrador Evanilson da Silva Pereira, 28. Remanescente da invasão de 2004, ele recebe R\$ 36 do Bolsa Família. Continua sem terra. Vive com a mulher e dois filhos no terreno da casa da mãe, em Lages, a 25 km do centro de Caruaru.

"Resolvi me aquietar", afirmou o agricultor, que é ligado à Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura). "Tenho dois filhos pequenos para criar, e é melhor garantir esse dinheirinho do que me arriscar", declarou.

Pereira disse que foi convidado a participar de outras invasões, mas recusou. Tornou-se ao mesmo tempo uma espécie de "refém" da miséria e dos programas sociais. "Se não tivesse esses programas do governo, eu já estaria batalhando terra por aí."

Além do Bolsa Família, Pereira já teve acesso ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Com um empréstimo de R\$ 1.000, comprou em sociedade com um amigo dez cabras e bodes. A criação duplicou em pouco tempo, mas os bodinhos ainda não atingiram o porte ideal para a venda.

Enquanto os animais não geram lucros, o lavrador procura aumentar a renda, fazendo "bicos" em fazendas da região. Nos períodos de chuva, ele planta milho e feijão às margens da rodovia BR-104.

Em outubro, auge da seca no Agreste, Pereira só conseguiu faturar R\$ 80 com o trabalho extra, valor pouco abaixo do obtido no mesmo período por outro sem-terra do vilarejo, Severino Inácio da Silva, 30.

Casado, pai de quatro filhos, Silva também é remanescente de uma invasão promovida pela Fetape em 2002, na região. Assim como Pereira, ele diz que não viu resultado na ação. Agora, prefere esperar a reforma agrária em casa, recebendo R\$ 78 do Bolsa Família e cuidando do plantel de um boi e três vacas, formado por meio de um empréstimo do Pronaf e pela venda de alguns porcos.



"O dinheiro que é certo em casa é só o do cartão. Se vier mais, é de bico", disse Silva, que mora com a família na casa da sogra. "Tem mês que o dinheirinho do bico nem parecia [empata] com o do Bolsa Família", afirmou. Em outubro, os trabalhos extras renderam ao agricultor apenas R\$ 120.

Mesmo quem recebe pouco do governo prefere garantir o benefício a arriscar ser excluído do programa. O valor varia de acordo com o perfil de cada beneficiado. "É pouco, mas adianta. A ocupação [invasão] não tem futuro para mim", disse o lavrador Nivaldo Félix da Silva, 50. Ex-militante do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o agricultor, que recebe R\$ 15 mensais do governo, participou de uma invasão em Caruaru há um ano e três meses, mas abandonou o acampamento.

Hoje, vive com a mulher e dois filhos em uma casa de taipa. Para aumentar sua renda, trabalha ensacando cal, serviço que lhe rendeu diversas feridas nas mãos e R\$ 120 em outubro. O sem-terra tem no quintal de casa uma vaca, comprada com recursos do Pronaf.

**Balanco de assentados gera polêmica desde 2002** – Rubens Valente – Folha de São Paulo – Brasil – 04/11/2007

DA REPORTAGEM LOCAL - Os balanços anuais dos assentamentos rurais são alvo de controvérsia desde 2002, quando a Folha revelou que os números eram engordados com famílias que ocupavam as terras anos antes da criação oficial do assentamento.

O governo contabiliza como "assentados" pessoas que apenas podem ter recebido créditos específicos, para construção de casas ou plantio -ou seja, que não eram famílias acampadas, mas moradores em projetos já existentes. A prática foi inaugurada no governo de FHC (1995-2002). No primeiro mandato de Lula (2003-2006), o governo repetiu as estratégias -que antes eram combatidas pelo PT. Em janeiro de 2006, o governo Lula anunciou "recorde histórico" de supostos 381 mil trabalhadores assentados desde janeiro de 2003. Contudo, após a leitura dos dados relativos a 243 mil assentados entre 2003 e 2005, a reportagem concluiu, em fevereiro passado, que 48% do total se relacionava a projetos criados antes do governo Lula e ao menos um terço do número total são pessoas "assentadas" em projetos extrativistas e reservas e assentamentos tocados pelos Estados. Os números divergem entre órgãos do próprio governo. Em 2002, estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) financiado pelo governo apontou diferença de 44% entre o número oficial do biênio 1999-2000, divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e o registrado no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O governo dizia ter assentado 194 mil, e o Ipea constatou 109 mil.

Em 2002, um técnico da USP contratado pelo governo para realizar um "censo" apontou 328.825 assentados em projetos criados pelo Incra entre 1995 e 2001. O número é 44% inferior às 584.655 famílias anunciadas pelo então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, em fevereiro de 2002. **(RUBENS VALENTE)**

**Único assentamento sob Lula na capital do agronegócio perdeu 100 pessoas em 4 anos - Muitos sem-terra deixaram o acampamento e foram povoar o bairro ao lado, que é dos que mais concentram recebedores do Bolsa Família**

DO ENVIADO A RIBEIRÃO PRETO (SP) - A cidade de Ribeirão Preto (SP) se define como a capital brasileira da agricultura empresarial. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) se declara inimigo dos fazendeiros. No primeiro governo Lula, houve uma invasão de terra na cidade. Dela surgiu o único acampamento no coração do agronegócio, espremido entre uma fazenda de cana e o Bolsa Família.

João Euleuterio, 73, um dos fundadores do MST nos anos 80 e hoje assentado na "Califórnia brasileira" após oito tentativas anteriores fracassadas, aponta a cerca que separa os sem-terra da fazenda. "Se fosse no passado, a gente já tinha derrubado essa cerca", afirma, desalentado. "O povo perdeu o ânimo, foi massacrado pelos usineiros, não tem mais apoio. Até o Lula mudou de lado..."

A Fazenda da Barra foi invadida por 450 famílias do MST em 2003. Hoje, são 350, mas apenas 30 estão no local desde 2003. A rotatividade é alta. Muitos pioneiros desanimaram e foram povoar o bairro de Ribeirão Verde, ao lado do assentamento, repleto de ex-integrantes do MST. Alguns fazem bicos, tentam arrumar algum emprego na economia da cidade -que cresce rápido, movida pela cana.

Segundo a prefeitura da cidade, o bairro é um dos líderes municipais em número de beneficiários do Bolsa Família. O programa atingiu 516 residências do município em 2003 e alcançou 11.123 no ano passado.

Em Ribeirão Verde, as pessoas têm medo de falar. Não querem arrumar confusão com o MST. Uma das poucas é a cozinheira Maria da Graça Pereira de Moura, 50. Ela esteve à frente da invasão de 2003 e hoje mora no bairro.

"Eu tinha o sonho de ter terra, não ter de trabalhar para os outros", afirma Maria, que deixou o movimento por não concordar com as regras do acampamento. "Você não pode trabalhar fora, não pode buscar outras coisas. Percebi que a cidade te dá mais oportunidades. O MST diz que o governo vai dar terra, vai dar tudo, mas nada chega." O Incra tomou posse dos 1.548 hectares de uma das terras mais valorizadas do país neste ano. Não há luz e a água só chega em caminhões da prefeitura de 20 em 20 dias. Se há foco de dengue, tem de jogar o barril fora.

As casas são de lona, as cestas básicas do governo, segundo a direção do acampamento, não chegam todos os meses. Maria da Graça diz que muita gente tenta escapar do aperto por meio do Bolsa Família, mas esconde o fato da direção do MST. Para conseguir, informam o endereço de algum amigo da cidade, de um parente.

O bairro ao lado cresce rápido. Já há asfalto nas ruas, bares, lojas e supermercado. Na divisa entre o acampamento e a usina, uma caminhonete passa várias vezes ao dia e vigia os sem-terra. Dois militantes do MST fazem de conta que não é com eles.

João Jurandi da Silva, 54, uma das poucas pessoas que estão na fazenda desde 2003, resume a diferença entre o governo Fernando Henrique Cardoso e o governo Lula. "O tucano crivava um monte de dificuldade, fez medida provisória para criminalizar o movimento. O Lula conseguiu com esse Bolsa Família o que o Fernando Henrique tentou, tentou e não conseguiu, que é deixar as pessoas fora das ocupações."

**Cultivo de banana tem trabalho degradante** – Fatima Fernandes e Claudia Rolli – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/11/2007

**Trabalhadores rurais são pulverizados por aviões agrícolas que lançam agrotóxicos nas plantações do Vale do Ribeira - Blitz de procuradores e auditores do trabalho no interior de SP também identifica informalidade e riscos ambientais**

Trabalhadores da maior região produtora de banana do país, o Vale do Ribeira (SP), não têm registro em carteira, não usam equipamentos de proteção, têm de arcar com os custos de suas ferramentas e são até pulverizados por agrotóxicos.

É o que constataram procuradores e auditores fiscais do Trabalho em blitz feita na última quarta-feira em sítios da região de Miracatu (SP), acompanhada pela Folha. Em outras diligências feitas neste ano na região se verificou ainda que produtores pagam trabalhadores com vales -descontados em mercadinhos da cidade- e os alojam em sítios em condições precárias.

As blitzes que ocorreram neste ano e resultaram em 38 autuações por falta de cumprimento da legislação trabalhista são consequência de denúncia feita por um trabalhador ao Ministério Público do Trabalho da 15ª Região (Campinas).

"Com as diligências, pudemos verificar que a situação de trabalho na região é mais degradante do que imaginávamos. Além de a informalidade predominar, não há orientação para manipulação de agrotóxicos. Trata-se de dumping social. Como não há perspectivas de trabalho na região, eles se submetem a condições degradantes", afirma Cláudia Marques de Oliveira, procuradora do Trabalho de Campinas.

Na última quarta-feira, procuradores e fiscais, com o apoio de policiais ambientais de Registro (SP), visitaram dois sítios na região de Miracatu.

A plantação do sítio Taquaruçu, no bairro Barra Funda, de propriedade de Paulo Candido da Silva, foi pulverizada por volta das 10h por um pequeno avião. De perto, parecia um show aéreo, com vôos rasantes, em que o piloto colocava o avião a poucos metros do chão.

Dois empregados do sítio estavam no local, sem se incomodarem com o avião e o "chuvisco químico" que vinha do céu. "Já estou acostumado com isso", disse Geraldo dos Reis, 40, que trabalha e reside no local há um ano e dois meses.

A poucos quilômetros dali, no sítio Auribe, de propriedade de Alfeu Ribeiro, a fiscalização encontrou trabalhadores sem registro e outros com salário abaixo do piso mínimo no Estado de São Paulo -R\$ 410. "Há sonegação de informações. As carteiras de trabalho dos funcionários não espelham o contrato que eles dizem ter feito", afirma Dimas Moreira da Silva, procurador do Trabalho.

**Procedimentos** - O MPT informa que abriu procedimento administrativo para avaliar a situação do Vale do Ribeira e orientar produtores e trabalhadores. Uma audiência pública está marcada para dezembro para conscientizar a população e produtores na tentativa de melhorar condições de trabalho e do ambiente. Relatórios serão encaminhados a Cetesb e Ministério Público (estadual e federal).

"Na região, também existem falsas parcerias entre produtor e trabalhador. Os produtores alojam as pessoas, dizem que são parceiros e pagam o que querem. Isso ocorre na maioria dos sítios da região", diz Silva.

No Vale do Ribeira há cerca de 4.000 pequenos produtores de banana espalhados em 17 municípios, onde trabalham ao menos 28 mil pessoas.

A produção chega a 1 milhão de toneladas, o que equivale a aproximadamente R\$ 400 milhões anuais. A área plantada está próxima de 40 mil hectares, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola, da secretaria paulista da Agricultura. No Estado, o cultivo da banana só perde para o de cana-de-açúcar e o de laranja.

"É inconcebível que o trabalhador na plantação de banana fique exposto a essa situação irregular", diz o procurador. "É de longe uma das situações mais degradantes que já presenciamos", afirma Lucíola Rodrigues Jaime, delegada do Trabalho de São Paulo.

**Trabalhador pulverizado** - Ao pulverizarem plantações na tentativa de conter doenças que atacam as bananeiras, aviões de empresas agrícolas espalham fungicidas não só sobre trabalhadores e moradores mas também em áreas próximas a córregos e minas de água que abastecem a população.

"Esse veneno vai para as casas. E essa é uma região de nascentes. Precisamos fazer um trabalho conjunto com outros órgãos para verificar se há danos causados ao ambiente. Não sou técnico e ainda não há laudos concluídos, mas a banana que sai daqui pode até estar contaminada", diz Dimas.

É dessa região que vem a banana vendida em supermercados de São Paulo, Paraná, Rio e Espírito Santo. Pequena parte da produção vai para Paraguai, Uruguai e Argentina. Um dia após a blitz, os proprietários dos dois sítios -Paulo Candido da Silva e Alfeu Ribeiro- assinaram TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público do

Trabalho. Eles se comprometeram a regularizar a situação dos trabalhadores. Paulo Rogério Moreira de Oliveira, auditor do trabalho da subdelegacia em Santos, que acompanhou a blitz, diz que o Ministério do Trabalho tem de intensificar a fiscalização no local, o que significa manter um fiscal fixo no Vale do Ribeira.

**Assentado usa criança em carvoaria** - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 05/11/2007

‘Estado’ flagra destruição de reserva e meninos trabalhando em fornos dentro de área cedida ao MST e à Fetagri

Assentados da reforma agrária derrubam árvores e produzem carvão em uma área de 5,7 mil hectares de mata nativa no município de Nova Andradina, no sudeste de Mato Grosso do Sul, a 347 quilômetros de Campo Grande. E o pior: há crianças trabalhando nas carvoarias.

A floresta, com formações de cerrado denso e remanescentes de mata atlântica, constitui a reserva legal da Fazenda Teijin, de 28,5 mil hectares, desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). No local, foram assentadas 1.067 famílias do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri).

É uma das poucas áreas de mata que restam numa região devastada pela atividade agrícola e pecuária. Isso não impediu que 187 famílias de sem-terra invadissem a reserva. Elas demarcaram os lotes, abriram clareiras para instalar seus barracos e, agora, queimam a madeira para produzir carvão. Muitas deixaram lotes no assentamento para se instalar na mata e explorar a nova atividade.

A reportagem do Estado flagrou crianças trabalhando numa carvoaria. O lote do assentado José Pedro de Jesus, de 54 anos, tem dois fornos em plena atividade. Os meninos Cristiano Lagos, de 11 anos, e Adanilson Alves Souza Jesus, de 14, retiram o carvão da fomalha e amontoam para esfriar. O produto será ensacado e vendido nas margens da BR-267, que corta a fazenda, por R\$ 40 o metro cúbico. “Estamos esperando o preço melhorar”, disse Adanilson.

Na terça-feira, quando foram abordados pela reportagem, os dois garotos tinham faltado à aula para mexer com o carvão. Eles estudam na escola do Distrito de Casa Verde, o núcleo urbano mais próximo. Cristiano cursa a 3ª série e Adanilson está na 5ª.

**ESTUDOS** - O avô reconhece que eles têm dificuldade com os estudos. Para a pergunta básica sobre quem descobriu o Brasil, Cristiano tinha resposta pronta: “Dom

Pedro.” O assentado diz que os netos o ajudam porque ele, atingido por um raio, ficou com o corpo “bambo” e ainda não conseguiu se aposentar.

Ele conta que luta pela terra há cinco anos, migrou do MST para a Fetagri, mas a situação não melhorou. José Pedro diz que não invadiu a reserva. “Fomos assentados aqui pelo Incra, mas eles abandonaram a gente.” Com a ajuda da mulher e três filhos, que trabalham numa carvoaria da região, ele construiu a casa de madeira e comprou duas vacas com bezerro para tirar leite. A mata no entorno da casa foi derrubada para formar pasto - a madeira virou carvão. “Vou quebrar mais um alqueire (de mata) para fazer uma roça.”

A fumaça dos fornos pode ser vista da rodovia que liga Nova Andradina à BR. O capitão Renato dos Anjos Garner, do comando local da Polícia Militar Ambiental, que sobrevoou a área, disse que as carvoarias estão espalhadas por toda a reserva. “Alguns lotes têm vários, outros nenhum, mas na média é um forno por lote.”

Ele fez um relatório para o comando estadual. Órgãos públicos, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Ministério Público Federal (MPF) e o próprio Incra foram informados oficialmente do crime ambiental e da exploração do trabalho infantil.

O vereador Tito José (PSDB), da Câmara Municipal de Nova Andradina, encaminhou ofícios para esses órgãos em março, quando os primeiros fornos foram construídos na reserva. No início de abril, a procuradora da República Larissa Maria Sacco determinou ao Ibama que notificasse o Incra para a “imediata paralisação da produção de carvão vegetal e a respectiva supressão vegetal no Projeto de Assentamento Teijin”.

Larissa deu 10 dias ao Ibama para apresentar informações e, estando presente o risco de deterioração ambiental, autorizou a requisição de auxílio da Polícia Federal. O Ibama informou que havia notificado o Incra sobre o embargo das atividades de desmatamentos e instalação de fornos. Toda a correspondência foi parar na Câmara. A farta troca de papéis, porém, não teve resultados práticos, segundo o vereador, pois a depredação da área continua. “É um jogo de faz-de-conta.”

**Dirigente do Incra nega irregularidade e acusa fazendeiros** - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 05/11/2007

Superintendente lembra ação conjunta com Polícia Ambiental contra carvoarias na Fazenda Teijin

“Isso não está acontecendo”, reagiu o superintendente regional substituto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Valdir Perius, ao ser questionado sobre a existência de carvoarias no interior da reserva da Fazenda Teijin. “Tinha alguns fornos lá, mas foram todos fechados numa ação que fizemos com a Polícia Ambiental”, garantiu.

Informado de que os fornos tinham sido fotografados na terça-feira e havia crianças no local, respondeu: “São carvoeiros da cidade que exploram alguns assentados.” Ele disse que existem “apenas 15 lotes” abertos irregularmente na reserva e os ocupantes serão retirados. “Isso já foi resolvido com o MST. A reserva precisa ser preservada e quem entrou tem de sair.”

Para o superintendente, quem agride o meio ambiente é o fazendeiro, não o sem-terra. “Aquele é um povo pobre que foi abandonado no passado.” Segundo Perius, o assentamento na Teijin é um dos mais importantes do Brasil e beneficia mais de mil famílias, causando ciúme. “Para decepção de uma parte da classe política de Nova Andradina que defende o latifúndio dos japoneses, o assentamento está consolidado.”

São essas pessoas, segundo ele, que fazem denúncias, como a da invasão da reserva. “Para nós, o importante é resolver o problema do povo”, disse.

**TRANSFERÊNCIA** - Perius negou que os assentados tenham sido abandonados pelo Incra, mas ressaltou que as famílias que estão na reserva serão transferidas. Segundo ele, o Incra liberou R\$ 10 milhões para moradia, “dinheiro que está na conta dos assentados”. Frisou que estradas estão sendo abertas em convênio com o Estado. “Reforma agrária se faz com planejamento e orçamento.”

O coordenador do Movimento dos Sem-Terra (MST) em Mato Grosso do Sul, José Oliveira, disse que a área de mata foi incluída no assentamento pelo Incra. “Havia mais reserva do que os 20% e o Incra parcelou.” Foram abertas estradas e os lotes receberam benfeitorias, como rede de água, segundo ele. “As famílias foram colocadas lá dentro e, sem área para plantar, começaram a desmatar.” Os fornos foram construídos para aproveitar essa madeira. “Houve queima, mas eles só queimaram porque foram colocados dentro da mata.”

Ele desconhecia o trabalho de crianças. Segundo Oliveira, 16 famílias que estão na reserva são ligadas ao MST e as demais à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri). “Se houve irregularidade, não foi por nossa culpa. O Incra precisa conseguir outra área para essas famílias.”

O diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Bataiporã, Joel Silveira, também dirigente da Fetagri, disse que alguns assentados produzem carvão para subsistência, utilizando galhos e árvores retirados durante a abertura das estradas no assentamento. Ele disse que os lotes na mata foram demarcados pela empresa contratada pelo Incra.

## **FRASES**

Valdir Perius - Superintendente regional substituto do Incra

“São carvoeiros da cidade que exploram alguns assentados”

José Oliveira - Coordenador do MST em Mato Grosso do Sul

“As famílias foram colocadas lá dentro e, sem área para plantar, começaram a desmatar. O Incra precisa conseguir outra área”

**Justiça gaúcha mantém bloqueio a marcha do MST - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 05/11/2007**

A Justiça gaúcha manteve a decisão que impede militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) de marchar por cinco municípios da Comarca de Carazinho. A decisão foi tomada pelo desembargador Rubem Duarte, da 20ª Câmara Cível, no julgamento do pedido de liminar em recurso que contesta a decisão de primeiro grau, tomada pela juíza Marlene Marlei de Souza, de Carazinho, no início de outubro.

O recurso foi encaminhado por um grupo de entidades que apóiam o MST - lideradas pela Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul -, que pediram o reconhecimento do direito de ir e vir dos sem-terra. O presidente da federação, Milton Viário, refuta o argumento da juíza de que os sem-terra queriam entrar na comarca para ocupar a Fazenda Coqueiros. "O MST tem um acampamento ao lado da fazenda, não precisaria esperar a marcha para ocupar a área", comentou.

Divididos em três colunas, os sem-terra caminham pelo Rio Grande do Sul desde 11 de setembro, anunciando que vão fazer manifestação diante da Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, na Comarca de Carazinho, para pedir que o governo desaproprie a área. A Ouvidoria Agrária nacional avisou que a fazenda é produtiva e invasores serão excluídos do programa de reforma agrária.

**Lavoura arcaica – Fernando de Barros e Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 05/11/2007**

**SÃO PAULO** - Severino Inácio da Silva é um tipo ideal do miserável rural da era Lula, a começar pelo nome: ele é o sem-terra, ou retirante (o "Severino"), que se "aquietou", como ele mesmo diz, graças ao Bolsa Família (tornando-se um legítimo "Inácio da Silva").

Casado, 30 anos, quatro filhos, morador da zona rural de Caruaru (PE), esse Severino participou de uma invasão de terra em 2002. Desiluiu-se. Hoje tem um boi e três vacas e recebe R\$ 78 do governo. Completa a renda com bicos. Tem mês, ele diz, "que o dinheirinho do bico nem parecia com o do cartão".

Personagem de reportagem publicada ontem pela Folha, Severino exemplifica como Lula vem desidratando os movimentos sem-terra. Dados oficiais mostram que caiu muito o número de famílias que invadiram terras no primeiro mandato (redução de 32% entre 2003 e 2006) e despencou o número de famílias acampadas -eram 59 mil em 2003, restaram 10 mil em 2006.

É claro que o Bolsa Família, sozinho, não explica a desmobilização no campo. Mas não há dúvida de que a rede de assistencialismo patrocinada por este governo criou uma



espécie de Estado de Mal-Estar Social, capaz de gerenciar a miséria e esvaziar a base humana manobrável pelo MST.

Além disso, ao contrário de FHC, que lidou com a hostilidade dos sem-terra, Lula estabeleceu com eles um convívio menos tenso, ainda que ambíguo, baseado na cooptação e na maior tolerância. Sua política, uma espécie de abraço de urso, é muito mais eficaz para sufocar a rebeldia potencial do movimento.

Sabemos que a utopia dos dirigentes do MST é autoritária e regressiva. Mas não é por causa dela que o campo brasileiro segue sendo um território selvagem. Talvez a hora histórica da reforma agrária tenha passado. O que não reduz a importância dos sem-terra, cujo papel civilizatório reside no enfrentamento dos desmandos da nossa lavoura, embora moderna, ainda tão arcaica.

**Inkra vai expulsar sem-terra que derruba mata** - João Naves – estado de São Paulo – Nacional – 06/11/2007

São 52 famílias que produzem carvão na Fazenda Teijin, em MS, onde há crianças trabalhando

Mais de 52 famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) em Nova Andradina, no sudeste de Mato Grosso do Sul, a 347 quilômetros de Campo Grande, serão excluídas do Programa Nacional de Reforma Agrária. A decisão foi anunciada ontem pelo superintendente regional do órgão, Luís Carlos Bonelli, após ler reportagem do Estado que revelou a derrubada de mata nativa e a produção de carvão em assentamento na Fazenda Teijin. A reportagem flagrou crianças trabalhando.

Bonelli informou que as famílias já haviam sido advertidas em agosto. “Os assentados estão infringindo cláusulas contratuais graves. Na condição de assentamento sem a infra-estrutura básica, é proibida qualquer atividade comercial que implique exploração da terra e recursos naturais renováveis.”

O dirigente do Inkra disse que “todo e qualquer assentado que cometeu crime ambiental” será excluído da reforma agrária e não será assentado em nenhum lugar do Brasil.

Quanto ao trabalho de menores em fornos de carvão, Bonelli informou que a fiscalização é de responsabilidade do Ministério do Trabalho. “Em um sistema de agricultura familiar, a família inteira trabalha. É o caso dos assentados pelo Inkra.”

**INVASÃO** - Após a desapropriação pelo Incra, a Fazenda Teijin, de 28,5 mil hectares, recebeu 1.067 famílias ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST) e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri).

A propriedade engloba uma das poucas áreas de mata nativa da região, mas 187 famílias invadiram a reserva. Demarcaram os lotes, abriram clareiras e queimam a madeira para produzir carvão. O produto é vendido nas margens da BR-267 por R\$ 40 o metro cúbico.

Segundo o superintendente-adjunto do Incra no Estado, Valdir Périus, há cerca de 100 infratores no local. “Temos denúncias de que a produção de carvão aumentou em relação ao que foi constatado e notificado em agosto.” Périus informou que amanhã equipes do Incra, da Polícia Militar Ambiental e policiais do Departamento de Operações de Fronteira vão iniciar a expulsão das famílias.

**Nota do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incra – Sítio Eletrônico do MD – 06/11/2007**

Em resposta à matéria “Assentado usa criança em carvoaria”, publicada em 5/11 no jornal O Estado de São Paulo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) esclarecem que não permitem a instalação de carvoarias que não sejam autorizadas pelo devido órgão ambiental e, da mesma forma, são terminantemente contra o trabalho infantil em qualquer de suas variantes.

No caso das carvoarias flagradas pela reportagem no projeto de assentamento (PA) Teijin, município de Nova Andradina, o Incra irá solicitar novamente o apoio da Polícia Militar Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul e da Polícia Federal para fiscalizar se as normas ambientais estão sendo observadas. Os assentados infratores serão excluídos da lista de beneficiários sumariamente.

Em fevereiro de 2007, o Incra, o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul) e a polícia ambiental já estiveram no local para notificar os titulares de lotes com carvoarias. O Ministério Público Federal foi acionado a fim de investigar as irregularidades e incriminar legalmente os responsáveis. Tais informações serão utilizadas nos processos de exclusão dos assentados infratores.

No entanto, as famílias que estiverem utilizando o lote de forma regular não serão punidas. A fazenda Teijin, originária do projeto de assentamento, apresentou mais de 20% de reserva florestal exigida por lei. Dessa forma, algumas parcelas ficaram em local parcialmente coberto pela mata. Para evitar supressão vegetal, mesmo que autorizada por órgãos ambientais, as famílias alojadas nessas áreas serão transferidas para outro projeto de assentamento.

Além de respeitar a legislação ambiental, a política agrária do MDA/Incrá tem como objetivo a viabilidade e o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Desde sua criação, o PA Teijin, recebeu créditos e investimentos em obras de infraestrutura.

Habitação: R\$ 5,7 milhões na construção de 618 casas pelo convênio Incra/Caixa Econômica Federal (CEF), que amplia o valor de cada unidade habitacional para R\$ 11 mil. O Incra aguarda resposta da CEF para que as demais 505 moradias sejam edificadas no mesmo padrão.

Estradas: já investidos R\$ 760 mil em 37 quilômetros de vias internas. Estão sendo licitados mais 170 quilômetros, com valor estimado em R\$ 1,6 milhão.

Água: instalados 19 poços artesianos, com valor de R\$ 324 mil e 267 quilômetros de encanamentos no valor de R\$ 1,5 milhão.

Créditos: foram liberados dois créditos para instalação dos lotes e início do processo produtivo – o crédito Apoio Inicial, no valor individual de R\$ 2,4 mil, e o crédito Fomento, de igual valor, que está em fase de liberação. No total, são R\$ 5,3 milhões destinados.

Assessoria de Comunicação Social do MDA/Incrá

#### **Notas de solidariedade ao MST e/ou repúdio a Syngenta – Sítio Eletrônico do MST – 06/11/2007**

Aos Cuidados Sra. Micheline Calmi-Rey  
Conselheira federal, responsável do DFAE  
Friburgo, 8 de novembro de 2007

Atividades da multinacional Syngenta no Brasil

Senhora Presidente da Confederação e Ministro das Relações Exteriores

Nós nos permitimos manifestar nossa viva inquietação com relação aos comportamentos da multinacional suíça Syngenta nos países de Sudamérica e no Brasil em particular. Já se provava, segundo a Declaração de Berna que a Syngenta comercializava, por um lado, sementes transgênicas particularmente agressivas (« Terminator »), e, por outro lado, parte de um produto fitossanitário tóxico (o « Paraquat ») que atenta gravemente contra a saúde de milhares de operários agrícolas no mundo.

Outrossim, nos recebemos de nossas organizações parceiras do Brasil a informação que, no passado dia 21 de outubro uma milícia armada comandada pela Syngenta efetuou disparos contra militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) enquanto eles ocupavam pacificamente uma instalação de Syngenta para denunciar o cultivo ilegal de plantas transgênicas.

Um jovem membro do MST foi então assassinado., 5 pessoas foram baleadas enquanto que outras pessoas puderam escapar por pouco dos tiros (Cf. Artigo de nosso serviço de imprensa em anexo).

Esta triste notícia, que se soma aos outros comportamentos ilegais e prejudiciais de Syngenta foi acolhido com indignação pelos movimentos sociais brasileiros que outra coisa não demandam senão a retirada da transnacional Syngenta do Brasil.

As organizações suíças assinantes desta carta requerem então que uma investigação sobre a Syngenta seja feita para examinar a legalidade de suas atividades no Brasil.

À espera de vossa resposta, e permanecendo à vossa inteira disposição para outras informações, nos vos apresentamos Senhora Presidente as nossas mais cordiais saudações.

Secretariado Geral de E-CHANGER, Bruno Clement e Beat Wehrle,

Anexo mencionado

Relação de organizações que assinam este pedido

Tradução: Daniel S. Pereira – São Paulo

.....**Nota à Syngenta – Espanha**

A: Dominique Marquet

Delegada de Vendas de Milho e Girasol

SYNGENTA SEDS

C/Balmes 117, 5º andar

08008 BARCELONA

Fax 934040492

Barcelona 22 de Outubro de 2007

Senhora,

Colocamo-nos em contato com você como responsável da empresa Syngenta Seed em Barcelona, a fim de expor nossa mais enérgica denúncia a queima-roupa de Valmir Mota, Trabalhador Sem Terra, membro da Via Campesina Brasil. Durante o ataque levado a cabo por milícias armadas privadas, por ordem de sua empresa, resultaram feridos muito gravemente 6 pessoas mais.

O massacre se produziu no campo experimentais que sua empresa tem em Santa Teresa do Oeste, Paraná. As atividades ali desenvolvidas são totalmente ilegais, dado que se cultivavam sementes transgênicas de milho e soja, quando a zona foi declarada livre de transgênicos pelo governo estadual. Isto provocou que trabalhadores rurais ocupassem a área a fim de denunciar esta ilegalidade e solicitar que a mesma se converta num centro de agroecologia e recuperação de sementes autótonas.

Enquanto pessoas e entidades que lutamos pelo Direito à Vida, a Alimentação, o Meio Ambiente e a Soberania Alimentar, entendidos como Direitos Humanos Fundamentais, EXIGIMOS a responsabilidade de Syngenta Seed perante este massacre, o fechamento de forma imediata do campo experimental e a saída da empresa de Santa Teresa do Oeste, assim como a entrega da área para uso de reforma agrária, tão necessária e desejada em Brasil.

Comité de Suport MST BARCELONA (Comité de Suporte ao MST – Barcelona)

Comité de Apoyo MST – MADRID (Comite de Apoio ao MST – Madri)

Ermuko Komite Internazionalistak (Ermuko Comité Internacionalista)

Gernikantik Mundura EUSKADI (Gernikantik Mundura – Euskal)

ARAGUAIA- amb el Bisbe Casaldàliga (ARAGUAIA – Com o Bispo Casaldàliga)

XARXA CONSUM SOLIDARI (Rede de Consumo Solidário - Catalunha)

JUSTICIA I PAU (Justiça e Paz - Catalunha)

ASSEMBLEA PAGESA (Assembleia Pagsa – Produtora Alimentícia Geral Espanhola S.A.)

Pollastres I la Kresta (Aviários Ecológicos La Kresta)

Col•lectiu a les trinxeres (Coletivo às trincheiras)

.....Greenpeace condena violência no  
Paraná

23 de Outubro de 2007

São Paulo — O Greenpeace, entidade ambientalista pacifista, condena o uso de violência contra trabalhadores rurais por parte de seguranças armados que prestavam serviços à Syngenta e à Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO-PR), em confronto ocorrido no último domingo (dia 21 de outubro) em Santa Tereza do Oeste, no Paraná. Duas pessoas morreram e outras seis ficaram gravemente feridas.

O Greenpeace acredita que todo brasileiro tem o direito de protestar e de se manifestar pacificamente, e mais do que isso, tem o dever de agir para proteger o meio ambiente, conforme o artigo 225 da Constituição de nosso país. Por isso estamos há tantos anos combatendo os transgênicos produzidos por grandes multinacionais de biotecnologia, entre elas a Syngenta. Entendemos que esses produtos geneticamente modificados representam alto risco ao meio ambiente e à saúde humana, afrontando diretamente o Princípio da Precaução consagrado pela Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, a Rio Eco 92.

É importante lembrar que o conflito que culminou com a tragédia do último domingo teve início durante a última Convenção de Biodiversidade (CBD), em março de 2006, quando integrantes da Via Campesina ocuparam a propriedade da Syngenta para protestar contra o cultivo de variedades geneticamente modificadas nos arredores do Parque Nacional do Iguaçu - uma área de proteção ambiental. A propriedade da Syngenta era ilegal uma vez que a legislação da época proibia o cultivo de transgênicos num raio de 10 quilômetros de qualquer área de preservação, e colocava em risco a biodiversidade do local.

O Greenpeace acredita que organismos geneticamente modificados não devem ser cultivados nos arredores de áreas de proteção ambiental e que novas variedades transgênicas não devem ser liberadas comercialmente no país até que sua segurança para o meio ambiente e à saúde humana seja comprovada.

O Greenpeace repudia a atitude da multinacional Syngenta que preferiu recorrer à violência para resolver suas disputas e interesses no país.

.....NOTA DO PT DO PARANÁ  
SOBRE A VIOLÊNCIA NO CAMPO

A Executiva Estadual do PT, reunida em Curitiba, no dia 29, vem a público condenar a violência e lamentar a perda de vidas no recente conflito na multinacional Syngenta Seeds, em Santa Teresa do Oeste, próximo a Cascavel no último dia 21. Cabe às autoridades competentes investigar o fato e a justiça punir os responsáveis. Porém exigimos uma ampla investigação dos indícios de terceirização de milícias armadas, com o objetivo de amedrontar e assassinar trabalhadores rurais a margem da lei, que viola os princípios do estado democrático de direito.

Curitiba-PR, 30 de agosto de 2007.

Executiva Estadual do PT-PR

.....Punição para assassinos de  
agricultor

“A Comissão de Direitos Humanos e Liberdade de Expressão da ABI exige que as autoridades tomem providências rigorosas para a punição dos assassinos do agricultor sem terra Valmir Mota de Oliveira, mais conhecido como Keno, ocorrido em Santa Teresa do Oeste, no estado do Paraná, no último dia 21 de outubro. O trabalhador sem-terra foi morto por sete pistoleiros, segundo denúncias, a soldo da multinacional Syngenta, empresa que se dedica a transgênicos.

Valmir integrava um grupo de trabalhadores rurais sem-terra que protestavam ocupando uma área do campo da Syngenta Seeds, na Região Oeste do Paraná. Os pistoleiros foram presos em flagrante depois de deflagrarem a repressão que culminou com a morte de Valmir e ferimentos em outros seis integrantes do MST e da Via Campesina. Ontem (29 de outubro), a Justiça libertou os pistoleiros.

Entende a Comissão que a decisão de libertar os sete pistoleiros responsáveis pela morte de Valmir é uma medida grave e que estimula a impunidade. A Comissão exige ainda que as autoridades ofereçam proteção aos agricultores de Santa Teresa do Oeste, que continuam ameaçados pela Syngenta Seeds.

A Comissão de Direitos Humanos e Liberdade de Expressão, em suma, soma-se às demais entidades defensoras dos direitos humanos no sentido de exigir que um crime seja investigado até as últimas conseqüências e que os autores não fiquem impunes. E que o rigor da lei, depois da apuração dos fatos, vale sempre ressaltar, puna exemplarmente os responsáveis pelo assassinato deste trabalhador brasileiro e os seus mandantes.”

Associação Brasileira de Imprensa

.....Aos companheiros (as) do MST

A Pastoral Operária do Paraná, manifesta todo o seu apoio a luta pela Reforma Agrária, e repudia a violência, o assassinato e a impunidade que impera contra o povo pobre deste país. E se une a vocês na divulgação das denúncias dos crimes contra os trabalhadores (as) tanto do campo quanto da cidade, da omissão dos poderes públicos e na distorção dos fatos pelos Meios de Comunicação que só fazem contribuir com o poder e os poderosos. Dia 30 de outubro fazemos a memória de Santo Dias da Silva, também assassinado por este sistema, e neste dia (como em todos os dias) relembramos todos os nossos mártires da caminhada que nos deixam a certeza: Santo...A luta vai continuar!

Fraternalmente,

P/Coordenação da Pastoral Operária do Paraná

Cármina

.....Mensagem de solidariedade

Nossos pêsames a todas as famílias camponesas da Via Campesina, e mais particularmente a todas as famílias do companheiro que faleceu e dos feridos.

Estamos todos de luto, e a COPACO PRP organizará este sábado, 27 de outubro de 2007, um dia de reflexão sobre esta situação.

Recebam minha mensagem de solidariedade, com dor.

Amigavelmente,

Nathanael BUKA MUPUNGU

Porte-parole National

.....Mensagem de Solidariedade

Estamos com todo nosso coração com as famílias das vítimas desta agressão e crime, e exigimos sanções e um inquérito para restabelecer o direito.

Isabelle Dos Reis - Congo Kinshasa – África

.....Mensagem de Solidariedade

Em nome do conjunto das organizações camponesas membros da CNOP Mali, queremos aportar a nossa solidariedade e nosso apoio às vítimas dessa agressão bárbara. Dirigimos nossos pêsames à família da vítima que perdeu a vida, e nossos desejos de recuperação rápida para os feridos.

A luta contentará apesar dessas barbaridades!

CNOP Mali

.....Carta de Solidariedade ao Ataque  
contra Sem Terra nenhum Paraná

Caros amigos,

Devido ao violento ataque contra um membro da Via Campesina no campo experimental transgênicos da Syngenta, no Paraná Brasil, emitimos nossa carta de solidariedade e denunciemos tal ação. [Clique aqui para ler a Carta da Via Campesina](#)

Considerações,

Henry Saragih

Coordenador Geral da Via Campesina

.....Sobre o massacre de Santa Teresa  
do Oeste

À direção da Empresa Syngenta Seeds na Itália na Suíça, e no Brasil

<http://www.syngenta.it/syngenta-it/Media/ContattiMedia/>

Syngenta Brasile (<http://www.syngenta.com.br/pt/fale/fale.asp>);

Ao Governo do Estado do Paraná ([seju@pr.gov.br](mailto:seju@pr.gov.br), [requiao@senado.gov.br](mailto:requiao@senado.gov.br));

Ao Ministro da Justiça do Brasil Tarso Genro ([gabinetemj@mj.gov.br](mailto:gabinetemj@mj.gov.br));

Ao Movimento Sem Terra do Paraná ([mstpr@mst.org.br](mailto:mstpr@mst.org.br));

A Syngenta gaba-se de ser uma grande defensora dos direitos humanos, de trabalhar por um mundo melhor e por uma agricultura sustentável. Neste mundo ideal, que a Syngenta diz querer construir, não há lugar para Valmir Mota, que pistoleiros, mandados pela Syngenta, assassinaram cruelmente no último domingo, dia 21 de outubro, enquanto manifestava contra a experimentação ilegal de sementes transgênicas com outros 150 trabalhadores rurais do MST e da Via Campesina (muitos dos quais foram gravemente feridos) em uma terra que já tinha sido subtraída à Syngenta por parte do Governo e que o Poder Judiciário restituiu às transacionais em Santa Teresa do Oeste, no Estado do Paraná, Sul do Brasil.

Junto a todos os que, pessoas e organizações, no mundo inteiro lutam pelo direito à vida, à alimentação, à soberania alimentar compreendidos como direitos humanos fundamentais, denunciemos este gravíssimo episódio de que a Syngenta é responsável. Pedimos ao Governo do Paraná e ao Governo Brasileiro o empenho de punição dos responsáveis pelos crimes e principalmente dos mandantes, a desmobilização das milícias armadas na Região e a proteção das vidas dos dirigentes e trabalhadores de Via Campesina. Declaramos, igualmente, a nossa solidariedade com as lutas dos camponeses para que a área de experimentação ilegal de transgênicos da Syngenta seja transformada em Centro de Agroecologia e de reprodução das sementes nativas para a agricultura familiar e a Reforma Agrária.

Signatários:

Comitato di Appoggio al MST di Roma – Comitê de Apoio ao MST de Roma (Aderiscono: Adista, Arci, Associazione Salvador Allende, Cigl Roma/Lazio, Cipax, Manitese, Rete Radié Resch, e singoli cittadini); Associazione Nazionale Amigos MST-Italia Fratelli dell'Uomo, Rete Radie Resch Quarrata e Foggia, Manitese Mestre, Modena

Terzo Mondo, Gruppo Mission Parma, ForoContadino/Altragricoltura; Puntorosso/MassaCarrara; Joao Xerri, responsabile America Latina Ordine Domenicano; Marco Calabria/Carta; Chiara de Poli e Antonio Lupo, Chiavari; Eugenio Caliceti, Trento; Daniele Piazza, Varese; Mario Alemi, Lucia Agrati/Milano; Silvia Palmerini, Sergio Lessa/Perugia; Sergio Ruggieri/Jesi; Aldo Montalti/Follonica, Serena Romagnoli, Alessandra Anzuini, Elena De Angelis, Benedetta Malavolti, Marta Gomez, Paolo Menichino, Fabiola Di Fabio /Roma ecc.

.....Carta das Mulheres em Luta que estão Reunidas em Roma

Sobre o Massacre de Santa Teresa do Oeste – Paraná – Brasil

À direção da Empresa Syngenta Seeds (<http://www.syngenta.it/syngenta-it/Media/ContattiMedia/>)

Ao Governo do Estado do Paraná,

Ao Ministro da Justiça do Brasil Tarso Genro,

Ao Movimento Sem Terra do Paraná,

Reunidas em Roma, mulheres de todos os continentes, de vários países:

- Por sermos mulheres lutadoras que não concordam com as desigualdades e injustiças cometidas pelo modelo neoliberal imperialista em nossos países exigimos justiça no caso do massacre na ocupação da Syngenta Seed, no Estado do Paraná, Brasil, onde as milícias da empresa assassinaram Valmir Mota de Oliveira e deixaram outras pessoas feridas. Exigimos que sejam condenados os assassinos e os mandantes.

ARGENTINA -

Madres de Plaza de Mayo - Hebe de Bonafini e Mercedes de Meroto

AFGHANISTAN

RAWA – Revolutionary Association Women of Afghanistan – Sahar Saba

ALGERIA

Association Defense et Promotion des Droits des Femmes – Akila Ouared

BOLIVIA

Mujeres Creando - Ana Rosario Adrián Vargas

BOSNIA

Associazione donne di Srebrenica profughe a Tuzla – Harja Catic

Fondazione Cure – Jadranka Milicevic

BRASIL

Movimento Sem Terra – Neiva Vivian

COLOMBIA

Mujeres de la Ruta Pacifica – Aura Celmy Castro

GUATEMALA

Associazione Studio e Promozione Sicurezza in Democrazia – Iduvina Hernandez

IRAQ

Association of Victims of American occupation - Faiza Alaraji

ISRAELE

Women in Black - Ruth El-Raz

MAROCCO

Associazione difesa diritti delle donne - Damia Benkhouya

MESSICO

Centro Derechos de las Mujeres - Ciudad Cuarez - Luz Esthela Castro Rodriguez

PALESTINA



Jerusalem Center for Women - Mariam Ikerawi  
RWANDA

Nyamirambo Point d'Appui - Yolande Mukagasana  
SAHRAWI

Unione Nazionale Donne Sahrawi - Fatma Mehdi  
SERBIA

Donne In Nero di Belgrado - Josifovic Neuzeta  
SOMALIA

IDA Movimento delle donne somale - Ayan Mohamed Matano

.....DO SANGUE DE VALMIR  
RENASCERÃO SEMENTES DE VIDA

Em pleno início do século 21, os movimentos sociais e entidades do campo continuam sua luta pela conquista da terra, o agronegócio concentrador de terra e renda, por sua vez, aliado às multinacionais do setor agroindustrial, responde com a violência. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os pequenos por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo o canto e lugar. [Clique aqui e leia na íntegra a nota lançada hoje pelo Fórum](#)

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

.....Caros (as) companheiros (as) do  
MST e da Via Campesina,

Hoje de manhã tomamos conhecimento do ataque covarde de milícias armadas ao acampamento da Via Campesina no campo experimental da Sygenta em Santa Tereza do Oeste, no Paraná, assassinando o companheiro Valmir Mota e ferindo outros cinco militantes.

Enquanto cooper-atores vindos da Suíça, país de origem da transnacional com sede em Basileia, repudiamos a utilização sistemática de meios ilegais e de métodos violentos contra camponeses que se organizam na luta pela terra e pela defesa do meio ambiente, fomentando não apenas uma agricultura familiar e ecológica mas um projeto popular para um novo Brasil.

No mesmo tempo, denunciemos a indiferença e a clara parcialidade de grande parte da imprensa suíça. Enquanto representantes de E-Changer enquanto organização articulada na sociedade civil suíça nos colocamos a inteira disposição no sentido de dar voz ao grito da Via Campesina. Neste sentido, solicitamos orientações quanto à possibilidade de um posicionamento conjunto no sentido de viabilizar uma investida de E-Changer na imprensa suíça.

Com nosso grande abraço fraterno.

Coordenação de E-CHANGER no Brasil

.....A Mesa Coordenadora Nacional de Organizações Campesinas (MCNOC), integrante da Via Campesina do Paraguai, manifesta sua profunda solidariedade aos familiares do companheiro Valmir Mota de Oliveira, e aos feridos. Repudiamos e condenamos o assassinato do companheiro dirigente, igualmente exigimos as autoridades cabíveis, a intervenção e uma exemplar punição dos responsáveis para que seja encerrada a criminalização das lutas e dos movimentos sociais.

Hasta la victoria siempre!

MCNOC

.....Caros amigos: nós somos reunidos na fábrica “Livre de Monopólios no conhecimento e na vida: para uma convergência dos

movimentos”, na Catalina, Birri de Heredia, Costa Rica e nós terminamos de receber a informação sobre a tragédia no Acampamento Terra Livre. Estamos terrivelmente impactados pelo acontecido e queremos expressar nossa absoluta solidariedade das organizações abaixo signatárias, nosso pesar e solidariedade às famílias afetadas e reafirmar que estamos junto a vocês na construção de uma outra sociedade. Por Justiça urgente para os companheiros atacados! Fraternalmente.

Carlos A. Vicente, GRAIN, Argentina;

Camila Montecinos, GRAIN Chile;

Eva Carazo Vargas, Movimiento de Agricultura Orgánica Costarricense MAOCO, Costa Rica;

Edith Campos Cesta-Amigos de la Tierra El Salvador;

Rosa Diaz Quesada Costa Rica;

Carolina Flores Hine - Fundación Acceso, Costa Rica;

Ana Valadez-COMPITCH;

José Luis Argueta – CEICON;

Donald Chavez Velasquez - Red de Software Libre y Código Abierto de Nicaragua RSLCAN;

Renaul Escudero Vergara, Asistencia Legal Alternativa de Panamá, ALAP;

Red Ciudadana Frente a los Transgénicos en El Salvador; José Oviedo, Unión Nacional de Productores Costarricenses UNAG, Costa Rica Silvia Rodríguez Cervantes, Red de Coordinación en Biodiversidad; Jaime Enrique García González, Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica; Isaac Rojas Ramírez, Coeco-Amigos de la Tierra, Costa Rica Markus Erb, SIMAS, Nicaragua;

Esteban Monge Flores, Federación Costarricense para la Conservación, Costa Rica; Nancy Hidalgo Dittel, Instituto Tecnológico de Costa Rica Martha Olivera, SIMAS, Nicaragua;

Mario Rodríguez CIID Guatemala Thomas Pearson, Iniciativa Política de Binghamton, Universidad Estatal de Nueva York;

Carlos Aguilar, GT de Agricultura y Comercio (Alianza Social Continental);

Ada Ruth González Centro de Investigación sobre Inversión y Comercio CEICOM, El Salvador;

Andrés Barreda, CASIFOP, México.

.....“Reclamo Justiça contra a Syngenta Seeds e os 40 pistoleiros armados a serviço da Syngenta que atacaram o acampamento de Santa Tereza do Oeste no dia 21 de outubro de 2007 às 13h30 e mataram a Valmir Mota e feriram à Gentil Couto Viera, Jonas Gomes de Queiroz, Domingos Barretos, Izabel Nascimento de Souza e Hudson Cardin.”

Érika Campelo

França – e-mail:e.campelo@ritimo.org

.....“ Estamos solidários com os camponeses do acampamento de Santa Tereza do Oeste (PR) e suas lutas contra o plantio e o cultivo ilegal de soja e milho transgênicos efetuados pela Syngenta Seeds. Reclamamos justiça contra a Syngenta Seeds e os 40 pistoleiros armados a serviço da empresa, que atacaram o acampamento de Santa Tereza do Oeste no dia 21 de outubro de 2007 às 13h30, matando Valmir Mota e ferindo Gentil Couto Viera, Jonas Gomes de Queiroz, Domingos Barretos, Izabel Nascimento de Souza e Hudson Cardin.

Também queremos que acabe a violência feita no Brasil e no Paraná contra agricultores desarmados e pacíficos que lutam apenas para a defesa da agricultura familiar e a Reforma Agrária. Queremos que o governo federal atue junto ao poder judiciário e policias do Paraná com o objetivo de punir os criminais e a Syngenta. ”

Grandes abraços e apoio aos companheiros e a companheiras e suas famílias  
Comitê Amigos do MST - Lyon, França

.....Companheiros e companheiras  
dirigentes e militantes do MST do Paraná,

Ontem, 21/10, ficamos sabendo do assassinato do nosso companheiro Keno. Queremos enviar a mensagem a toda nossa militância do MST do Paraná, nosso carinho, nossa solidariedade e o nosso repúdio contra a ação criminosa da empresa SYGENTA que representa os interesses das multinacionais e da classe dominante brasileira. Durante essa semana faremos atividades e lembraremos o nosso companheiro como sinal de respeito a todos os lutadores que já deram sua vida pela causa da classe trabalhadora e da reforma agrária, em especial o companheiro Keno.

Aos companheiros e companheiras que se encontram feridos, o nosso desejo e confiança de que se recupere imediatamente, com saúde e firmeza na luta. Aos familiares de Keno nossa mais alta solidariedade e pesar.

Um forte abraços a todos,  
Direção Estadual do MST/SE

.....Prezados companheiros e  
companheiras do MST e Via Campesina,

Estamos conmocionados, como todas las personas sensibles en el planeta, por el ataque brutal y descarado de la milicia de Syngenta contra los compañeros en Paraná, que defendían la vida de todos.

Estamos difundiendo la noticia de esta barbarie y escribiremos más sobre esto, para que este crimen no quede impune y se conozca por todo el mundo como actuan los defensores de los transgênicos.

Ahora les queremos hacer llegar toda nuestra solidaridad y colocarnos a disposición para lo que haga falta.

Un abrazo fuerte de todo el equipo de ETC Silvia Ribeiro / Pat Mooney

.....Prezados Companheiros e  
Companheiras,

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF) solidariza-se com os companheiros do MST e da Via Campesina, refutando o ato de insanidade e violência cometido pela Milícia Armada da Syngenta, que redundou na morte de Valmir Mota de Oliveira – o "Keno" e de um capataz, e o ferimento de tantos outros trabalhadores, no campo de experimentos transgênicos da Syngenta, em Santa Tereza do Oeste (PR).

O SINPAF entende que a morosidade pela Reforma Agrária no campo brasileiro e a falta de ações concretas do Governo Federal quanto aos problemas sociais e ambientais que afetam os trabalhadores rurais no Brasil, esteja na origem dessa violência.

Abraços cordiais,  
Idésio Luis Franke  
Diretor Nacional de C&T do SINPAF e membro do FNRA

**Na Espanha, movimentos sociais encaminham nota à Syngenta** – Sítio Eletrônico do MST – 06/11/2007

O assassinato do trabalhador rural Valmir Mota de Oliveira (Keno), de 34 anos, está repercutindo e causando indignação em vários países. Na Espanha, um grupo de militantes de movimentos sociais e amigos do MST encaminhou no dia 22 de outubro, uma nota à direção da Syngenta Seeds no país.

Além de relatarem a ação criminosa da milícia contratada pela multinacional para retirar de sua área os militantes da Via Campesina, a nota também questiona o fato de a Syngenta fazer experimentos ilegais no local. A área de experimentos fica a menos de 6 quilômetros da Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu, quando a lei exige 10 quilômetros de distância. Além disso, no local a Syngenta tem realizado experimentos com organismos geneticamente modificados.

A nota termina com as entidades exigindo o fechamento imediato do campo de experimentos ilegais e a responsabilização da empresa pelo assassinato de Keno. Leia abaixo a nota na íntegra.

**Nota à Syngenta – Espanha**

A:

Dominique Marquet  
Delegada de Vendas de Milho e Girasol  
SYNGENTA SEDS  
C/Balmes 117, 5º andar  
08008 BARCELONA  
Fax 934040492

Barcelona 22 de Outubro de 2007

Señora,

Colocamo-nos em contato com você como responsável da empresa Syngenta Seed em Barcelona, a fim de expor nossa mais enérgica denúncia contra o terrível assassinato a queima-roupa de Valmir Mota, Trabalhador Sem Terra, membro da Via Campesina Brasil. Durante o ataque levado a cabo por milícias armadas privadas, por ordem de sua empresa, resultaram feridos muito gravemente 6 pessoas mais.

O massacre se produziu no campo experimentas que sua empresa tem em Santa Teresa do Oeste, Paraná. As atividades ali desenvolvidas são totalmente ilegais, dado que se cultuavam sementes transgênicas de milho e soja, quando a zona foi declarada livre de transgênicos pelo governo estadual. Isto provocou que trabalhadores rurais ocupassem a área a fim de denunciar esta ilegalidade e solicitar que a mesma se converta num centro de agroecologia e recuperação de sementes autótonas.

Enquanto pessoas e entidades que lutamos pelo Direito à Vida, a Alimentação, o Meio Ambiente e a Soberania Alimentar, entendidos como Direitos Humanos Fundamentais, EXIGIMOS a responsabilidade de Syngenta Seed perante este massacre, o fechamento de forma imediata do campo experimenta e a saída da empresa de Santa Teresa do Oeste, assim como a entrega da área para uso de reforma agrária, tão necessária e desejada em Brasil.

Comité de Suport MST BARCELONA (Comité de Suporte ao MST – Barcelona)

Comité de Apoyo MST – MADRID (Comite de Apoio ao MST – Madri)  
Ermuko Komite Internazionalistak (Ermuko Comité Internacionalista)  
Gernikatik Mundura EUSKADI (Gernikatik Mundura – Euskal)  
ARAGUAIA- amb el Bisbe Casaldàliga (ARAGUAIA – Com o Bispo Casaldàliga)  
XARXA CONSUM SOLIDARI (Rede de Consumo Solidário - Catalunha)  
JUSTICIA I PAU (Justiça e Paz - Catalunha)  
ASSEMBLEA PAGESA (Assembleia Pagesa – Produtora Alimentícia Geral  
Espanhola S.A.)  
Pollastres I la Kresta (Aviários Ecológicos La Kresta)  
Col•lectiu a les trinxeres (Coletivo às trincheiras)

### **MST retoma marcha rumo a cidade gaúcha – Folha de São Paulo – Brasil – 07/11/2007**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE - O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) retomou ontem pela manhã a marcha para Coqueiros do Sul (315 km de Porto Alegre), onde quer realizar um protesto. Os sem-terra haviam suspenso a caminhada em outubro para negociar com o governo. Cerca de 600 pessoas deixaram o acampamento próximo a Carazinho, cidade vizinha a Coqueiros do Sul. À tarde, o MST decidiu suspender novamente a marcha.

### **Imposto espúrio – O Globo – Opinião – Editorial – 07/11/2007**

A manifestação fascista organizada na semana passada, no Senado, por sindicatos, para tumultuar a sessão de audiência pública da emenda do fim do imposto sindical, deu a medida da seriedade do assunto. Para os sindicalistas — preocupados em manter o acesso a um dinheiro fácil e sem necessidade de prestação de contas —, e para a sociedade, que despeja anualmente R\$ 460 milhões numa caixa-preta sem saber para onde vão os recursos.

Reportagens publicadas pelo GLOBO a partir de domingo dão algumas pistas. Por elas desfilarão sindicalistas que levam vida de nababo, a bordo de carros de luxo blindados, com os quais passam fins de semana e feriados em casas de luxo. Tudo obviamente financiado pelo imposto sindical.

Por isso, grupos e famílias de sindicalistas profissionais se aproveitam de uma legislação arcaica para se perpetuar no poder, por meio de eleições fajutas, sancionadas por assembléias sem qualquer representatividade.

A audiência, em que não faltaram agressões físicas e ameaças, foi usada para pressionar os senadores a retirar a emenda do projeto patrocinado pelo governo para incluir as centrais na farra do tributo. Entre elas a Central Única dos Trabalhadores (CUT), cujo nascimento se deu num grupo de combativos sindicalistas que se batiam contra esse imposto e a unicidade sindical, a reserva regional de mercado para as agremiações — bandeiras devidamente recolhidas com a chegada do PT ao poder.

O autor da emenda, deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), não se surpreende com as evidências de desvio fraudulento de recursos do imposto sindical. Segundo ele, as mordomias são apenas a ponta do iceberg.

Para o representante do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, trata-se de um “caso de polícia”. Deveria ser interpretado literalmente. Pois

o caso é de desvio de tributo, portanto, de dinheiro do público sob a guarda do Estado, o suficiente para o MP federal e a PF se mobilizarem.

E quanto aos senadores, que dêem uma resposta séria e ativa a quem se comporta no Congresso como quadrilheiros dos po grons da Rússia czarista.

### **Movimentos sociais ouvidos pelo presidente e ministros** – Sítio Eletrônico do MDA – 07/11/2007

07/11/2007 - Em consonância com a política do Governo Federal de manter canal de diálogo permanente com movimentos sociais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros da Casa Civil, Dilma Rousseff, da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Rolf Hackbart, reuniram-se nesta quarta-feira (7) com a Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Brasília.

Os representantes do MST expuseram, na ocasião, suas impressões sobre temas como: biocombustíveis, estrangeirização do campo, assistência técnica e infra-estrutura de assentamentos. Novas reuniões são previstas com o MST e os demais movimentos do campo.

### **Sem-terra fecham ferrovia e depredam dois trens da Vale** - Carlos Mendes, Kelly Lima e Wilson Tosta – Estado de São Paulo – Nacional – 08/11/2007

Em ação no Pará, MST ainda fez quatro reféns, liberados no início da tarde

**Belém** - Pela segunda vez em menos de 30 dias o Movimento dos Sem-Terra (MST) ocupou a Ferrovia de Carajás, no sudeste do Pará, que pertence à Companhia Vale do Rio Doce. Armados de picaretas, foices e facões, sem-terra bloquearam a saída de trens e depredaram duas locomotivas. Quatro funcionários foram mantidos reféns e liberados no começo da tarde.

A Vale suspendeu as operações na ferrovia e pediu a intervenção do Ministério da Justiça e da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), para que seja cumprida liminar da Justiça Federal de retirada dos invasores. A liminar foi dada em 17 de outubro, na primeira invasão.

Charles Trocate, coordenador do MST, disse que os invasores pretendem continuar no local até que os governos federal e estadual atendam às suas reivindicações - entre elas, a construção de escolas e o asfaltamento de estradas vicinais de acesso a assentamentos.

Segundo ele, o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, entrou em contato com as lideranças do MST e pediu tempo para avaliar as reivindicações, mas os manifestantes não aceitaram. O MST decidiu que só aceita negociar com a presença das autoridades no local.

A Vale anunciou ter registrado queixa na Polícia Civil do Pará acusando integrantes do MST de ameaçar atear fogo a uma composição ferroviária com 20 mil litros de combustível. Em nota, a empresa expressou preocupação com a segurança de mulheres e crianças que participam do movimento.

A Vale ressalta que as reivindicações do MST não tem relação com a empresa e “cabe aos governos estadual e federal a condução do processo de negociação”.

### **Lula recebe MST, mas evita fazer promessa** - Leonencio Nossa – estado de São Paulo – Nacional – 08/11/2007

Encontro foi omitido da agenda, já que o governo tenta evitar atritos com ruralistas

Sem querer irritar a bancada ruralista, no momento em que tenta prorrogar a CPMF, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu ontem de manhã a cúpula do MST de forma discreta, quase sigilosa, na Granja do Torto. O encontro, o primeiro do novo mandato, foi “camuflado” - a agenda oficial só indicava reunião com o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci.

Havia um ano e seis meses que Lula não recebia a cúpula do MST. Em julho de 2003, em plena onda de ocupações, lideranças foram pela primeira vez ao Planalto. O encontro causou polêmica, pois Lula colocou um boné do movimento.

Na reunião de ontem, a quarta desde 2003 e a primeira sem fotos, Lula se disse impressionado com os relatos sobre a situação de 150 mil famílias acampadas. “Estou chocado com as questões que estão colocando”, disse, segundo um participante.

A negociação da CPMF foi levantada pelo MST, que reclamou da intenção do senador Valter Pereira (PMDB-MS) de indicar o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Estado, em troca de apoio.

Lula chegou a quebrar a ponta de quatro lápis ao anotar as queixas do MST. Mas em nenhum momento se comprometeu a resolver os problemas. Participaram os ministros Dulci, Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e Dilma Rousseff (Casa Civil), além de dez líderes do MST, incluindo o dirigente nacional João Pedro Stédile.

**'Quem está mais à esquerda é o Meirelles'** - Leonencio Nossa e Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Nacional – 08/11/2007

Diante de uma pergunta à queima-roupa de um líder sem-terra que queria saber quem do governo estava mais à esquerda, o presidente Lula foi direto, durante encontro ontem na Granja do Torto: “Ah, quem está mais à esquerda hoje no governo é o Meirelles”, disse, segundo um participante da reunião, em referência ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que nunca foi digerido pelos movimentos sociais.

Os ministros Guilherme Cassel, Dilma Rousseff e Luiz Dulci começaram a rir, ainda de acordo com um dos presentes. Até o garçom e seguranças do presidente caíram na gargalhada.

Depois, os sem-terra fizeram queixas em tom mais sério. O líder João Pedro Stédile foi incisivo: “Quero fazer uma crítica que não é só do MST, mas do conjunto dos movimentos sociais em relação ao modelo econômico”.

**MST e Via Campesina voltam a bloquear a ferrovia da Vale do Rio Doce no Pará** – Felipe Bächtold – Folha de São Paulo – Brasil – 08/11/2007

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a Via Campesina voltaram a invadir a Estrada de Ferro Carajás, da Vale do Rio Doce, no sudeste do Pará. Os movimentos já haviam bloqueado o trecho da ferrovia que passa por Parauapebas (836 km de Belém) nos dias 17 e 18 de outubro.

Os manifestantes estão sobre os trilhos interrompendo o trânsito na estrada. A companhia diz que, na manhã de ontem, cerca de 300 manifestantes encapuzados cercaram e apedrejaram uma locomotiva. A empresa afirma que cinco funcionários foram feitos reféns por 30 minutos. A coordenação do MST no Estado nega.

Segundo os sem-terra, 4.500 pessoas estão acampadas no ponto bloqueado da ferrovia. Para a Polícia Militar, que não está no local, mas diz acompanhar a situação, são 400. Garimpeiros participam da ação.

Como a ferrovia é uma concessão do governo federal, só a PF, que diz não ter sido notificada, pode intervir.

O MST protesta pela reforma agrária e contra a atuação da Vale no Pará. O movimento é a favor da reestatização da companhia. Segundo os sem-terra, os governos federal e estadual não deram respostas às reivindicações apresentadas em reuniões nas últimas semanas. O MST afirma que vai permanecer na região até que as negociações sejam retomadas.



A mineradora obteve na Justiça em outubro uma liminar determinando que os sem-terra saíssem das margens da estrada. A companhia classifica a ação como "prática criminosa". Segundo a empresa, os trens que passam pela estrada de ferro transportam 1.300 passageiros e 250 mil toneladas de minério de ferro diariamente.

O Estado diz que o impasse deve ser resolvido até hoje.

**Lula encerra encontro com MST após invasão – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 08/11/2007**

**Durante encontro na Granja do Torto, presidente questiona dirigentes do movimento sobre a ação contra ferrovia da Vale**

**Planalto tentou esconder a reunião, que não constava da agenda oficial de Lula; petista recebeu os sem-terra pela última vez em 2005**

Um encontro às escondidas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a cúpula do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) terminou em clima de mal-estar ontem pela manhã, na residência oficial da Granja do Torto.

O motivo do estresse veio por telefone. Nos minutos finais da reunião, um assessor levou a Lula o recado, transmitido pelo GSI (Gabinete de Segurança Institucional) da Presidência, segundo o qual integrantes do MST tinham acabado de invadir a estrada de ferro da Vale do Rio Doce, no sudeste do Pará (leia texto nesta página).

Segundo relato à Folha de participantes do encontro, Lula fechou a cara e questionou o movimento sobre mais uma invasão na área da companhia, a segunda em menos de um mês. O presidente ouviu uma rápida resposta e, já atrasado para um evento no Palácio do Planalto, aproveitou para encerrar o encontro. Não houve bate-boca.

Logo após a primeira invasão, o governo foi cobrado pela Vale para que tentasse conter as ações do MST, que, em setembro, liderou um plebiscito favorável à reestatização da empresa e, no mês seguinte, invadiu a ferrovia da mineradora.

Na reunião, Lula mais ouviu do que falou. Por uma hora e meia, dirigentes do MST cobraram dele o assentamento de acampados, a atualização dos índices de produtividade, a reestruturação dos assentamentos e uma atenção ao avanço das monoculturas, como cana e soja, e dos transgênicos.

Lula mostrou-se surpreso com as cobranças: "Estou chocado com algumas dessas questões. Pensei que estivessem resolvidas, mas não estão", disse.

Houve espaço para brincadeiras. Ao entrar na sala, Lula interrompeu uma conversa de ministros e sem-terra sobre tendências políticas no governo. "Quem está mais à esquerda

no governo é o [Henrique] Meirelles [presidente do BC]", disse Lula, provocando risos. Mais adiante, Lula ouviu críticas ao modelo econômico.

Do governo, participaram os ministros Luiz Dulci (Secretaria Geral), Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e Dilma Rousseff (Casa Civil) e o presidente do Incra, Rolf Hackbart. Do MST, oito dirigentes nacionais, entre eles João Pedro Stedile, Jaime Amorim e Marina dos Santos.

O MST cobrava uma conversa com Lula desde o ano passado -a última havia sido em maio de 2005, após uma marcha entre Goiânia e Brasília. Em maio, um encontro às escondidas, nos mesmos moldes do ocorrido ontem, havia sido agendado para a residência da ministra Dilma, mas foi adiado em cima da hora por conta da crise da Operação Navalha.

Ontem, o Planalto tentou esconder a reunião. O encontro não constava da agenda oficial de Lula e só foi confirmado quando estava em andamento. Questionado, Cassel disse: "Essas reuniões são muito informais mesmo. São reuniões de conversas, reuniões longas".

**Missão dos EUA discutirá tema em visita ao país** – Folha de São Paulo – Brasil – 08/11/2007

DE WASHINGTON - Uma missão bipartidária liderada pelo representante (deputado federal) Eliot Engel, democrata de Nova York, visitará o Brasil a partir do dia 25. Entre outros compromissos está a discussão com autoridades brasileiras das denúncias de trabalho escravo na fabricação de ferro-gusa.

O fato de nenhum produtor ter sido punido desde que Engel levou o assunto ao plenário, em 2006, diz o político, foi considerado "preocupante" por ele em sessão anteontem, em Washington. No entanto, ele disse que seria "incorreto" se não reconhecesse os avanços do governo Lula nessa área.

Denúncias recentes apontam para carvoarias no Brasil que utilizam trabalho escravo na confecção do carvão vegetal a ser utilizado na fabricação do ferro-gusa -usado no aço que é exportado para empresas norte-americanas.

A agenda da comissão parece contemplar também temas menos sérios. No dia 1º, o "Washington Post" publicou texto em que diz que a missão tem características mais de viagem turística do que de trabalho. Estão previstas visitas a Foz do Iguaçu e ao Cristo Redentor, entre outros cartões-postais.

## **MST ocupa e depreda ferrovia da Vale no Pará – O Globo – O País – 08/11/2007**

Quatro funcionários foram feitos reféns. No mesmo dia, em Brasília, Lula recebeu líderes nacionais do movimento

BELÉM e BRASÍLIA. Pela segunda vez em 30 dias, a ferrovia de Carajás, no sudeste do Pará, foi novamente invadida e ocupada por agricultores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A ação, desta vez, foi maior e mobilizou mais gente: armados de picaretas, foices e facões, os invasores bloquearam a saída de trens do pátio ferroviário próximo à estação de Parauapebas, depredando duas locomotivas da Companhia Vale do Rio Doce.

Quatro funcionários da empresa foram mantidos como reféns por 30 minutos. Eles contaram que os invasores estavam vestidos de preto e encapuzados.

A Vale suspendeu as operações na ferrovia e pediu a intervenção do Ministério da Justiça e da governadora paraense, Ana Júlia Carepa, para que seja cumprida decisão liminar da Justiça Federal de retirada dos invasores.

Um dos coordenadores do MST, Charles Trocate, informou que cerca de seis mil agricultores de 14 assentamentos e nove acampamentos estão no local e ameaçam não sair enquanto os governos federal e estadual não atenderem às suas reivindicações: a construção de dez escolas, asfaltamento de 200 km de estradas vicinais que dão acesso a assentamentos, postos de saúde equipados, unidades infantis e crédito para plantar.

Patrus Ananias ligou para o assentamento Palmares. Ao saber da nova invasão, o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, ligou para o assentamento Palmares, onde estava reunido o comando do MST, manifestando surpresa.

— Ele disse que queria um tempo para avaliar as nossas reivindicações, prometendo que retornaria no final da tarde com uma resposta — contou Trocate.

O MST decidiu que só aceita negociar a desobstrução dos trilhos com a presença das autoridades no local.

Em nota, a Vale informou que os invasores chegaram ao local quando duas locomotivas manobravam no pátio com 126 vagões vazios. Aos gritos, ameaçaram arrombar as portas das locomotivas, caso não fossem abertas. Enquanto o sistema de freios era cortado, os agricultores que ficaram do lado de fora apedrejavam as composições e as golpeavam com picaretas.

A empresa informou que ainda está em vigor a liminar concedida no dia 17 de outubro passado pelo juiz federal Francisco de Assis Garcês Castro Júnior, de Marabá. A decisão garante a reintegração de posse da ferrovia à Vale com utilização de força policial e ainda estabelece multa diária de R\$ 10 mil, se o movimento não a desocupar.

Os agricultores liberaram a passagem dos trens, mas montaram barracas de lona perto dos trilhos. Na prática, segundo a Vale, a decisão judicial não foi integralmente cumprida, porque pairava a ameaça de nova ocupação, que acabou acontecendo ontem.

No dia que integrantes do MST ocuparam a Vale, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu um grupo de líderes do movimento no Planalto. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, que participou do encontro, minimizou a reunião, que classificou como uma “reflexão conjunta do campo brasileiro”.

Entre os presentes estava João Pedro Stédile Do O Liberal

## **Estrada de Ferro Carajás (PA) é desocupada** – Sítio Eletrônico do MDA – 08/11/2007

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, fechou acordo em Parauapebas (PA) com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para a desocupação imediata dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce. O acampamento nas imediações da estrada de ferro também deverá ser retirado pelos próprios manifestantes, em até 48 horas.

A prefeitura de Parauapebas participou da resolução do impasse, que durava desde a manhã de quarta-feira (7), quando os manifestantes ocuparam pela segunda vez os trilhos e bloquearam a estrada. A primeira ocupação do MST na Estrada de Ferro Carajás havia ocorrido em 17 de outubro. Na ocasião, os manifestantes aceitaram desocupá-la com a confirmação de reuniões com os governos federal e estadual.

Em 25 de outubro, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em Brasília, ocorreu então um encontro interministerial com representantes do MST e do governo estadual do Pará, que contou inclusive com a presença do ministro Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Além do MDA, participaram os ministérios de Minas e Energia, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde, das Cidades, dos Transportes, das Comunicações e do Meio Ambiente, além da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Em 1º de novembro, Hackbart já havia ido até Belém (PA) para prosseguir com a negociação com os manifestantes.

## **Na moita com o MST** – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 09/11/2007

No mesmo dia em que o Movimento dos Sem-Terra (MST) radicalizava sua ação criminosa contra a Companhia Vale do Rio Doce, no Pará, ocupando pela enésima vez a Ferrovia de Carajás, bloqueando a saída de trens, depredando duas locomotivas, mantendo quatro funcionários da companhia em cárcere privado e praticando outras violências que lhe são rotineiras, na Granja do Torto, em Brasília, numa reunião à sorrelfa (ou na moita, para usar termo mais adequado ao caso), o presidente da República recebia o Estado-Maior dessa força badernosa de forma quase secreta - visto que o encontro nem constava da agenda presidencial, que indicava apenas reunião com o secretário-geral da Presidência.

Certamente, nem o vandalismo do MST nem a recepção presidencial a uma organização fora da lei (pois o MST até hoje não regularizou sua existência para continuar não se submetendo a controles legais, como os referentes aos subsídios oficiais que recebe) constituem novidade, a não ser pela coincidência do dia e algumas circunstâncias. Quanto à agressão à Vale do Rio Doce, trata-se da segunda ocupação, em 30 dias, da estrada de ferro da companhia, em desrespeito total à liminar da Justiça Federal, de 17 de outubro (por ocasião da primeira invasão), que determinava a retirada dos invasores. Mais uma vez a

Vale suspendeu as operações da ferrovia, pediu a intervenção do Ministério da Justiça e da governadora do Pará - para que se cumprisse a ordem judicial. O resultado disso, até agora, foi o aumento da violência, a deprecação dos trens e a tomada de reféns.

Apesar do brutal desrespeito à Justiça, às leis e à ordem pública praticado por esse movimento, o ministro do Desenvolvimento Social ainda entrou em contato com suas lideranças “pedindo tempo” para avaliar suas reivindicações. Mas os manifestantes não aceitaram o pedido do ministro e decidiram só negociar com a presença de autoridades no local. Pouco se lixando com a ordem judicial de desocupação, o coordenador do MST já disse que os invasores pretendem continuar no local até que os governos federal e estadual atendam às suas “reivindicações” - entre as quais a construção de escolas e o asfaltamento de estradas vicinais de acesso a assentamentos.

Quanto à reunião do presidente da República com os fora-da-lei do MST, aí também não há qualquer novidade - a não ser o fato de ser a primeira no segundo mandato presidencial e de ser quase clandestina, para não atrair para o presidente a animosidade da bancada ruralista, num momento em que se trava a complicada negociação em torno da prorrogação da CPMF (no que a relatora do projeto no Senado, senadora Kátia Abreu, é da bancada ruralista e tem posição contrária à do governo). Entende-se por isso que essa reunião Lula-MST - a quarta, desde 2003 - também tenha sido a primeira sem fotos. Bem diversa, por exemplo, da primeira reunião, em que houve a famosa cena do chefe de Estado e governo colocando na cabeça um boné com o logotipo de uma organização ilegal.

Mas a reunião quase secreta não impediu que chegasse à mídia um momento de constrangimento do presidente, quando ouvia as reivindicações dos sem-terra e recebeu um telefonema, de um assessor, com um recado do Gabinete de Segurança Institucional, dando conta de que o MST invadira as instalações ferroviárias da Vale do Rio Doce. Antes Lula tinha se declarado “chocado com algumas das questões” cobradas pelo MST, que julgava já resolvidas. As informações que lhe chegaram sobre os acontecimentos no Pará serviram para lembrá-lo de que tinha outra reunião urgente para comparecer...

De forma alguma se justifica a reunião de um chefe de Estado e governo com uma organização que tem como prática usual o esbulho da propriedade privada, afora outras violências contra pessoas e bens. Mas já que o presidente se dá tão bem com seus companheiros emessetistas, como se explica que não tenha procurado convencê-los, até agora, a tornarem-se uma organização não-governamental legalizada, de objetivos claros e formas de operação não contrárias às leis do País?

**Sem-terra deixam ferrovia da Vale** - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 09/11/2007

MST diz que foi gesto de boa vontade para reabrir negociações; empresa cobra proteção policial na área

Os sem-terra liberaram ontem a Ferrovia de Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce, ocupada na quarta-feira, mas a empresa, responsável pelo transporte de passageiros entre o Pará e o Maranhão, só restabelecerá o tráfego de trens amanhã. A Vale teme que os manifestantes, que ainda estão a poucos metros da ferrovia, voltem a bloqueá-la. A previsão era que o transporte de minério fosse retomado no final da tarde de ontem.

A empresa cobra dos governos federal e estadual o envio de forças policiais para garantir suas operações na ferrovia sem risco de violência contra empregados e depredação dos trens. Segundo a Vale, uma locomotiva e os vagões que estavam em poder dos invasores foram devolvidos.

O líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) Charles Trocate justificou o desbloqueio da ferrovia como “gesto de boa vontade” do movimento para reabrir as negociações com representantes dos governos federal e estadual. “Eles prometeram vir aqui conversar. Vamos esperá-los. A Vale pode passar seus trens quando quiser”, afirmou.

Para manter a mobilização dos agricultores, o MST decidiu que ninguém abandonará o local. Cerca de cinco mil pessoas armaram barracas e montam vigilância na área. O Assentamento Palmares, próximo dos trilhos, virou quartel-general das manifestações. Há comida suficiente para manter as famílias por 15 dias na área.

O tamanho da pauta de reivindicações rivaliza com o número de manifestantes mobilizados em 14 assentamentos e nove acampamentos da região. Ao todo, o documento engloba 150 temas gerais e específicos.

Sugere o que deve ser feito na economia do País, condena o agronegócio e propõe uma política de emprego ao governo federal.

**Ferrovia da Vale é desbloqueada por sem-terra** – Folha de São Paulo – Brasil – 09/11/2007

DA AGÊNCIA FOLHA - Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e da Via Campesina desocuparam ontem a Estrada de Ferro Carajás, da Vale do Rio Doce, no sudeste do Pará. Foi a segunda invasão da ferrovia nas últimas três semanas.

Os manifestantes continuam acampados em um local que fica a cem metros dos trilhos em Parauapebas (836 km de Belém), segundo o MST. Os movimentos decidiram

desocupar a ferrovia após os governos federal e do Pará aceitarem mandar ao local representantes para retomar negociações. Os sem-terra protestam pela reforma agrária e contra a atuação da Vale no Estado.

### **MST desocupa ferrovia da Vale no PA – O Globo – O País – 09/11/2007**

Agricultores continuam na área; transporte de passageiros só recomeça amanhã Os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desocuparam, na manhã de ontem, a Estrada de Ferro Carajás, no município de Parauapebas, no Pará, invadida por eles no dia anterior.

Em nota, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) disse que o fato de os agricultores estarem acampados nos arredores da estrada de ferro “mantém o clima de insegurança na região”.

A ocupação de quarta-feira foi a segunda feita pelo MST no local em 30 dias. Os manifestantes estavam armados com foices e facões. Duas locomotivas da Vale foram depredadas e quatro funcionários, feitos reféns por 30 minutos. Pela ferrovia, que corta o assentamento Palmares, onde estão 520 famílias, passa o minério de ferro da maior mina da Vale.

Na nota, a Vale disse confiar “que as autoridades estadual e federal tomarão as providências para normalizar a situação e garantir que esse tipo de prática ilegal não volte a acontecer”. A empresa informou que os vagões retidos pelos cerca de 300 manifestantes também foram liberados.

O tráfego de trens foi retomado ainda ontem, mas o transporte de passageiros só deve ser restabelecido amanhã.

A decisão do MST de desocupar a ferrovia teria sido tomada após o agendamento de uma reunião entre os governos federal e estadual com o MST.

Segundo representantes do movimento, o número de manifestantes era superior a seis mil, bem acima do divulgado pela Vale. Ainda de acordo com o MST, a desocupação ocorreu na noite de quarta-feira.

O motivo da invasão foi reivindicar a construção de dez escolas na região, o asfaltamento de estradas vicinais, postos de saúde e crédito para plantar.

— Queremos colocar a reforma agrária e o gerenciamento dos nossos recursos naturais no centro do debate político sobre o desenvolvimento social e econômico para o estado do Pará — afirma Ulisses Manaças, da coordenação estadual da Via Campesina e do MST no Pará.

MST desocupa ferrovia da Vale no PA Agricultores continuam na área; transporte de passageiros só recomeça amanhã Os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desocuparam, na manhã de ontem, a Estrada de Ferro Carajás, no município de Parauapebas, no Pará, invadida por eles no dia anterior.

Em nota, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) disse que o fato de os agricultores estarem acampados nos arredores da estrada de ferro “mantém o clima de insegurança na região”.

A ocupação de quarta-feira foi a segunda feita pelo MST no local em 30 dias. Os manifestantes estavam armados com foices e facões. Duas locomotivas da Vale foram depredadas e quatro funcionários, feitos reféns por 30 minutos. Pela ferrovia, que corta o

assentamento Palmares, onde estão 520 famílias, passa o minério de ferro da maior mina da Vale.

Na nota, a Vale disse confiar “que as autoridades estadual e federal tomarão as providências para normalizar a situação e garantir que esse tipo de prática ilegal não volte a acontecer”. A empresa informou que os vagões retidos pelos cerca de 300 manifestantes também foram liberados.

O tráfego de trens foi retomado ainda ontem, mas o transporte de passageiros só deve ser restabelecido amanhã.

A decisão do MST de desocupar a ferrovia teria sido tomada após o agendamento de uma reunião entre os governos federal e estadual com o MST.

Segundo representantes do movimento, o número de manifestantes era superior a seis mil, bem acima do divulgado pela Vale. Ainda de acordo com o MST, a desocupação ocorreu na noite de quarta-feira.

O motivo da invasão foi reivindicar a construção de dez escolas na região, o asfaltamento de estradas vicinais, postos de saúde e crédito para plantar.

— Queremos colocar a reforma agrária e o gerenciamento dos nossos recursos naturais no centro do debate político sobre o desenvolvimento social e econômico para o estado do Pará — afirma Ulisses Manaças, da coordenação estadual da Via Campesina e do MST no Pará.

### **Governo Lula desmobilizou movimentos dos sem-terra – Valor Econômico – Opinião - 09/11/2007**

É irônico, mas os movimentos de trabalhadores sem-terra, que apenas cresceram nos governos que os combateram, começaram a minguar no governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva, com quem têm uma ligação histórica. Em reportagens publicadas no último domingo, a "Folha de S. Paulo" constatou que, no primeiro mandato de Lula (2003-2006), o número de famílias acampadas desabou de 59 mil para 10 mil; o número de famílias que invadiram terras caiu de 65.552 para 44.464 no período; e até o número de movimentos pela reforma agrária diminuiu, de 17 para 11. Como as invasões se mantiveram praticamente no mesmo nível - foram 391 em 2003 e 384 em 2006 - , supõem-se que cada uma delas foi feita com a adesão de menos famílias, ou uma família teve que participar de mais de uma invasão.

Especialistas e até dirigentes do Movimento Sem Terra (MST), o principal movimento social que atua no campo, apontam o dedo para o programa Bolsa Família quando explicam a desmobilização do movimento pela reforma agrária. João Jurandi da Silva, acampado na Fazenda da Barra, na região de Ribeirão Preto, resumiu da seguinte maneira a diferença entre os governos Fernando Henrique Cardoso e os de Lula para os sem-terra: "O Lula conseguiu com esse Bolsa Família o que o Fernando Henrique tentou, tentou e não conseguiu, que é deixar as pessoas fora das ocupações".

O efeito que o programa de transferência de renda teria sobre a mobilização dos acampados foi farejado pelos líderes do MST desde o início do governo. Os acampados não recebem o benefício, pois o MST apenas aceita cestas básicas. A medida preventiva de deixar o Bolsa Família do lado de fora dos assentamentos, todavia, não eliminou o interesse de uma leva de assentados originários das periferias das grandes cidades, que optaram pelo movimento por absoluta falta de opção de sobrevivência. O Bolsa Família "reassentou-os"



na periferia, agora com endereço fixo, condição para receberem um benefício que depende de condicionalidades como frequência dos filhos nas escolas, vacinação em dia das crianças e pré e pós-natal para gestantes e mães que estão aleitando.

O MST reconhece que o governo Lula não criminalizou o movimento, ao contrário de FHC. O reconhecimento do direito à luta pela terra, no entanto, não resultou em um fortalecimento dos movimentos pela reforma agrária. O líder do MST, João Pedro Stédile, tem insistido que todos os movimentos sociais passam por um "descenso", mas é de se reconhecer que, enquanto exercia uma política de tolerância política, o governo deu uma guinada na política de reforma agrária, abalando os alicerces do que era a disputa tradicional pela posse da terra. Pelos números, fica evidente que o governo priorizou políticas de agricultura familiar (ou seja, fixar os já assentados), em detrimento da simples distribuição de terra. O Ministério do Desenvolvimento Agrário informa que, entre 2003 e 2006, investiu R\$ 8,2 bilhões em projetos de assentamento - o que faz e sempre fez o Incra. Na safra 2006/2007, no entanto, o governo investiu R\$ 7,2 bilhões no Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Na safra 2007/2008, estão previstos R\$ 12 bilhões para o Pronaf, R\$ 168 milhões para assistência técnica e extensão rural (específica para a agricultura familiar), R\$ 550 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos e outros R\$ 600 milhões para o Pronaf Comercialização - além do Luz para Todos e obras de infraestrutura voltadas para o escoamento da produção da pequena propriedade.

O governo, ao amarrar o programa de reforma agrária ao de assistência à agricultura familiar, conseguiu individualizar a assistência, isto é, retirou os movimentos sociais da posição de mediadores. Segundo o MST, do total de 1,2 milhão de contratos assinados do programa de agricultura familiar no ano passado, apenas 40 mil beneficiaram assentados do movimento.

Mesmo nas prioridades estabelecidas para o assentamento agrário, houve uma cisão entre a ação de governo e as necessidades dos movimentos. O governo priorizou o combate à grilagem de terra - e isso, por si só, definiu que a região Norte fosse a campeã de assentamentos no primeiro mandato, com 187.724 famílias. Nordeste vem em segundo lugar, com 116.817 famílias. No Sudeste, tradicional foco da atuação do MST, foram assentadas 13.825 famílias.

### **MST retoma marchas pelo Rio Grande do Sul - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 10/11/2007**

Juíza mantém proibição que impede sem-terra de entrar em município e movimento reinicia protesto

Uma coluna do Movimento dos Sem-Terra (MST) deslocou-se de Passo Fundo para um assentamento no município de Pontão, no noroeste do Rio Grande do Sul, ontem. A viagem de 40 quilômetros foi feita em sete ônibus, financiados por sindicatos e apoiadores.

Na terça-feira, quando recebeu promessa de assentamento de mil famílias, feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o MST mostrou-se disposto a

desmobilizar as três colunas que mantém em marcha pelo interior do Rio Grande do Sul desde 11 de setembro para pressionar o governo federal a desapropriar a Fazenda Coqueiros.

Um acordo com o Incra e o Ministério Público Federal previa que um dos grupos acampasse em Almirante Tamandaré do Sul, um dos municípios da Comarca de Carazinho pelos quais os integrantes do MST estão impedidos de se deslocar por ordem da juíza Marlene Marlei de Souza. Informada do acordo e consultada, a juíza manteve a proibição. Inconformados, os sem-terra decidiram retomar as marchas.

Em Pontão, a coluna que estava em Passo Fundo fica no limite da zona de proibição, próxima do território de Coqueiros do Sul. As outras duas estão em situação semelhante. Uma, em Não-Me-Toque, está a poucos metros do território de Carazinho. Outra, em Sarandi, está a menos de um quilômetro do território de Almirante Tamandaré do Sul.

**CONFRONTO** - A marcha do MST se envolveu em um conflito com soldados da Brigada Militar, dia 24 de outubro, no limite dos municípios de Almirante Tamandaré do Sul e Sarandi. Dois sem-terra sofreram ferimentos no rosto, provocados por balas de borracha. Outros seis tiveram escoriações.

Um dos três grupos, que estava acampado à beira da rodovia, avançou 7 quilômetros e fez menção de passar a ponte para entrar em Almirante Tamandaré do Sul, desafiando a decisão da juíza. Oitenta soldados bloquearam a passagem e usaram bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para afastar os sem-terra.

**Sem-terra ocupam área em SP** - Chico Siqueira – Estado de São Paulo – Nacional – 10/11/2007

Cerca de 200 famílias do MST invadiram anteontem a Fazenda Pendengo, em Castilho (SP), na divisa com Mato Grosso do Sul. A propriedade é alvo de processo de desapropriação para reforma agrária há 21 anos, sem que haja uma expectativa para a conclusão por parte da Justiça Federal, onde tramitam ações que discutem sua posse.

A fazenda tem 4.500 hectares, tomados por pasto, e desde 1986 vem sendo objeto de desapropriação pelo governo. Várias perícias foram feitas e constataram a improdutividade da área, mas recursos na Justiça protelam a desapropriação.

Pela fazenda, de propriedade da família de Serafim Rodrigues de Moraes, o governo depositou R\$ 27 milhões.

A invasão, segundo o diretor estadual do MST, Lourival Plácido de Paula, é mais uma que os sem-terra fazem para pedir à Justiça Federal agilidade na conclusão do processo de desapropriação.

“O problema é que eles não desapropriam nem dão ganho de causa para os fazendeiros, deixando as famílias viverem em condições precárias sob os barracos”, afirmou o líder dos sem-terra.

### **Índios se associam a garimpeiros para explorar diamantes em reserva - Vannildo Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 11/11/2007**

Intermediários fazem ligação entre cintas-largas e traficantes de pedras preciosas, na maior parte estrangeiros

Endividados e sob forte pressão desde o massacre de 29 pessoas, num garimpo ilegal em suas terras, há três anos e meio, os índios da etnia cinta-larga fecharam uma sociedade informal com os garimpeiros para a exploração de diamantes na Reserva Roosevelt, em Rondônia. Eles se aliaram também a uma rede de sócios não-índios, tidos como capitalistas de garimpo, para viabilizar o negócio.

Como se fossem representantes comerciais da selva, esses intermediários fazem a ligação dos caciques das aldeias com traficantes de pedras preciosas, na maior parte estrangeiros, que circulam na região. Mais de 90% dos diamantes extraídos na área saem do País ilegalmente rumo à Europa, ao Oriente Médio e aos Estados Unidos.

Com aval dos caciques e auxílio dos índios, os garimpeiros construíram uma rede de acessos clandestinos na floresta para fugir das barreiras da polícia nas principais estradas que levam à reserva. Segundo estimativas das autoridades locais, cerca de 1.500 garimpeiros já voltaram sorrateiramente à área de mineração. Trabalhando em ritmo frenético, eles infestam uma faixa de 22 quilômetros às margens do Rio Roosevelt e seus afluentes. A destruição ambiental se amplia, enquanto as autoridades esperam a regulamentação do garimpo em terras indígenas.

“Precisamos de uma definição urgente que contemple todos os lados: os índios, os garimpeiros, o município e a União”, reclama a prefeita de Espigão, Lúcia Tereza Rodrigues dos Santos.

A cidade é a mais próxima do garimpo. A prefeita defende a exploração das jazidas por cooperativas que agreguem garimpeiros, índios e empresas de alta tecnologia no ramo, evitando a evasão de impostos que ocorre hoje. “Do jeito que está, virou uma mina de corrupção, onde poucos colhem e muitos sofrem ou morrem”, diz a prefeita. Entre os principais destinos dos diamantes extraídos ilegalmente estão Israel, Portugal e Bélgica. As

pedras são adquiridas em estado bruto e vendidas por um valor até dez vezes maior no exterior, depois de trabalhadas.

O juiz de Espigão, Leonel Pereira da Rocha, se diz impressionado com a quantidade de estrangeiros circulando na sua pequena comarca. “Estão levando nossas riquezas para fora do Brasil debaixo dos nossos olhos”, afirma.

“Eles não devem estar lá fazendo turismo”, diz o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), que acompanha o drama da reserva dos cintas-largas desde o grande massacre de abril de 2004, quando era ministro da Articulação Política.

A fato chocou o Brasil e o mundo. A PF indiciou por homicídio triplamente qualificado 23 índios, entre caciques e guerreiros, além do coordenador da Funai na região, Walter Blos. Só Blos foi preso. Nenhum índio. O inquérito está paralisado à espera de laudo antropológico que ateste se eles têm ou não condições de avaliar a gravidade do ato. A lei brasileira considera os índios “relativamente incapazes” e, portanto, inimputáveis.

**ROTINA** - O delegado Guilherme Mattos de Oliveira, encarregado do inquérito, disse que a ação foi premeditada e os índios executaram as vítimas com extrema crueldade, sem lhes dar a mínima chance de defesa. Segundo ele, a matança é rotina no garimpo e os mortos já chegam a 57 desde 2001.

Apanhados numa emboscada num local chamado Gruta do Sossego, onde 200 garimpeiros extraíam diamantes clandestinamente, os 29, que não conseguiram fugir, foram amarrados e trucidados, um a um, a tiros, flechadas e golpes de tacape. Participaram do ataque 53 guerreiros, mas há suspeitas, não confirmadas, de que não-índios ajudaram no planejamento e na matança. As vítimas só foram retiradas da floresta duas semanas depois, com os corpos esfaçalhados. Nove ainda permanecem não identificados.

O juiz e o deputado defendem não só a regularização, mas a profissionalização da extração mineral no Brasil, sobretudo em terras indígenas, para eliminar o risco de novas tragédias e pôr fim à rede de ilegalidades na região.

A área não-indígena da região também é rica em diamantes, além de esmeraldas e outros minérios, sobretudo cassiterita. Grupos de traficantes se valem de licenças de pesquisa obtidas por empresas de mineração no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para extrair ilegalmente as pedras. Nos municípios de Cacoal, Pimenta Bueno e Espigão do Oeste, vizinhos da Reserva Roosevelt, existem seis grandes mineradoras e cerca de 20 de pequeno porte atuando.

## **Exploradores driblam barreiras da PF – Estado de São Paulo – Nacional – 11/11/2007**

Reserva tem 27 mil quilômetros quadrados, maior que Estado de Alagoas

Menos de 5% dos diamantes extraídos ilegalmente na Reserva Roosevelt são apreendidos, segundo estimativa do Ministério da Justiça. Na tentativa de cortar o suprimento de óleo diesel, equipamentos e utensílios para o garimpo, a Polícia Federal montou quatro barreiras fixas e mantém vigilância móvel, desde o massacre de 2004, ao longo de 200 quilômetros nas bordas da reserva. A tarefa é ingrata: o território da reserva é de 27 mil quilômetros quadrados, maior do que o Estado de Alagoas. Ali estão nove aldeias da etnia cinto-larga, quatro delas em volta do garimpo do Rio Roosevelt.

“Sabemos que não dá para coibir totalmente, então nosso objetivo é dificultar ao máximo o acesso, sufocando o abastecimento de óleo diesel e equipamentos para o garimpo nas principais estradas que levam às aldeias”, explicou o delegado Rodrigo Carvalho, chefe da Operação Roosevelt, montada há três anos na região. O garimpo trouxe com ele uma cadeia de crimes, sobretudo violência e roubos, além de prostituição, alcoolismo e drogas.

Há 25 anos na região, 19 em Espigão, o comerciante Anildo Simas, dono da única mercearia próxima da Reserva Roosevelt, ficou satisfeito com a redução da violência, mas em contrapartida viu seu lucro despencar brutalmente. Dos 100 clientes em média que passavam por dia na mercearia, restaram cinco escassos fregueses, quase sempre índios. Para agravar o quadro, os índios empobreceram com a redução do garimpo e deixaram de pagar as contas, penduradas por meses. A dívida dos índios só na mercearia, segundo Anildo, chegou a R\$ 32 mil.

“Ultimamente eles retomaram o pagamento, mas aos poucos”, diz o comerciante, explicando que parou de vender fiado. Os fazendeiros e outros freqüentadores da região criaram atalhos para não passar nas barreiras da PF, onde são submetidos a minuciosas revistas em cada uma delas.

Desde que a febre do diamante começou, em 2000, foram realizadas três grandes evacuações da área. Na maior, em 2001, foram retirados 5 mil garimpeiros de uma vez. Outras grandes retiradas ocorreram em 2002 e 2003. A partir de 2004, o cerco virou permanente com a criação de uma força-tarefa pelo governo federal. Mas pouco tem adiantado: o garimpo sempre volta, porque interessa aos índios, conscientes do potencial de riqueza sob seus pés. Desta vez, foram abertas várias estradas clandestinas na selva para burlar os postos de fiscalização da Polícia Federal.

A cada operação, os índios aproveitam para se livrar da sucata do garimpo, utilizando os guindastes e tratores do governo para mandar para fora equipamentos imprestáveis, como escavadeiras e motores quebrados, além de velhos tambores de estocar combustível. O material, empilhado ao lado do posto montado pela força-tarefa na entrada da Aldeia Roosevelt, virou um estorvo e fonte de proliferação de mosquitos transmissores de doenças, como a dengue.

São 300 toneladas de tralhas, que dependem de autorização judicial para ir a leilão. “Eles (os índios) aproveitam essas ocasiões para se livrar do lixo, mas o maquinário novinho fica dentro da reserva”, diz um policial que participou das remoções.

### **Jazidas mapeadas são as maiores do mundo** – Estado de São Paulo – Nacional – 11/11/2007

Capacidade para produzir até R\$ 2 bilhões ao ano é motivo da cobiça e da violência na região

Situada no sul de Rondônia, a região dos cintas-largas tem, conforme estimativas dos Ministérios da Justiça e de Minas e Energia, entre 15 e 20 formações rochosas de onde saem os diamantes. Essas jazidas já mapeadas dão aos cintas-largas o título de donos da maior reserva de diamantes do planeta, com capacidade para produzir entre R\$ 1 bilhão e R\$ 2 bilhões ao ano, motivo da cobiça e da violência que marcam o convívio dos indígenas com os não-índios.

Os cintas-largas foram contactados pela primeira vez na década de 50 e, em 1969, a Funai iniciou o processo de integração da etnia. Mas o contato com os não-índios foi o pior possível.

Na década de 80, vieram os madeireiros, que devastaram milhares de hectares de floresta para extrair mogno e cerejeira, subjugando ou corrompendo os índios. No início da década atual, vieram os garimpeiros e contrabandistas de diamantes. No seu auge, com diamantes brotando na flor da terra, o garimpo, mesmo manual na maior parte, chegou a produzir cerca de R\$ 20 milhões mensais. Hoje, com a repressão que se seguiu ao massacre de 2004, a extração não chega a R\$ 10 milhões mensais.

Mas a riqueza já produzida pelo garimpo estimulou o consumismo entre os índios. Eles compraram muitos carros, inclusive caminhonetes de luxo, esbanjaram em festas e orgias e foram ludibriados por exploradores brancos, de modo que a maioria continua pobre. Mas alguns souberam aplicar bem o dinheiro e se tornaram verdadeiros capitalistas da selva.

Os caciques, por exemplo, possuem casas com padrão acima da média dos demais moradores em cidades como Riozinho e Cacoal. O ex-cacique Nacoça Pio, um dos indiciados no massacre de 2004, por exemplo, tem duas casas em Riozinho, com muro alto e proteção contra ladrões, outra em Cacoal e um chalé de dois andares, de madeira, na Aldeia Roosevelt, à margem do rio. Alvo da desconfiança dos demais por causa do enriquecimento rápido, ele perdeu a última eleição de cacique para um novo líder, o índio Azuma. Procurado pelo Estado, Pio mandou dizer por parentes que não falaria sobre o assunto ou sobre o massacre.

O mais bem-sucedido de todos, porém, é o cacique João Bravo, que modernizou sua aldeia, a Tenente Marques, e construiu invejável patrimônio. Ele tem 22 empregados

brancos, de diversas áreas, incluindo mecânico, eletricista, motoristas, vaqueiros e serviçais para atender a ele e à família - que inclui três mulheres e um número incerto de filhos. Sua frota pessoal é hoje de seis veículos (já chegou a dez), dos quais três caminhonetes, um caminhão, carro de passeio e um microônibus de 22 lugares com ar-condicionado, além de motos.

Bravo recusou-se a falar com o Estado, alegando que a imprensa distorce suas declarações, mas mandou dizer por um emissário que não é rico e todo o patrimônio que conseguiu é posto a serviço de sua aldeia, de cerca de 80 índios. De fato a Tenente Marques é considerada modelo. Tem escola, posto de saúde, tratores, escavadeiras e caminhões. A sede tem telefone fixo, mas o cacique dispõe também de um aparelho celular.

A aldeia tem ainda um restaurante rústico e alojamento para visitantes. Insatisfeito com o barulho e os constantes apagões do gerador a diesel doado pela Funai, Bravo construiu com recursos próprios uma pequena hidrelétrica no Rio Roosevelt.

#### **Governo cria núcleo contra violência em assentamentos** – O Globo – Capa – 12/11/2007

Movimentos sociais brigam entre si por áreas desapropriadas no campo A disputa agrária não é mais só entre latifundiários e sem-terra.

Preocupado com os violentos confrontos entre os próprios movimentos sociais, que colocaram em lados opostos o MST, a Contag e a Fetraf, o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou um núcleo para conter a disputa por áreas desapropriadas. O governo admite que a guerra entre entidades que trabalham pela reforma agrária chegou ao limite e tem contribuído para aumentar as estatísticas de mortes no campo. Nos seis primeiros meses deste ano, foram registrados 34 assassinatos. No mesmo período, o MST fez 215 invasões.

Página 3

#### **O conflito dos sem-terra** – Evandro Éboli - O Globo – O País – 12/11/2007

Governo cria núcleo para conter violência entre os próprios movimentos sociais no campo

O latifúndio improdutivo e os grandes ruralistas já não são os únicos inimigos dos sem-terra. Agora, os assentados da reforma agrária estão brigando entre si, num conflito que põe em pé-de-guerra e de lados opostos os principais movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). Os beneficiários da reforma agrária disputam, principalmente, os lotes das áreas desapropriadas pelo governo.

A guerra entre os assentados envolve ainda disputa pelo comando de assentamentos, rixas entre movimentos opostos e denúncias de corrupção na coordenação dessas áreas. São problemas que têm levado à retirada de famílias ameaçadas dos assentamentos, brigas internas e até homicídios. O conflito agrário entre assentados já preocupa o governo. Há 15 dias, foi criado um grupo de trabalho para encontrar soluções para conter a violência entre

eles. Na portaria publicada no Diário Oficial da União, o Ministério do Desenvolvimento Agrário admite que esses rachas têm chegado ao extremo, o assassinato de assentados. “Esses conflitos geram instabilidade nos projetos de assentamento, propiciando situações de animosidade entre os trabalhadores rurais assentados, inclusive com possibilidade de agressões físicas e até homicídios”, diz o documento do governo. A Ouvidoria Agrária Nacional vai coordenar esse grupo.

A portaria prevê o “remanejamento de famílias expostas a situações de instabilidade”. Foi o que ocorreu no assentamento Terra Vista, em Arataca, na Bahia. O embate ali envolveu MST versus MST. Vinte famílias dissidentes foram obrigadas a deixar o local por discordar da forma de exploração do projeto. O Incra teve que desapropriar outra terra, em Nova Galícia, e acomodar esse grupo. Essas famílias tiveram que deixar suas roças e benfeitorias.

### **MST ligado a quase todos os conflitos**

O ouvidor agrário, Gercino José da Silva Filho, afirma que esses desentendimentos provocam prejuízos para quem tem que deixar tudo para trás. — É uma situação que preocupa muito. Não há recursos, hoje, para essas despesas. Essas pessoas querem garantia de sobrevivência e, até agora, não há como indenizá-las — disse Gercino. O ouvidor explicou que, com a criação desse grupo, o governo irá destinar recursos para esses gastos.

Gercino afirmou que a família é removida e, até virar assentada novamente, volta à condição de acampada, vivendo embaixo da lona e dependendo de cesta básica. Principal movimento na luta pela reforma agrária, o MST está envolvido em quase todos os conflitos entre assentados. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos, acusa o MST de ser o vilão dessa história. Ele afirmou que o adversário não respeita quem montou primeiro o acampamento próximo da área a ser desapropriada.

— Um grupo chega à área, acampa, reivindica a desapropriação junto ao Incra, que inicia a vistoria. Aí, vem o pessoal do MST e tenta tomar o acampamento desse outro movimento.

É um problema muito sério — disse Manoel.

O presidente da Contag citou um exemplo de conflito que ocorre neste momento: a Usina de Catende, em Pernambuco, onde funciona a autogestão de trabalhadores de vários movimentos. Fora desse empreendimento, o MST já ocupou a terra quatro vezes. Hoje, há militantes do MST dentro dessa área.

— Nós, dos movimentos sociais, já temos inimigos demais. Não deveríamos brigar entre a gente — afirmou o dirigente da Contag.

A coordenadora de Reforma Agrária da Fetraf, Maria da Graça Amorim, por sua vez, critica o MST e a Contag de investirem contra suas terras. Graça reconhece que há problemas no interior dos assentamentos, e os atribui às dificuldades de relacionamento.

— Nos assentamentos, tem gente de toda natureza, com costumes, crenças e religiões diferentes. Tem gente que briga com o outro porque o porco fuça na roça dele. Porque, em vez de criar bode, cria boi. Não é fácil construir a coletividade — admite Maria da Graça.

A diretora da Fetraf apontou como problema a demora do governo em criar infraestrutura e condições de plantio para os assentados, que ficam parados, no assentamento, até que essas condições sejam garantidas.



Segundo ela, para alguns deles, a vida no acampamento era melhor que a de assentado: — O governo assenta, mas leva dois anos para instalar a casa e garantir o crédito. Isso tudo gera ociosidade, e mente desocupada é oficina do satanás.

O GLOBO procurou a direção do MST por intermédio de sua assessoria de imprensa. Foi informado de que seus dirigentes não iriam comentar os conflitos entre assentados nem as críticas da Contag e da Fetraf. Um dos líderes da bancada ruralista, Abelardo Lupion (DEM-PR), atribui essa disputa entre movimentos a tendências políticas.

— Isso é briga por terra e dinheiro.

É preciso impor regras para esse pessoal, que não se mata só entre eles, mas atinge também outras pessoas, que não têm nada a ver com a história — acusou Lupion.

Para o deputado Raul Jungmann (PPS-PE), ex-ministro do Desenvolvimento Agrário do presidente Fernando Henrique (PSDB), a culpa é do governo, que não seleciona devidamente os beneficiários do programa: — O processo de seleção de famílias foge ao controle. Todo mundo quer terra e acesso ao orçamento público. E essa briga está gerando morte. É preciso harmonizar.

**Invasões e mortes** – Evandro Éboli – O Globo – O País – 12/11/2007

#### **INVASÕES DE TERRA NO GOVERNO LULA**

**(primeiro semestre de cada um dos cinco anos dos dois mandatos do petista)**

Dados do governo sobre as invasões mostram que houve uma trégua do MST com a gestão Lula no segundo semestre de 2006, período da campanha eleitoral.

O recorde de invasões do MST foi em abril de 2004, quando foram registradas 109 invasões. O “abril vermelho” teve o maior volume de ocupações dos treze anos em que a Ouvidoria contabiliza os números.

A Ouvidoria Geral Nacional registrou 34 mortes no campo nos seis primeiros meses de 2007. Dezenove delas ainda estão sendo investigadas e quinze não ocorreram por causa de conflitos agrários.

**MST intensificou invasões este ano** – Evandro Éboli – O Globo – O País – 12/11/2007

Deputados da bancada ruralista querem que ministro da Justiça justifique falta de ação da Polícia Federal BRASÍLIA. Assegurada a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua posse para novo mandato, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) intensificou as invasões no país em 2007. O balanço da Ouvidoria Agrária Nacional revela que o número de ocupações nos primeiros seis meses — 215 invasões — só foi inferior, nos cinco anos da gestão Lula, ao mesmo período de 2004, quando foram registradas 230. Naquele ano, os sem-terra promoveram o “abril vermelho”, mês recorde do volume de ocupações nos 13 anos que a Ouvidoria contabiliza os números. Em abril de 2004, os sem-terra promoveram 109 invasões.

A trégua do MST com Lula começou no segundo semestre de 2006, período da campanha eleitoral. O número de ocupações foi pífio e a Ouvidoria contabilizou apenas 81 invasões entre julho e dezembro do ano passado. Se comparado com o primeiro semestre deste ano, a diferença é de 134 a menos.

Das 215 ocupações ocorridas entre janeiro a junho de 2007, 161 invasões, que representam 75% desse total, foram realizadas pelos militantes, sem-terra e acampados do MST. No mandato do petista, os primeiros semestres registraram os seguintes números de invasões: 117 (2003), 230 (2004), 127 (2005), 185 (2006) e 215 (2007).

Outra demonstração de que as invasões aumentaram este ano é que o volume de ocorrências nos meses de janeiro (35 invasões), fevereiro (33 invasões) e junho (21 invasões) foi superior a esses mesmos períodos nos outros quatro anos. Março apresentou o segundo maior registro, com 27 ocupações, e abril, com 74 invasões, é inferior apenas ao “abril vermelho”.

Os relatórios da Ouvidoria Agrária, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o balanço das ocupações, não eram divulgados há sete meses. O ouvidor agrário, Gercino José da Silva, disse que a greve dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ocorrida no meio do ano, impediu a apuração e confirmação das invasões.

Irritados com o volume de invasões ocorridas este ano, os deputados da bancada ruralista decidiram convocar o ministro da Justiça, Tarso Genro, para que justifique suposta falta de ação da Polícia Federal nas ações do MST. A assessoria parlamentar do ministro e os deputados da base do governo que integram a Comissão de Agricultura da Câmara, um espaço ocupado majoritariamente por ruralistas, não conseguiram evitar a aprovação de sua convocação.

Tarso chegou a convidar esses grupo para uma audiência no ministério.

— Eu não vou. Não sou menino de recado do ministro. Ele que venha aqui dar, em público, as explicações devidas — reagiu o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), autor do requerimento de convocação de Tarso Genro, que está obrigado a comparecer ainda este mês à audiência com os parlamentares.

Autor do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, o ouvidor agrário afirma que o padrão de violência está diminuindo. Ele diz que o Estado está mais presente nas regiões de conflito e cita como exemplo a criação de varas agrárias federais e estaduais, promotorias agrárias e delegacias e ouvidorias agrárias regionais.

A Ouvidoria registrou 34 mortes no campo no primeiro semestre, mas 19 delas ainda estão sendo investigadas e 15 foram não-decorrentes de conflito agrário, ou seja, não foram na luta pela terra ou em confronto entre policiais ou jagunços contra os sem-terra.

## **MST encerra marcha no RS após acordo – Folha de São Paulo – Brasil – 13/11/2007**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE - O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) decidiu ontem encerrar a marcha rumo à fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul (315 km de Porto Alegre). A intenção era realizar um protesto na fazenda pela desapropriação das terras. A marcha começou em setembro e envolveu cerca de 3.000 sem-terra, segundo a Brigada Militar. O MST disse que o Incra se comprometeu a assentar 2.000 famílias em 2008.

**São Paulo supera PE e lidera ranking de invasões de terra** - Eduardo Scoles – Folha de São Paulo – Brasil – 16/11/2007

**Em 2007 ocorreram 80 invasões no Estado, das quais 71 foram articuladas pelo MST - Ouvidor agrário atribui o aumento dos conflitos ao avanço do cultivo da cana e aos problemas fundiários no Pontal do Paranapanema**

Dados do governo federal sobre o período que se estende de janeiro de 2000 a agosto de 2007 revelam que São Paulo ultrapassou Pernambuco neste ano e agora se transformou no Estado com o maior número de invasões de terra do país desde que a Ouvidoria passou a quantificar invasões e assassinatos no campo, em 2000.

Em terras paulistas houve 315 ações no período 2000-2007, contra 297 em Pernambuco, segundo dados da Ouvidoria Agrária Nacional tabulados pela **Folha**. Alguns fatores contribuíram para a ultrapassagem de São Paulo. Um deles é a diminuição gradativa das ações em Pernambuco, que o ocupava o topo do ranking até junho passado.

No final de 2004, por exemplo, Pernambuco liderava com folga -205 ações, contra 127 em São Paulo. Até então, a média pernambucana era de 3,41 invasões por mês -em abril de 2004, por exemplo, foram 76 ações no Estado. De janeiro de 2005 a agosto de 2007, porém, essa marca caiu 16% (para 2,87 ações/mês). Já São Paulo, no mesmo período, viu sua média avançar 178% -de 2,11 para 5,87 invasões/mês.

Pernambuco não apenas perdeu a liderança histórica das invasões, como, com só 14 ações até agosto, agora aparece na quinta posição no ranking de 2007, atrás de SP (80), BA (53), AL (32) e MG (20).

**Monocultura** - Para o ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho, o crescimento das ações em São Paulo está relacionado a dois fatores: áreas públicas estaduais na mão de fazendeiros e o avanço da monocultura da cana-de-açúcar no Estado.

"O crescimento das ocupações [em SP] é decorrente do fato de que na região do Pontal do Paranapanema há uma grande quantidade de áreas públicas estaduais ocupadas por fazendeiros, o que motiva a ação dos trabalhadores rurais", afirma. "[O avanço da cana-de-açúcar] é outro motivo que tem gerado as ocupações, um protesto que principalmente o MST faz pela plantação de cana", completa o ouvidor agrário, subordinado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Neste ano, entre janeiro e agosto, ocorreram 80 invasões em São Paulo, sendo 71 delas organizadas pelo MST -88% do total. Na linha do ouvidor agrário, o movimento afirma que esse avanço tem a ver com a política de incentivo aos biocombustíveis, como o etanol.

Gustavo Ungaro, diretor-executivo do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), afirma que a maioria das áreas invadidas são aquelas de atribuição federal, no caso, do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). "O aumento do número de

ocupações não é a melhor estratégia para obter esse apoio social que a reforma agrária merece ter", afirma Ungaro.

Sobre a queda das ações em Pernambuco, o ouvidor aponta o trabalho da superintendência regional do Incra.

Lá, entre 2000 e 2003, foram desapropriadas 95 áreas, uma média de 0,7 para cada invasão. Já no período que vai de janeiro de 2004 a junho de 2007, com a desapropriação de 169 imóveis rurais no Estado, a média subiu 161% -1,83 área para cada invasão de terra. A superintendência do Incra ficou nas mãos de Maria de Oliveira entre julho de 2004 e maio de 2007. Antes de assumir o cargo, ela havia atuado como adjunta de Gercino na Ouvidoria Agrária Nacional.

"Quando cheguei a Pernambuco havia 18 áreas emblemáticas, com assassinatos, prisões, trabalho escravo. Desencalhamos 12 delas, o que aliviou a tensão", disse Maria de Oliveira, citando a desapropriação de imóveis que integravam o complexo da usina Catende.

"A troca do governo do Estado [Jarbas Vasconcelos, do PMDB, por Eduardo Campos, do PSB] também contribuiu no distensionamento dos trabalhadores rurais", completa a ex-superintendente regional do órgão.

**MST diz protestar contra avanço da cana em SP** – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 16/11/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O MST alega que o aumento do número de invasões de terra em São Paulo é uma forma de chamar a atenção do governo federal e da sociedade para o avanço da monocultura da cana-de-açúcar no Estado.

O movimento avalia que o incentivo à produção dos biocombustíveis tende a aumentar a concentração de terras e ampliar o lucro das empresas transnacionais, além de degradar o ambiente e piorar as condições de trabalho no campo.

"O avanço do latifúndio aliado ao agronegócio coloca uma contradição muito acirrada no campo. Terras que deveriam ser destinadas à reforma agrária atualmente são colocadas ao agronegócio", afirma José Batista, da direção nacional do MST em São Paulo.

"O investimento do agronegócio no Brasil, como no caso da cana, está concentrado em São Paulo. Não há geração de emprego, apenas condições precárias no corte da cana", completa o líder do MST.

Para o presidente nacional da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antonio Nabhan Garcia, o objetivo do MST é outro. "Esse pessoal do MST é muito esperto, porque

terra em São Paulo tem mais liquidez. É mais fácil para eles venderem depois. É claro que vai bater recordes. Quem não quer ter terra em São Paulo?"

O líder da entidade dos fazendeiros, com sede em Presidente Prudente (Pontal do Paranapanema), sugere que governo e Ministério Público investiguem o número de lotes de reforma agrária vendidos ilegalmente no Estado.

Antes concentradas na região do Pontal, as ações do MST agora estão espalhadas por todo o Estado, como nas regiões de Campinas, Andradina e Ribeirão Preto.

A promessa do MST é ampliar o número de ações no Estado. "Temos 4.000 famílias acampadas e vamos ter muita ocupação de terra por São Paulo", afirma Batista.

Sobre Pernambuco, o MST diz enxergar uma mudança na estratégia local. As invasões por lá estariam mais concentradas -ou seja, em vez de invadir dez áreas com cem famílias em cada uma, opta-se por uma única ação com mil famílias. (ES)

#### **Sem-terra invadem Incra em Fortaleza** – Estado de São Paulo – Nacional – 16/11/2007

Cerca de 200 sem-terra da Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Ceará (Fetraece), ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), ocuparam ontem a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Fortaleza. Os agricultores reivindicam a desapropriação da Fazenda Celidra, em Itaiçaba, a 130 quilômetros da capital. A líder da ocupação, Damares Pereira, diz que o Incra prometeu fazer uma vistoria na fazenda no início de dezembro. "Mas há dois meses eles também prometeram ir lá e não foram", afirma. Eles pretendem ficar no prédio até segunda-feira.

#### **Lavradores invadem incra em fortaleza** – Folha de São Paulo – Brasil – 16/11/2007

Cerca de 150 agricultores ligados à Fetraece (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará) invadiram ontem a sede do Incra em Fortaleza. A invasão aconteceu, segundo líderes do movimento, para exigir a desapropriação de uma fazenda considerada improdutiva em Itaiçaba (173 km da capital). O grupo quer que sejam assentadas 80 famílias na área.

**Área irrigada é disputada por MST e empresas – Folha de São Paulo – Brasil – 18/11/2007**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM LIMOEIRO DO NORTE - Terras do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, na divisa do Ceará com o Rio Grande do Norte, são disputadas por empresas de fruticultura, pequenos agricultores nativos e até pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Dos 5.400 hectares do perímetro já implementados, 2.600 estão sem cultivo algum.

Diante das terras ociosas e dos canais d'água que passam no meio delas, 160 agricultores que já foram irrigantes da área, mas que tiveram de entregar seus lotes para cobrir dívidas, ameaçam até invadi-las para começar a trabalhar.

Água não é problema na região, garantida pelo rio Jaguaribe, que foi perenizado pelo açude Orós. O que impede que as terras estejam sendo totalmente cultivadas é, para os agricultores, a especulação imobiliária, pois a área será beneficiada pela transposição do São Francisco.

"Um hectare de terra valia antes R\$ 40. Depois, já foi vendido por R\$ 1.400", disse José Maria Filho, da Associação dos Ex-Irrigantes do Projeto Jaguaribe-Apodi. "Essa terra é muito fértil. É só ter água."

Os 160 agricultores estavam entre os beneficiados do perímetro quando o projeto começou a ser implantado, no final dos anos 80. "A gente começou a colher muito, uma safra muito boa, mas não via o retorno", disse Luís Ferreira da Silva, 72, um ex-irrigante. "Foi então que descobrimos que a nossa cooperativa tinha feito uma dívida enorme e não pagou nada. Sem dinheiro para produzir, o jeito foi entregar as terras", disse José Maria.

O que antes eram lotes destinados a pequenos agricultores passou a ser de empresas, que só os utilizam parcialmente. "O perímetro, por si só, está irregular, pois não há controle algum sobre a posse dessa terra", disse o procurador Samuel Arruda. Ele solicitou à Justiça que o Dnocs faça a demarcação da área para estabelecer um novo espaço para os pequenos agricultores. Só 15 pequenos agricultores da área irrigável não entregaram suas terras, permanecendo com um lote de 7 hectares cada um.

**Plantação de eucalipto tinha mão-de-obra escrava no RS - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 20/11/2007**

**Porto Alegre** - Fiscais do Ministério do Trabalho encontraram 32 pessoas submetidas a condições desumanas de trabalho e sobrevivência em plantações de eucaliptos no município de Cacequi, a 400 quilômetros de Porto Alegre, na sexta-feira. O grupo foi transferido para um hotel na cidade, onde vai esperar o pagamento dos salários. Ontem, em um acordo com representantes da Delegacia Regional do Trabalho, o empregador prometeu levantar o dinheiro esta semana para quitar o débito.

Os fiscais e policiais federais e militares investigavam o caso desde terça-feira, quando receberam uma denúncia anônima. Na sexta-feira, foram ao local e encontraram homens e mulheres cortando árvores do nascer ao pôr-do-sol, em jornadas exaustivas e não remuneradas, situação que o ministério considera “análoga à de escravo”. Os alojamentos foram considerados insalubres, por falta de banheiros e condições mínimas de higiene, conforto e segurança.

A Delegacia do Trabalho informou que a empresa que contratou os trabalhadores tem sede no Paraná e é fornecedora de empresas do ramo ferroviário, mas não divulgou seu nome. Os troncos de eucalipto seriam usados como dormentes de trilhos. Se condenados pela Justiça pela exploração de trabalho escravo, os responsáveis podem pegar de 2 a 8 anos de prisão.

### **Coordenador do CIMI alerta para a situação dos Guarani-Kaiowá – Sítio Eletrônico da CPT – 20/11/2007**

O Mato Grosso do Sul vive uma situação contrastante. Mais de 20 milhões de cabeças de gado dispõem de 3 a 5 hectares de terra por cabeça. Já os índios Guarani-Kaiowá não ocupam nem um hectare por índio. A informação é do coordenador do Conselho Indigenista Missionário do Mato Grosso do Sul (CIMI/MS), Egon Heck, em entrevista para a revista IHU Online. Ele acredita que o plantio da cana-de-açúcar, em ascensão no Estado, irá piorar a vida dos indígenas que vivem na região. Além de expulsá-los de suas terras, a monocultura ainda utiliza sua mão-de-obra para trabalho escravo e aumenta o nível de violência. Atualmente, mais de 60% dos assassinatos de índios no Brasil acontecem no Mato Grosso do Sul e com os Guarani-Kaiowás. As terras desse povo são valorizadas pelos produtores da região. Elas produzem até 120 toneladas de cana-de-açúcar por hectare, enquanto as demais terras conseguem produzir de 70 a 80 toneladas. O povo Guarani-Kaiowá chegou a ocupar três milhões de hectares do atual território do Mato Grosso do Sul. Hoje, a área está reduzida a 40 mil hectares. Egon Heck também alertou para perigo de que os índios da Amazônia também percam suas terras, mas para a mineração. “O que os Guarani-Kaiowá vêm passando no Mato Grosso do Sul irá se repetir com vários povos da Amazônia, especialmente os que estão na área do projeto Calha Norte, que é a região em que existem mais jazidas minerais”, afirmou. Segundo ele, até as terras indígenas já demarcadas pela justiça serão utilizadas para a mineração.

**Sem-terra invadem prédio do Incra em Maceió** - Felipe Bächtold – Folha de São Paulo – Nacional – 20/11/2007

**Grupo ocupa ainda duas fazendas no interior; órgão diz que já providenciou reivindicações feitas pelo MTL**

DA AGÊNCIA FOLHA - Integrantes do MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) invadiram, na manhã de ontem, o prédio da superintendência do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Maceió e outras duas fazendas no interior de Alagoas.

Segundo o movimento de sem-terra, 600 manifestantes participam da ação na capital alagoana. O Incra diz, no entanto, que foram 150 membros.

Os integrantes do MTL protestam por mais crédito para os trabalhadores rurais e por melhorias na infra-estrutura dos assentamentos.

Em Viçosa (83 km de Maceió), 125 famílias participaram da invasão de duas propriedades, segundo os sem-terra.

**Reivindicações** - O Incra diz que o MTL apresentou reivindicações que já foram discutidas em uma reunião entre as duas partes, realizada há duas semanas.

A direção do órgão no Estado afirma ainda que já providenciou os pedidos feitos pelos sem-terra no último encontro. As reivindicações que não foram atendidas foram incluídas no orçamento do órgão para 2008, segundo a superintendência do Incra em Alagoas.

Eliane Silva, da coordenação estadual do MTL, diz, no entanto, que o Incra não deu garantias nas reuniões anteriores de que iria cumprir os pedidos dos sem-terra. O movimento critica a demora nas ações do órgão e pede que as melhorias sejam entregues ainda neste ano.

Devido à invasão, as atividades dos funcionários da unidade foram parcialmente paralisadas. O Incra afirma que não houve tumultos ou depredação durante a entrada dos manifestantes no prédio em Maceió.

No começo da noite de ontem, os sem-terra continuavam no edifício do órgão em Alagoas e se reuniram com a direção do órgão para negociar.



**Polícia prende suspeitos de extorsão a fazendeiros no PA** – Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Nacional – 20/11/2007

**Grupo, segundo investigadores, invadia fazendas e exigia dinheiro para desocupá-las - A LCP (Liga dos Camponeses Pobres), segundo os policiais, recrutava famílias pobres no sul do Estado para dar um caráter social às invasões**

Uma operação conjunta das Polícias Civil e Militar do Pará prendeu ontem 32 pessoas suspeitas de liderar bando que invadia fazendas na região sul do Estado e exigia dinheiro dos fazendeiros para deixar as propriedades.

O bando, que se intitulava LCP (Liga dos Camponeses Pobres), arregimentava famílias pobres de Redenção (921 km de Belém) para dar às invasões um caráter de movimento social, segundo a Polícia Civil. Há cerca de 400 pessoas acampadas em áreas invadidas pela LCP.

O delegado-geral da Polícia Civil do Pará, Raimundo Benassuly, um dos coordenadores da operação, disse que os líderes do bando estavam envolvido com roubo a banco e de cargas e também usavam as fazendas como base para as ações criminosas. Em outubro, fazendeiros da região relataram à Polícia Civil de Redenção e à promotoria de Justiça invasões de propriedades por grupos armados e encapuzados que se diziam da LCP. Segundo a Polícia Civil, a ação do bando era investigada desde setembro.

A Operação Paz no Campo, deflagrada ontem, tinha como objetivo cumprir 22 mandados de prisão de supostas lideranças do bando, além de cumprir mandados de busca e apreensão em nove fazendas no município de Santa Maria das Barreiras (1.091 km de Belém) -seis delas estavam invadidas.

Segundo o delegado Alberone Lobato, que é da Delegacia de Conflitos Agrários e participou das investigações, várias pessoas contra as quais não havia mandado de prisão decretado foram presas em flagrante por porte ilegal de arma. Foram encontradas mais de 40 armas irregulares de diversos calibres, algumas de uso restrito das Forças Armadas, e munição.

Além de pessoas supostamente ligadas à LCP, foi preso o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria das Barreiras.

"A LCP e o presidente do sindicato arregimentavam pessoas para invadir as fazendas e dar um cunho de movimento social. Havia na área mais de 70 pessoas armadas que queriam grilar a área e extorquir dinheiro dos fazendeiros", disse Lobato. Segundo o delegado, alguns dos integrantes do bando conseguiram fugir.

A reportagem não conseguiu localizar ontem representantes da LCP nem do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria das Barreiras. A **Folha** também não conseguiu falar com o presidente da Fetragri no Pará, entidade que reúne os sindicatos de trabalhadores rurais.

A Operação Paz no Campo reuniu 350 policiais civis e militares, além de agentes da Polícia Rodoviária Federal e soldados do Corpo de Bombeiros. Foram usados também quatro helicópteros. Segundo Lobato, como nem todos os 22 mandados de prisão foram cumpridos a operação continua hoje e não tem prazo para terminar.

**Grupo é achado em condições degradantes em madeireira** – Folha de São Paulo – Nacional – 20/11/2007

DA AGÊNCIA FOLHA - Um grupo de 29 pessoas, incluindo 3 crianças, vinha sendo mantido por pelo menos dois anos em condições degradantes por uma empresa madeireira, no interior de Cacequi (412 km de Porto Alegre), segundo a DRT (Delegacia Regional do Trabalho) do Rio Grande do Sul.

Eles trabalhavam em uma fazenda onde plantavam eucaliptos para a confecção de dormentes para ferrovias. No sábado, um homem fugiu e, após caminhar por dez horas, fez a denúncia à polícia. Uma força-tarefa formada por DRT-RS, Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Polícia Militar foi até a fazenda e constatou as condições em que o grupo vivia.

Segundo os depoimentos, eles dormiam em barracas de lona, não tinham banheiro e faltava comida, que era distribuída pelos empregadores em troca de seus salários. O nome da madeireira não foi divulgado, segundo a DRT, "para não atrapalhar as negociações".

O Ministério do Trabalho considerou a situação como de "redução à condição análoga a de escravo", crime previsto no Código Penal.

**General critica a retirada de agricultores de área indígena** – Folha de São Paulo – Nacional – 20/11/2007

DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS - O general José Benedito de Barros Moreira, secretário de Política, Estratégia e Relações Internacionais, afirmou ontem que as Forças Armadas vão ajudar na retirada de não-índios da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, mas disse que a remoção dos chamados arroteiros é um retrocesso para a integração regional.

"Se a Segurança Nacional tem por objetivo o desenvolvimento do país, nós entendemos que essa presença dos arroteiros na região, que já é bastante longa, venha a contribuir para a integração. Não é o caso, basicamente, de retornar ao estado tribal da chegada dos portugueses aqui. Então, uma das linhas que se pode perceber é que talvez a retirada dos arroteiros venha retroceder nessa integração regional", disse.

A desocupação da área, ainda sem data marcada, deve durar cerca de 130 dias e ocupar cerca de 400 homens, segundo planejamento do Ministério da Justiça e da PF. Em 2005, foi assinado decreto pelo qual a Raposa/ Serra do Sol terá área de 1,7 milhão de hectares exclusivamente para indígenas.

#### **MST invade outra área em Araçatuba** – Estado de São Paulo – Nacional – 22/11/2007

Cerca de 200 militantes do Movimento dos Sem-Terra invadiram ontem a Fazenda Aracanguá, em Araçatuba (SP), a terceira área ocupada na região desde o início do mês. Os invasores protestam contra a demora da Justiça Federal em concluir processos de desapropriação.

#### **Benditas foices que roçaram eucaliptos** – Frei Pilato Pereira – Sítio Eletrônico da CPT – 22/11/2007

Foices não roçam sozinhas, então é preciso dizer benditas mãos que foram erguidas ao céu empunhando bandeiras, ao som de gritos e canções em defesa da terra, da água e de tudo o que Deus criou. Benditos trabalhadores que, no dia 16 de outubro de 2007, deixaram suas casas e, com suas foices, ferramentas de trabalho, foram defender o amanhã, o futuro do planeta e da humanidade - o MST realizou no Rio Grande do Sul dois atos de protestos contra as monoculturas de eucaliptos em Santana do Livramento e na região de Bagé. Parece estranho dizer que alguém foi defender o futuro da humanidade com uma foice nas mãos. Também parece estranho o que se lê no Evangelho quando Jesus de Nazaré disse aos fariseus que queriam ver seus discípulos calados: “Se eles se calarem, as pedras gritarão” (Lc 19,40).

Tivemos o histórico ato das mulheres no dia 8 de março de 2006. Onde elas arrancaram mudas de eucaliptos como a mãe que arranca o espinho que faz doer a carne do filho indefeso. Aquela ação acordou a sociedade para a questão das monoculturas de plantas exóticas. Mas as multinacionais da celulose, com apoio do governo gaúcho, tentaram calar todas as vozes de denúncia contra essas monoculturas no Rio Grande do Sul. O governo do estado realizou ações fortes e severas para garantir o ambicioso projeto das papeleiras multinacionais. E alguns já pensavam que o fato estava consumado e que não tinha mais volta. Mas quando achavam que a voz profética tinha sido calada, eis que as foices gritaram, roçando caminhos para a vida.

Com medo das foices e dos que não temem a opressão, o governo da Yeda mandou sua polícia com todo seu aparato de guerra para agredir e prender os trabalhadores que lá estavam apenas roçando com suas foices para resgatar a terra aprisionada pela ambição. Junto com a polícia estava também a imprensa de plantão para registrar um fato político de direito constitucional como ato criminoso.

E o chefe da polícia disse na imprensa que agiram contra o crime, prenderam os criminosos que danificaram o patrimônio alheio. Concordamos que este é o papel da polícia. Então, deveriam prender os donos, gerentes, diretores das papeleiras multinacionais que estão danificando o Pampa gaúcho com suas monoculturas de plantas exóticas. Pois crime mesmo é fazer monocultivos de eucaliptos, porque provocam terríveis e irreparáveis

danos ambientais e sociais. Por serem desenvolvidos no modelo de monocultura, esses plantios geram poucos empregos e causam a perda da biodiversidade. Os eucaliptos, por exemplo, consomem grande quantidade de água e provocam enorme desequilíbrio ao ambiente natural. A experiência que temos no Brasil, no estado do Espírito Santo, é que a indústria de celulose, além de devastar a mata nativa, também expulsou muitas comunidades de suas terras. E naquele estado já secaram centenas de córregos e nascentes de água. É apenas um pouco das conseqüências destas monoculturas. E quem não vê que isto é crime?

E a polícia deveria prender também a dona Yeda Crusius por sua conivência e cumplicidade com o crime organizado das indústrias de celulose no Rio Grande do Sul. São elas que estão cometendo crime contra o patrimônio do povo gaúcho e não podemos ser cúmplices disso. As futuras gerações poderão herdar uma Pampa mais pobre que esta que nós herdamos de nossos pais. Poderão herdar os campos desertos virados em tocos de eucaliptos, sem cavalos e sem tropas. Uma terra sem vida para germinar a semente, para fazer florir o trigo e produzir o pão. Se é isto que queremos deixar de herança para nossos descendentes, então fiquemos de braços cruzados. Mas, do contrário, se queremos preservar a vida com justiça e paz, então devemos continuar a luta contra as monoculturas e as indústrias de celulose.

E se tentarem calar as vozes que clamam contra os desertos verdes, as foices gritarão. Não é isso que queremos. Desejamos que os ouvidos do entendimento e do diálogo se abram para escutar as diversas opiniões da sociedade e assim construirmos caminhos alternativos para um outro desenvolvimento. Que seja um desenvolvimento economicamente viável, político-socialmente justo e ecologicamente sustentável.

**Frei Pilato Pereira** é membro da CPT e do Serviço de Justiça, Paz e Ecologia da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos.

### **Operação “Paz no Campo” tortura trabalhadores no Pará – Sítio Eletrônico do MST – 22/11/2007**

Torturas, agressões físicas e prisões de trabalhadores, esse foi o resultado de mais uma ação violenta realizada conjuntamente pelo Exército, polícias Militar e Civil e outros órgãos públicos no estado do Pará. As ações fazem parte da “Operação Paz no Campo”, e teria como objetivo atuar frente a milícias armadas na região. No entanto, as entidades denunciam a criminalização dos movimentos e das lideranças populares.

As denúncias foram feitas depois que integrantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Programa Estadual de Proteção de Defensores de Direitos Humanos recolheram depoimentos de trabalhadores, que relataram prática de tortura por parte dos policiais que atuaram em uma das áreas do complexo Forquilha, em Santa Maria das Barreiras, no sul do estado.

Os trabalhadores foram submetidos a espancamentos, socos, pauladas, ripadas, chutes, afogamentos e sufocamentos com um saco plástico para que revelassem a existência de armas em seu acampamento. Os lavradores só foram encaminhados a exame de corpo delito, no dia 21, por insistência das entidades.

De acordo com o advogado da CPT no Pará, José Batista Afonso, a ação seria uma resposta do governo do estado a uma solicitação dos fazendeiros do sul do Pará. “Foi uma ação para atender aos interesses do latifúndio da região”, diz.

A ação foi realizada em duas frentes. A primeira delas na sede da Fazenda Estrela de Maceió, em Cumarú do Norte, extremo sul do estado, onde a Polícia Federal apreendeu munição e armas de grosso calibre. O local – um imenso latifúndio – já havia sido denunciado pela própria CPT como base de uma organização criminosa, acusada de pistolagem e de assassinatos de trabalhadores rurais.

No entanto, a ação “Paz no Campo” contou com outra frente, essa composta por policiais militares e civis, que ocorreu em Santa Maria das Barreiras, no “Complexo da Forquilha”. Lá um forte aparato policial – com cerca de 200 policiais portando armamento pesado e até helicóptero – implantaram um verdadeiro terror nas áreas ocupadas por trabalhadores. Segundo José Batista a polícia chegou na região sem nenhuma determinação judicial e não fez nenhuma diferenciação entre quem tinha e quem não tinha envolvimento com o crime. 150 pessoas; muitas foram brutalmente torturadas.

A operação “Paz no Campo” foi desencadeada na manhã de segunda-feira, dia 19. Segue abaixo nota de entidades e movimentos sociais paraenses repudiando a violência cometida durante a ação.

#### **NOTA PÚBLICA**

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura- FETAGRI, A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos-SDDH, A Comissão Pastoral da Terra, CPT e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Redenção, entidades regularmente constituídas que lutam por direitos humanos e pelo direito à Terra, vêm à público apresentar a seguinte denúncia:

Cumpramos ressaltar inicialmente que as entidades e militantes pela reforma agrária sempre defenderam e reivindicaram ações por parte do Estado para coibir a ação da pistolagem e grupos paramilitares que agem no campo.

Dessa forma qualquer operação que vise este objetivo terá o apoio da sociedade civil e das instituições democráticas deste Estado.

Foi com surpresa, portanto, que os representantes das entidades acima mencionadas estiveram na cidade de Redenção e ouviram relatos e denúncias feitas por trabalhadores rurais acerca da atuação da polícia por ocasião da chamada Operação “Paz no campo” que teria como objetivo atuar frente a milícias armadas na região.

Na verdade foram feitas duas operações: A primeira em Cumarú do Norte, na sede da Fazenda Estrela de Maceió, de propriedade da família Araújo Lima, com a apreensão pela Polícia Federal de muitas armas de grosso calibre, inclusive fuzis HK 47, AR 15, Pistolas 40 e 9mm, Escopetas Calibre 12 e mais de dois mil cartuchos. Em tal ocasião foram presos dois funcionários da fazenda enquanto várias outras fugiram.

A outra parte da ação ocorreu em Santa Maria das Barreiras em uma outra área chamada “Complexo da Forquilha”, que é formada por várias fazendas, que por sua vez foram ocupadas por vários grupos. Alguns desses grupos formados por trabalhadores sem terra e por um outro grupo de grileiros, que já foi denunciado por ligação a uma milícia armada da região.

Segundo vários relatos, mais de duzentos policiais e um helicóptero participaram das ações nesse complexo que resultaram na detenção de mais de 150 trabalhadores rurais e 25 prisões de lavradores por suposta formação de quadrilha.

Segundo diversos depoimentos colhidos por integrantes do Programa Estadual de Proteção de Defensores de Direitos Humanos e por representantes de entidades na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Redenção, um grupo de policiais, que atuou em uma das áreas do Complexo Forquilha, torturou barbaramente vários lavradores para que estes revelassem a existência de armas em seu acampamento.

Estas torturas foram praticadas mediante espancamentos, socos, pauladas, ripadas, chutes, afogamentos e sufocamentos com um saco plástico. Relataram ainda que receberam ofensas e muitos foram detidos arbitrariamente. Não foram ouvidos e foram encaminhados a exame de corpo delito, por insistência das entidades subscritoras, somente em 21 de novembro de 2007.

Outros relatos dão conta de que muitas mulheres e crianças não podem sair da área onde foi feita a operação (Forquilha) e as dezenas de trabalhadores expulsos dali não podem voltar ao local para pegar seus pertences.

Causa espanto ainda a prisão de Nivaldo Pereira Cunha, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria das Barreiras, que se encontrava ameaçado e escoltado 24 horas por dia por policiais militares desde Agosto de 2007. Nivaldo já havia sofrido neste ano de 2007 dois atentados e foi um dos autores das denúncias contra estas milícias armadas.

Em que pese a experiência dos militantes das entidades subscritoras em diversas situações envolvendo violência policial, os acontecimentos da Fazenda Forquilha superam em muito outros relatos de atrocidades que infelizmente são comuns nas salas de atendimentos destas entidades.

As instituições policiais de nosso Estado terão nosso apoio quando atuarem no combate à violência no campo como ocorreu na operação na Fazenda Estrela de Maceió. Mas não aceitamos excessos e arbitrariedades, criminalização de defensores humanos e a tentativa de igualar movimentos sociais legítimos às ações de grupos oportunistas e violentos que muitas vezes são patrocinados por fazendeiros e grileiros que agem impunes por todo o Estado.

Ante o exposto, exigimos: ações de combate à pistolagem e milícias armadas em todo o Estado; investigações de todos os atos de violência praticados contra trabalhadores sem terra e lavradores; a apuração das situações de ameaça e assassinatos de defensores de direitos humanos em nosso estado; apuração das denúncias de tortura contra lavradores da Fazenda Forquilha. A imediata libertação de Nivaldo Pereira Cunha e o fim da repressão e criminalização de movimentos e lideranças sociais legítimas.

Redenção-PA, 21 de novembro de 2007.

**Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos**

**Comissão Pastoral da Terra**

**Federação dos Trabalhadores na Agricultura**

**STTR de Redenção**

**Blitz vê trabalho infantil em fazenda de laranja** – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/11/2007

Crianças colhendo laranja, ausência de registro em carteira de trabalhadores e homens sem equipamentos de segurança foram algumas das irregularidades encontradas em blitz do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e do MPT (Ministério Público do Trabalho) em fazendas no interior de SP.

Em uma lavoura em Engenheiro Coelho (144 km de capital), seis crianças - com idade de 11 a 15 anos- foram localizadas trabalhando na colheita de laranjas, disse o procurador Dimas Moreira da Silva, do MPT, que participou da fiscalização. Segundo Silva, foi a primeira vez que ele localizou crianças nos últimos dois anos trabalhando em propriedades rurais.

O menino de 11 anos contou à equipe de fiscalização que veio de Minas Gerais, junto com o pai para trabalhar na lavoura, após abandonar os estudos.

Na mesma propriedade, cerca de 60 trabalhadores não tinham registro em carteira e a blitz constatou falta de equipamentos de segurança às equipes de trabalho.

"Normalmente a gente encontra uma ou outra irregularidade. Mas neste caso estava tudo irregular, disse Roberto Figueiredo, coordenador do grupo estadual de fiscalização rural do MTE.

O comprador das laranjas, Ismael de Oliveira, fez acerto trabalhista com as crianças e assinou um termo de compromisso no qual declarou que não permitirá mais a contratação de menores de 16 anos. Ele foi autuado. A reportagem não conseguiu localizá-lo ontem. A equipe percorreu nove fazendas na região de Mogi-Guaçu (172 km de SP) e encontrou ao menos 400 trabalhadores sem registro.

**Sem Terra ocupam área símbolo do agronegócio em Andradina, SP** – Sítio Eletrônico do MST – 23/11/2007

Na manhã de hoje, 100 trabalhadores rurais Sem Terra ocuparam a fazenda Bacuri, no município de Suzanópolis, região de Andradina, noroeste de São Paulo. A área de 200 alqueires é considerada a “secretaria” do agronegócio, pois organiza a distribuição de agrotóxicos e gerencia o cultivo de cana-de-açúcar na região.

Por conta do caráter simbólico da fazenda Bacuri, os Sem Terra estão sendo ameaçados de despejo desde o início da manhã.

Segundo a coordenação regional do MST, a ocupação da fazenda Bacuri tem quatro objetivos principais. O primeiro é denunciar os impactos sociais e ambientais causados pelo agronegócio, que contribui para o aprofundamento de desigualdades. O segundo é protestar contra a opção do governo em financiar este modelo excludente em detrimento da realização de uma verdadeira Reforma Agrária no país.

A ocupação pretende também lembrar o assassinato do Sem Terra Valmir Mota de Oliveira, o Keno, ocorrido há um mês no Paraná. Keno foi morto por membros de uma milícia contratada pela empresa multinacional Syngenta Seeds, num episódio que demonstra a violência do agronegócio contra organizações de trabalhadores.

Por último, os Sem Terra exigem que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) providencie urgentemente áreas para assentamentos. A região de Andradina enfrenta dificuldades com o Poder Judiciário, que se opõe à Reforma Agrária e demora anos para oficializar as imissões de posse de áreas já desapropriadas e pagas pelo Incra, descumprindo assim a lei complementar 76/93, que prevê um rito sumário.

Há quinze áreas que já possuem os títulos da dívida agrária depositados e as imissões de posse assinadas, porém suspensas pelo Tribunal Regional Federal (TRF), nos municípios de Castilho, Andradina, Sud Menucci, Pereira Barreto, Mirandópolis, Itapura e Araçatuba.

#### **Outras ocupações**

A fazenda Pendengo, em Castilho, permanece ocupada desde 8 de novembro. Ontem, as famílias Sem Terra saíram da fazenda Ipê, também em Castilho, ocupada na segunda-feira, dia 19.

#### **Lei Complementar 76/93**

A Constituição Federal de 1988, determina em seu artigo 184, caput: “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social (...)”.

A Lei Complementar 76/93 determina que o processo de desapropriação deve seguir um rito sumário, ou seja, tramita de maneira a garantir rapidamente, após o pagamento dos títulos da dívida agrária, a imissão de posse que formaliza o assentamento da Reforma Agrária.

#### **Sem-Terra Invadem Fazenda em São Paulo – Folha de São Paulo – Brasil – 24/11/2007**

Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram ontem uma fazenda em Susanópolis (SP). Segundo o grupo, cerca de cem agricultores entraram na propriedade, usada para o agronegócio. Um dos objetivos era protestar para que o Incra providenciasse áreas para assentamento. A PM afirmou que aguardava possível decisão da Justiça.

#### **Fiscais flagram até crianças em fazendas – Estado de São Paulo – Nacional – 25/11/2007**

Fiscais do Ministério do Trabalho e procuradores do Ministério Público do Trabalho encontraram cinco crianças de 12 a 16 anos trabalhando em condições precárias em laranjais de Mogi-Guaçu (SP). Grupo de 64 adultos também trabalhava em condições degradantes. Dez fazendas foram fiscalizadas e os donos autuados por irregularidades trabalhistas, entre as quais o peso das sacas - 30% maior que o permitido. Em Olímpia, também no interior de São Paulo, foram encontrados 20 trabalhadores morando havia uma semana em um ônibus velho e trabalhando sem registro.



**Fazendas de Beira-Mar vão para sem-terras** - Evandro Éboli – O Globo – O País – 25/11/2007

Secretaria Antidrogas vai vender ao Incra 56 propriedades que pertenceram a traficantes e onde havia atividades ilegais

BRASÍLIA. Incorporadas ao patrimônio da União, fazendas e propriedades rurais que estavam nas mãos de traficantes de drogas e foram usadas para atividades como refino e comércio de cocaína vão passar para a reforma agrária. Um convênio entre a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) permitirá a compra das fazendas e seu repasse aos sem-terra. No total, são 56 áreas. E as primeiras destinadas para assentamento têm dono conhecido: o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar. As terras, ponto de tráfico em Goiás, passarão para 23 famílias de sem-terra. O termo de cooperação entre Senad e Incra já está pronto e deve ser assinado nos próximos dias.

Atualmente, a legislação destina à reforma agrária apenas as terras onde a polícia encontra plantações de maconha. A lei se esqueceu das áreas usadas pelo tráfico. Por isso, elas seguem para a Senad, órgão pouco estruturado e sem condições de tomar conta das propriedades. As áreas pertencem ao Fundo Nacional Antidrogas (Funad), única fonte de recurso da secretaria.

A Senad não poderia doar as terras ao Incra, assim chegou-se à solução de venda.

O acordo será um bom negócio para os dois lados. Para a Senad, dona das terras, vai ser vantajoso porque a venda por leilão poderia não assegurar preço justo pela propriedade que já foi de traficante. E o Incra vai pagar o preço estimado por seus próprios técnicos. Quando desapropria terras de fazendeiros, o órgão tem que brigar na Justiça com os proprietários, que costumam considerar o valor da avaliação baixo.

O secretário Nacional Antidrogas, general Roberto Uchôa, classificou essa solução como “ovo de Colombo”: — O acordo conciliou interesses de várias partes. A nossa, do Incra e dos sem-terra.

O acordo livra a Senad de um problema. Com 80 funcionários, todos lotados em Brasília, o órgão não teria condições de leiloar as terras e nem administrá-las. Uchôa admite também que não seria fácil achar comprador para terras que pertenceram a traficantes.

**Terras são próprias para plantio e bem localizadas** – O Globo – O País – 25/11/2007

Presidente do Incra festeja a aquisição, que pode tirar Secretaria Antidrogas do vermelho

BRASÍLIA. Para o presidente do Incra, Rolf Hackbart, a aquisição das terras é um bom negócio, por serem produtivas e estarem localizadas em estados como Goiás, São Paulo, Paraná e Pernambuco, propícios ao plantio.

— São fazendas em áreas de terra de boa qualidade e onde os imóveis são caros. Propriedades pertencentes ao tráfico e que cumprirão uma função social — disse Hackbart.

O Incra já está de olho nas terras da empresa Mariad Exportações e Importações, em Juazeiro, na Bahia. A empresa era do colombiano Gustavo Duran Bautista, traficante preso com 485 quilos de cocaína, e que mandava a droga para a Europa no fundo de caixas de frutas produzidas no Vale do São Francisco.

O negócio com o Incra pode tirar a Secretaria Antidrogas do vermelho. O orçamento do Funad este ano é de R\$ 8,5 milhões.

Apenas uma das fazendas de Beira-Mar tem preço estimado de R\$ 2,8 milhões. Os recursos do fundo têm que ser usados em ações de prevenção às drogas, como campanha em escolas.

— Temos sério problema de caixa — disse o general Roberto Uchôa, chefe da secretaria. Para a diretora da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Goiás, Sandra do Carmo, que atuou no acordo entre Incra e Senad, a parceria vai ajudar na solução do problema de falta de terras para a reforma agrária.

— É mais uma alternativa para os sem-terra, que ficam anos vivendo em acampamentos.

### **Em áreas férteis, à espera do assentamento** - Evandro Éboli – O Globo – O País – 25/11/2007

Fazendas em Goiás estão ocupadas por 23 famílias de sem-terra; região é rica na produção de soja, milho e feijão

#### **Enviado especial**

PARAÚNA (GO). De uma terra maldita — utilizada como entreposto para cargas de cocaína do megatraficante Fernandinho Beira-Mar — a fazenda Descanso Ponte de Pedra está prestes a ser considerada abençoada por um grupo de 14 famílias de semterra.

O imóvel, de 606 hectares, vai virar assentamento da reforma agrária para 52 pessoas — entre adultos e crianças — que hoje estão ocupando parte da área, à espera da assinatura do termo entre Incra e Senad.

A fazenda fica na região de Paraúna (a 250 quilômetros de Goiânia). O terreno é rico e fértil, no Sudeste de Goiás, e um dos celeiros de produção de soja, milho e feijão do estado. Outra fazenda de Beira-Mar, a Fatura, na mesma região, com 145 hectares, também será destinada à reforma agrária. Nesta, vivem nove famílias de trabalhadores rurais, que agora esperam ter a posse definitiva do imóvel.

Desde que a Polícia Federal assumiu a posse da fazenda em 2001, os sem-terra, que viviam acampados nas proximidades, estavam de olho no imóvel. Foram três invasões até este ano.

Há seis meses os sem-terra, ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), ocuparam a terra pela última vez e agora pressionam para que o acordo seja fechado entre os órgãos do governo.

Nas outras duas vezes que ocuparam a área, em 2003 e 2005, foram despejados pela PF com ordem judicial.

A fazenda Descanso funcionava como depósito de cocaína.

Trabalhadores da região contam que, no auge do tráfico, carros de luxo circulavam na área.

Onde havia terra batida para REFORMA AGRÁRIA: Imóvel, por onde circulavam carros de luxo no auge do tráfico, funcionava como depósito de droga, pouso de avião, hoje é mato. Há duas casas, uma que era sede e outra onde residiam funcionários.

Há um galpão enorme, que seria utilizado como hangar.

Não se sabe se a área foi usada para refino da cocaína ou guarda de estoques da droga.

**Sem-terra têm 140 cabeças de gado numa das fazendas** Os acampados montaram doze barracos e vivem da produção de 400 litros de leite por dia, vendido para o laticínio de um assentamento próximo.

Eles têm 140 cabeças de gado. A área tem uma represa e um curral, tudo da época de Beira-Mar. Na região, Adilson Pereira Cardoso, coordenador do acampamento, não anda sozinho. Vive cercado por pelo menos dois de seus companheiros. Já foi ameaçado de morte e acredita que essas ameaças tenham como procedência gente ainda ligada ao traficante. Adilson sonha com a posse da terra.

— Foram muitos anos de lona em beira de estrada, invasões e despejos com violência.

Os acampados vivem em clima de confronto com Jerônimo França, depositário fiel do imóvel e que está na área desde que a Polícia Federal o tomou. Jerônimo vive com a mulher na casa que era a sede e entrou na Justiça para não ser mais depositário da terra. Disse que quer de volta o dinheiro que investiu.

Adilson e sua turma querem Jerônimo fora da área.

A terra estava no nome de laranjas até a Justiça determinar o repasse da área para o governo federal. O relatório de vistoria do Incra avaliou a Descanso em R\$ 2,8 milhões. O outro imóvel de Beira-Mar, a Fartura, foi avaliado pelo Incra em R\$ 647 mil: R\$ 129 mil as benfeitorias e R\$ 518 mil a terra nua.

### **Nunca fomos tão participativos** - Ermínia Maricato – Agência Carta Maior – 26/11/2007

Algumas reflexões sobre os movimentos sociais urbanos por ocasião da realização da 3ª Conferência Nacional das Cidades, que acontece até o próximo dia 29 de novembro, em Brasília.

*O único ponto de partida possível para uma esquerda realista nos dias de hoje é um registro lúcido de sua derrota histórica.*(Perry Anderson)

Antes de classificar a frase de Perry Anderson excessivamente pessimista, peço ao leitor ou à leitora para fazer algumas reflexões que extravasem cada pequeno mundinho que ferve de tanta atividade participativa, mas que, no entanto, não tem praticamente efeito sobre o capitalismo global ou até nacional. Explico melhor, usando o raciocínio de Paulo Arantes: nunca a esfera da política esteve tão cheia e, ao mesmo tempo, tão vazia. Do Banco Mundial, passando pela Banco Itaú e um número incontável de ONGs, a participação democrática está em todas as agendas envolvendo, de preferência, também os pobres da periferia.

No World Urban Fórum, que teve lugar em Vancouver, em 2006, a representante do Banco Mundial foi uma das mais fervorosas defensoras da participação democrática em uma mesa redonda denominada Poverty Alliviation and Participation. Certamente, a diretora do Bird se referia à participação dos moradores na busca de soluções para aplicar de forma eficiente, e sem corrupção, os poucos recursos destinados a melhorar a rua, a casa ou o bairro, local de moradia da comunidade. Não passava pela sua cabeça incentivar a participação dos pobres urbanos no debate sobre a gigantesca transferência de recursos

públicos para a esfera financeira por meio do pagamento de juros da dívida pública, como acontece em países periféricos como o nosso. Ela não deve ter pensado, tampouco, quando teceu tantos elogios aos processos participativos, que eles pudessem tratar dos recuos nos investimentos em políticas sociais levados a efeito em tantos países pobres do mundo, durante 27 anos, por inspiração do próprio Bird ou do FMI.

Mas essa possibilidade, de debater temas estruturais, é longínqua não apenas para a diretora do Bird, mas também para a maior parte dos movimentos sociais e ONGs que se multiplicam no Brasil e no mundo, guiados pela hegemonia do “participativismo”. É evidente que esses movimentos estão ocupados com problemas importantes como gênero, raça, meio ambiente, saneamento, habitação etc, mas, aparentemente, nos ocupamos em buscar melhores condições de vida, compondo um cenário dividido e fragmentado, tomando a parte pelo todo, contidos nos limites de um horizonte restrito, sem tratar do presente ou do futuro do capitalismo. Desistimos de fazê-lo.

Se de um lado é preciso reconhecer que o fim do capitalismo ou qualquer forma de socialismo não estão nos esperando na próxima esquina, é preciso reconhecer, de outro, que não há explicação para a ausência de estudos, textos e reflexões que ajudem a nos situarmos no mundo (fora da esfera acadêmica). O neoliberalismo não foi uma evolução natural do mundo, como querem fazer crer, mas uma construção ideológica e programática persistente e vitoriosa. A promessa neoliberal de corte nos gastos públicos não se realizou nos países centrais, mas, ao contrário, os gastos sociais aumentaram (especialmente sob Thatcher e Reagan) devido ao desemprego. Explicando melhor, as políticas sociais sofreram cortes e foram desmontadas, assim como muitos sindicatos e partidos, mas os gastos não diminuíram. Há muitas evidências como estas, de que a construção teve muito de ideológica.

Apropriando-se da reestruturação produtiva do capitalismo propiciada pelo avanço tecnológico, o neoliberalismo causou um impacto no mundo que teve o efeito de um tsunami. No Brasil, podemos constatar tanto o meio rural quanto o urbano revolucionados. O que restava de território ainda não subsumido à atividade propriamente capitalista até 30 anos atrás está em franco processo de incorporação. Basta acompanhar o que acontece nos Estados do Centro-oeste, em Rondônia ou no Pará. Perdemos a oportunidade de fazer a Reforma Agrária (embora ela deva ser afirmada sempre e sempre devido a objetivos sociais e ambientais) e a grande propriedade ganha uma nova força, reafirmando a grande propriedade com o papel que a globalização nos delegou no mercado internacional: produtores de grãos, carne, madeira, minérios, celulose e álcool.

Nas cidades, embora o caráter da mudança não tenha sido tão acentuado, sua profundidade foi devastadora. A diminuição do crescimento econômico a partir de 1980, o desemprego massivo e o recuo das políticas sociais conformaram um cenário de tragédia em que não faltaram a volta das epidemias, a emergência de uma violência até então desconhecida nas áreas urbanas, a explosão do crescimento de favelas, a multiplicação de “menores infratores” e crianças abandonadas, entre outras mazelas. O Estado não se tornou mínimo como prometia a receita neoliberal, ele simplesmente mudou. Como destaca R. Kurz, a ampliação do mercado corresponde à ampliação do Estado. Os cortes nas políticas de transporte, habitação e saneamento, por exemplo, que impactaram profundamente as

idades, foram acompanhados por transferência massiva de recursos públicos para a esfera financeira privada por meio do pagamento dos juros da dívida.

Essas poucas referências sobre a mudança por que passamos não estão na ordem do dia dos movimentos sociais, ou dos milhares de pontos que compõem esse universo participativo, com exceção do MST. Apesar de todas as dificuldades, o MST não deixa de estar na ofensiva, cuidar da renovação de quadros e lideranças, discutir democraticamente seus passos e, acima de tudo, conservar-se independente ainda que apoiado, em parte, em recursos públicos e doações internacionais. O MST é alimentado pela forte prioridade que é dada à formação política ou educação. A importância dada à informação, que contraria o que parece ser o senso comum, revela o lugar essencial ocupado pela comunicação. Observá-lo nos ajuda a perceber que há grandes diferenças entre os processos participativos e também entre os grandes movimentos sociais no Brasil.

Muitos desses cuidados não estão sendo observados em todos os chamados movimentos urbanos. A renovação ou ampliação de lideranças poderia ser mais valorizada, assim como o surgimento de novos movimentos. Os processos pedagógicos ligados à identidade e compreensão científica e ideológica do mundo têm sido esquecidos. Nota-se uma atração muito forte pelo espaço institucional ou pela institucionalização de práticas participativas, como se isso constituísse um fim em si.

É evidente que algum controle social sobre o Estado constitui uma experiência fundamental para o aprendizado dos movimentos sociais, assim como também é importante ampliar as conquistas por demandas sociais. Ao contrário do que pensam muitos intelectuais que vêem ali um desprezível reformismo, as conquistas de reivindicações concretas imediatas são alimento essencial para qualquer movimento reivindicatório de massas. Mas é preciso entender o que é o Estado em sua complexidade, especialmente numa sociedade como a nossa, patrimonialista e desigual. Seu poder de cooptação e mesmo de corrupção parece imenso. O rumo seguido em anos recentes pelo Partido dos Trabalhadores, quase restrito à prática eleitoral e institucional, comprova isso. Não sendo possível a cooptação, a anulação do outro tem sido a alternativa em qualquer conflito que envolva classes dominadas. A história do Brasil é que permite tais generalizações aparentemente radicais. Não se trata, portanto, de ignorar a luta por espaços institucionais por via eleitoral ou qualquer outra via, mas de dar a ela a devida dimensão no processo de construção de um outro mundo marcado por outras relações sociais. Esse raciocínio vale para quem está fora ou dentro do aparelho de Estado.

Entretanto, o cenário não está completo. Essas críticas são precoces e incorretas se não reconhecermos que os chamados movimentos urbanos lograram uma condição rara no Brasil se comparado a outros países do mundo: uma certa unidade em torno do ideário da Reforma Urbana, o qual poderíamos sintetizar em direito à cidade e à cidadania para todos, em especial os excluídos territorialmente. Essa reunião de movimentos, federações de sindicatos, associações profissionais e acadêmicas e ONGs, muito dos quais participam do Fórum de Reforma Urbana, contabiliza muitas conquistas ao longo dos últimos 20 anos: alguns capítulos na Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade em 2000, a MP 2220 em 2001, a criação do Ministério das Cidades em 2003, as conferências nacionais das Cidades em 2003, 2005 e 2007, um Programa Nacional de Regularização Fundiária, inédito

em nível federal em 2003, o Conselho Nacional das Cidades em 2004, a lei federal que institui o marco regulatório do Saneamento Ambiental em 2005, a Lei Federal dos Consórcios Públicos em 2005, a Lei Federal do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social em 2005, a instituição do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social em 2006, a Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo, um PL (atualmente no Congresso) que visa instituir um marco regulatório da mobilidade urbana, e o PAC da habitação e do saneamento, em 2007. Essa relação, extraordinária, mostra a força da organização e da unidade desse movimento. Boa parte dessas conquistas foi impulsionada pelo Ministério das Cidades e pelo Conselho das Cidades a partir de 2003, mas é preciso lembrar que estas instituições foram, elas mesmas, conquistas sociais.

Embora os principais movimentos sociais não tenham deixado de realizar ocupações de imóveis ociosos que descumprem a Constituição brasileira e fazer amplas manifestações de rua, sempre ignoradas pela grande mídia, essa lista de ganhos que ocuparam um lugar central nas lutas sociais, é forçoso reconhecer, tem, talvez, um acento demasiadamente “juridicista” e institucional. E além dos aspectos já mencionados da tradição clientelista que caracteriza a relação do Estado brasileiro com os de baixo, eternamente dependentes de favor, é preciso lembrar a tradição arbitrária de aplicação da lei no Brasil.

Não foi por falta de leis que a maioria da população brasileira foi excluída da propriedade formal da terra, durante toda a história do Brasil, seja no campo ou na cidade. Um cipal de leis, decretos, resoluções, registros e cadastros seguiu-se à instituição da propriedade privada da terra no Brasil, a partir da Lei de Terras de 1850. Muitas iniciativas e também a ausência delas serviu para confirmar a relação entre poder e propriedade da terra ao longo dos últimos 200 anos. Até mesmo a gigantesca fraude que permitiu a apropriação privada das terras devolutas teve formatos institucionais variados. Os movimentos sociais devem lutar por novos marcos jurídicos, mas é preciso ter em conta que isso está muito longe de assegurar conquistas reais, como estamos testemunhando com a quase nula aplicação dos instrumentos mais importantes do Estatuto da Cidade, seis anos após sua promulgação. Apesar da força e da unidade dos movimentos urbanos, o secularmente almejado acesso à terra concretamente pouco avançou nesses anos de conquistas institucionais. Esse parece ser o ponto de honra da elite brasileira: conservar os pobres na ilegalidade quando ela mesma se apropriou ilegalmente da maior parte do patrimônio em terras públicas. As raízes da explicação estão muito fundas.

Da mesma forma, não há que se criar ilusões sobre o Plano Diretor instituído por lei municipal. Sua elaboração permite aos participantes conhecer a cidade, entender as forças que a controlam. Seu processo participativo permite incorporar sujeitos ao processo político e ao controle (sempre relativo) sobre a Administração e a Câmara municipais. No entanto, é preciso não perder de vista a natureza desse poder municipal que inclui, entre suas maiores forças, a especulação imobiliária (nem sempre se trata de capital, mas sim de patrimônio mesmo). É preciso lembrar sempre da distância imensa que separa discurso da prática entre nós. Invariavelmente, os textos dos PDs são sempre muito bem intencionados, afirmando uma cidade para todos, harmônica, sustentável e democrática. A implementação do Plano, entretanto, tende a seguir a tradição: o que favorece alguns é realizado, o que contraria é ignorado. E os esquecidos continuam esquecidos caso não estejam lá para ressaltar suas necessidades, sem a ilusão de desenhar a cidade de todos ou a cidade dos nossos sonhos.

As mudanças globais, a crise política e partidária no mundo, o governo Lula com seus avanços e recuos, e a história recente das lutas urbanas no Brasil sugerem que estamos no fim de um ciclo. Entendermos a imensa transformação que é devida ao capitalismo internacional, entender o Brasil e a América Latina deve merecer a mesma atenção que é dada à agenda das ações cotidianas, sejam elas institucionais ou não, locais ou não. Estudar as determinações mais gerais, internacionais, regionais e nacionais não irá prejudicar as ações cotidianas, mas, ao contrário, deverá fornecer o necessário contexto de referência.

Nas lutas específicas ou urbanas, embora novas leis devam entrar na agenda (aí está o controverso PL 20 que pretende legalizar os loteamentos fechados), está na hora de enfrentar as forças que resistem à implementação dos marcos legais conquistados, incluindo aí, especialmente, judiciário, legislativos, executivos, Ministério Público e Cartórios de Registro de Imóveis. Entender porque essas instituições resistem em aplicar o Estatuto da Cidade significa entender a sociedade brasileira. Esse processo que valoriza a ação pedagógica forma sujeitos críticos.

Finalmente, vale a pena lembrar que a questão ambiental parece ser a única via de enfrentamento do capitalismo no mundo atual. Embora parte do movimento ambientalista desconheça a realidade empírica (social e territorial) e se oponha a muitas das propostas que os movimentos ligados à Reforma Urbana defendem, em especial, no Brasil, a de regularização fundiária, é preciso insistir na busca da unidade daqueles que querem um mundo baseado em padrões de consumo menos predatórios, mais éticos, mais igualitários, mais humanos, mais sustentáveis. A dinâmica avassaladora do capital ignora totalmente esses valores, submetendo o mundo – territórios, sociedades, culturas, recursos naturais – ao fetichismo da mercadoria. Esse pode ser o caminho para superarmos a fragmentação que nos enfraquece. \*Ermínia Maricato é secretária-executiva na gestão de Olívio Dutra no Ministério das Cidades e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

#### **Deputados ignoram acordo entre Lula e indígenas – Sítio Eletrônico da CPT – 26/11/2007**

A Câmara dos Deputados ignorou o acordo firmado entre o governo Lula e indígenas e retomou a discussão do projeto de lei que regulamenta a exploração de minérios em terras indígenas. O pacto havia sido firmado a partir da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), composta por representantes de ministérios, índios e entidades indigenistas. Em junho deste ano, durante sua primeira reunião, a CNPI decidiu que a discussão sobre a mineração seria feita de acordo com o projeto de lei que cria o Estatuto das Sociedades Indígenas. Mesmo assim, a Câmara dos Deputados instalou, no último dia 7, uma comissão especial para discutir exclusivamente a exploração mineral. "Em vez de se criar uma comissão especial para discutir o PL (projeto de lei) do estatuto, criou-se uma somente para discutir a questão da mineração, obedecendo aos interesses das empresas mineradoras", afirmou Saulo Ferreira Feitosa, representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na CNPI.

As entidades indigenistas argumentam que após o projeto de lei da mineração ser aprovado, o PL do novo estatuto, em tramitação no Congresso há 16 anos, será abandonado. O Estatuto das Sociedades Indígenas trará benefícios a estes povos, já que

defenderá sua autodeterminação, que não está contemplada no Estatuto do Índio, de 1973. Além disso, com a nova legislação eles terão autonomia para tomarem suas decisões sem o intermédio da Funai e do governo. Ele também prevê outros direitos aos indígenas como demarcação de terras, educação, saúde, direitos autorais, entre outros. O deputado Eduardo Valverde (PT-RO) defende os trabalhos da comissão especial, justificando que o capítulo sobre regulamentação da exploração mineral é um dos entraves para a criação do Estatuto das Sociedades Indígenas.

### **Operação Paz no Campo tortura lavradores no sul do Pará – Sítio Eletrônico da Contg - 27/11/2007**

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri/PA) denunciou, em nota pública, violência contra trabalhadores e trabalhadoras na operação *Paz no Campo*, realizada no complexo Forquilha, em Santa Maria das Barreiras, sul do estado. A ação foi feita pelo Exército, polícias Militar e Civil e outros órgãos públicos para combater as milícias armadas na região. No entanto, vários trabalhadores rurais foram torturados barbaramente para que revelassem a existência de armas em seu acampamento.

Além da Fetagri/PA, assinam a denúncia a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Redenção (STTR). De acordo com a nota, o grupo não aceita "excessos e arbitrariedades, criminalização de defensores humanos e a tentativa de igualar movimentos sociais legítimos às ações de grupos oportunistas e violentos, que muitas vezes são patrocinados por fazendeiros e grileiros que agem impunes por todo o Estado". **\*Informações:** José Batista

### **Agricultores barram entrada do Incra no DF – Estado de São Paulo – Nacional – 27/11/2007**

Mais de 300 trabalhadores ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) bloquearam ontem a entrada da sede do Incra em Brasília. O objetivo é cobrar agilidade no cumprimento dos decretos de desapropriação. Os manifestantes prometem ficar no prédio até ser recebidos pela direção do instituto.



## **Via Campesina debate desafios para os movimentos sociais do campo – Sítio Eletrônico do MST – 28/11/2007**

A nova fase da organização da agricultura no Brasil, que tem como principal característica a aliança entre o capital financeiro e os latifundiários, demanda dos movimentos sociais, uma dura batalha nos próximos anos. Essa é uma das reflexões presentes na I Plenária da Via Campesina Brasil, que acontece em Goiânia, Goiás. A plenária começou na manhã do dia 27 e vai até sexta-feira, dia 30.

A plenária considerou outros pontos que retratam a conjuntura agrária brasileira. O controle de todas as cadeias agroalimentares e energéticas foi apontado como um desses pontos. Segundo a avaliação feita, atualmente as transnacionais exercem o controle, desde a produção de grãos, geralmente cultivados em monocultivo, até a produção do veneno usado dentro de um sistema integrado que só prejudica o pequeno agricultor. O agricultor se torna um simples empregado disfarçado.

Os participantes também discutiram o uso intensivo dos agroquímicos e as novas técnicas de controle. Faz parte desse debate a questão dos transgênicos. Hoje as transnacionais patenteiam sementes geneticamente modificadas, obrigando os camponeses a serem dependentes das empresas que fornecem as sementes, o adubo e os venenos, muitas vezes antes mesmo da plantação ser iniciada e sem nenhum laudo técnico. Isso sem falar dos danos ambientais provocados pela utilização dos transgênicos.

A mecanização pesada, em detrimento de mão de obra, e a predominância na produção de grãos, pela facilidade de especulação de preços e controle de estoque também foram apontados como pontos relevantes dentro da avaliação conjuntural.

**Água e o Capital** - A água também foi identificada como um bem natural mercantilizado. O que se convencionou como “hidronegócio” é mais uma forma de como o capital está se apropriando dos recursos naturais para a sua própria sustentabilidade.

Se antes os camponeses se utilizavam da água de forma livre para a irrigação de sua plantação, agora processo prevê um sistema de outorgas para o uso das águas brasileiras, gerenciado pelo Comitê de Bacias, como prevê a lei brasileira de recursos hídricos (Projeto de lei 9433/ 97), implantada no Governo Fernando Henrique Cardoso.

**Rio Madeira** - O projeto Rio Madeira, que envolve a divisa do estado de Rondônia com a Bolívia, é um exemplo de plano do Capital para o controle das águas brasileiras dentro da produção de energia.

São previstas a construção de uma hidrovía, que facilitaria o transporte das monoculturas produzidas, como a soja, além de quatro grandes hidrelétricas pra alimentação energética de grandes mineradoras. A fonte hídrica é mais barata e eles perceberam isso. O Madeira, dentro deste projeto, foi pensado não só pra atender a energia, mas o sistema de capital financeiro e as mineradoras que demandam muita energia. São 42 bilhões de investimentos iniciais para as multinacionais tomarem conta com energia a preço de custo.

Mais de 300 militantes de movimentos sociais como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), Federação dos Estudantes de Agronomia (Feab), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), além de outras organizações de povos tradicionais convidadas.

**Dirigente nacional do MST é baleado em ação de despejo em Limeira (SP) - Verena Glass - Carta Maior – 29/11/2007**

Gilmar Mauro (foto) e pelo menos mais dois integrantes do movimento foram hospitalizados após ação de despejo da tropa de choque em Limeira, a 154 km de São Paulo. A área em litígio, reivindicada pela prefeitura, pertence à União, afirma Inbra.

SÃO PAULO - Na manhã desta quinta-feira (29), uma ação de despejo da tropa de choque da Polícia Militar contra cerca de 250 famílias de sem-terra ligadas ao MST deixou vários feridos e destruiu barracos e lavouras em Limeira, interior de São Paulo. Um dos feridos foi o dirigente nacional do movimento, Gilmar Mauro, que teve a orelha praticamente decepada por um tiro.

Do hospital, para onde foi encaminhado com mais dois sem-terra – atingidos na cabeça e no pé –, Mauro afirmou que a ação foi uma “verdadeira operação de guerra”. “A tropa de choque sobrevoou o acampamento com helicópteros, jogou bombas em mulheres e crianças, feriu muita gente, foi um absurdo. Não sabemos ainda quantos foram atingidos, mas foi muita gente. Arrebentaram a minha orelha, sorte que ela ainda ficou presa na cabeça e pode ser costurada no hospital”, relata o dirigente do MST.

Até o início da tarde, depois de receberem da polícia um prazo de duas horas para retirarem todos os seus pertences do acampamento antes da destruição definitiva dos barracos, os sem-terra não sabiam ainda para onde seriam encaminhados, e estavam esperando a chegada do superintendente do Inbra do estado, Raimundo Oliveira, para resolver a situação. Já por volta das 16:00 h, cerca de 200 militantes do MST trancaram a Rodovia Anhangüera na altura do km 315, em Ribeirão Preto, em protesto contra a violência policial.

**Despejo irregular** - De acordo com Claudia Praxedes, membro da direção estadual do movimento, o terreno onde estava o acampamento (conhecido como Horto Florestal Tatu, mas que não é uma área de conservação ambiental), ocupada há sete meses, pertence à União e já está em processo de destinação, pelo Inbra, à reforma agrária. Segundo o MST, a reintegração de posse foi solicitada pela prefeitura de Limeira – que nunca deteve a posse da área, onde vinha despejando o lixo da cidade – e concedida na última terça (27).

A irregularidade da liminar foi reafirmada, ainda de acordo com o movimento, pelo próprio Inbra, que teria assegurado que o despejo não ocorreria e que até quarta buscou, sem sucesso, negociar com a Justiça e a Secretaria de Segurança do Estado.

Segundo a assessoria do órgão, a posição do Inbra é que, em pertencendo à extinta Rede Ferroviária Federal, o imóvel passaria automaticamente para posse da União e, em cumprimento ao Estatuto da Terra, teria de ser prioritariamente destinada à reforma agrária.

No final da tarde, o órgão divulgou nota onde reafirma a irregularidade da liminar de despejo e da atuação da prefeitura de Limeira no caso.

Leia a integra do comunicado do Incra:

1) O Horto Florestal Tatu está oficialmente em nome da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), conforme Registro de Imóveis, Matrícula 26.563;

2) A RFFSA foi extinta pela Medida Provisória 353, de 2007, sendo convertida na Lei 11.483, de 31/05/2007. O art. 2º, inciso II, da mesma Lei determina que o patrimônio da RFFSA seja automaticamente convertido para a União;

3) Em razão deste fato, o Incra solicitou este imóvel (não-operacional) para a União a fim de destiná-lo para reforma agrária, mediante o Ofício nº 1960/2007, de 21 de junho de 2007. Em resposta, a Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU/SP), conforme Ofício nº 392/2007, disse que o Horto Florestal Tatu está em processo de transferência para o Governo Federal e que isso ocorrendo não haveria nada que impossibilitasse a transferência do mesmo para o Incra;

4) Com base em um "Instrumento Prévio Regulamentador de Intenção de Venda e Compra", entre a prefeitura de Limeira e a RFFSA, de 22 março de 2005, que não se concretizou, a prefeitura solicitou reintegração de posse da área, que vinha sendo ocupada por movimentos sociais. A informação da não-concretização da venda é da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e RFFSA. O pedido de reintegração de posse da prefeitura foi protocolado na Justiça em 3 de maio de 2007. Foi com base neste contrato, que o juiz Flávio Dassi Vianna, da Vara da Fazenda Pública de Limeira, concedeu a imediata reintegração de posse do imóvel à prefeitura, em 22 de novembro de 2007;

5) Anteriormente à reintegração, o Incra tentou judicialmente intervir neste processo. A principal dificuldade, no entanto, residiu no fato de que o juiz não aceitou o Incra como parte do processo, já que o imóvel pertence à União. Mesmo assim, o Incra protocolou um pedido de deslocamento do processo para a Justiça Federal, em 15 de maio de 2007, o que foi acatado. Entretanto, o juiz federal substituto João Carlos Cabrelon de Oliveira declinou de sua competência, em 5 de outubro de 2007, e mandou voltar para a Justiça Estadual, em 5 de novembro de 2007;

6) Na data de hoje (29), um novo ofício da GRPU/SP , nº 941/2007, assinado pela gerente regional do Patrimônio da União no Estado de São Paulo, Evangelina de Almeida Pinho, declarou que não subsiste mais o instrumento prévio regulamentador de intenção de venda firmado entre a RFFSA e a prefeitura de Limeira e que o imóvel será destinado ao Programa Nacional de Reforma Agrária;

7) Com mais este elemento, por meio da Advocacia Geral da União (AGU), a União encaminhou nesta quinta-feira (29) o ofício acima citado ao juiz que determinou a reintegração de posse e entrou com uma medida judicial visando a afastar outras partes da questão, uma vez que o imóvel é indiscutivelmente da União. Além disso, pediu a imediata suspensão da liminar concedida até que se verifique a situação administrativa das famílias no Programa de Reforma Agrária. Solicitou também a transferência imediata do processo para a Justiça Federal;

8) Em razão dos conflitos decorrentes da atuação policial, na manhã desta quinta-feira (29), para a retirada das famílias, a direção do Incra está no local para acompanhar a situação. O Incra esclarece ainda que vem envidando todos os esforços possíveis para tentar reverter o processo de reintegração de posse.

### **Lei antiterror é reduzida para proteger movimentos** - Sônia Filgueiras – Estado de São Paulo – Nacional – 29/11/2007

O governo desistiu de encaminhar ao Legislativo amplo projeto de lei tipificando e detalhando o terrorismo e optou por desidratar a proposta inicial. O receio é que ações de movimentos sociais viessem a ser caracterizadas como atos terroristas.

Hoje, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), deve apresentar emenda a um projeto que trata da lei de combate à lavagem de dinheiro. A emenda governista enquadra o financiamento ao terrorismo como crime passível de prisão de quatro a 12 anos. Este ponto era um dos mais de 50 artigos do texto elaborado em 2006 sobre o tema, a partir de proposta discutida na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla)

### **PM usa bala de borracha em despejo de sem-terra** - Tatiana Favaro – Estado de São Paulo – Nacional – 30/11/2007

Tropa de choque foi acionada para remover 250 famílias em Limeira

Ao menos 800 pessoas foram retiradas ontem pela tropa de choque da Polícia Militar de três acampamentos do Movimento dos Sem-Terra (MST) localizados no Horto Florestal Tatu, em Limeira, a 151 quilômetros de São Paulo. Numa das ações, houve confronto entre policiais e sem-terra. O líder nacional do MST Gilmar Mauro, atingido por um tiro de bala de borracha, foi encaminhado à Santa Casa de Limeira. Segundo o MST, ao menos 20 pessoas ficaram feridas. O major da PM Wagner Facchini admitiu que a polícia usou balas de borracha e bombas de gás contra os manifestantes, mas não confirmou o número de feridos.

Líderes do movimento falaram em ao menos dez sem-terra detidos pela polícia. No fim da tarde, a informação da PM era de que não havia manifestantes presos.

Além de Gilmar Mauro, a Santa Casa de Limeira informou, por meio de assessoria, ter atendido outras duas pessoas que estavam no acampamento, mas eram casos de pressão alta.

Montado em abril deste ano, o acampamento Elizabeth Teixeira estava localizado em uma área de 5 mil metros quadrados pertencente à União. A reintegração de posse foi pedida em maio pela Prefeitura de Limeira, que disputa judicialmente com o governo federal a posse da terra. O juiz Flávio Dassi Vianna, da Vara da Fazenda Pública de Limeira, determinou a reintegração de posse à prefeitura na sexta-feira da semana passada.

A PM informou que líderes dos sem-terra na cidade foram avisados sobre a intervenção policial para a reintegração de posse na terça-feira. “É mentira, fomos avisados ontem (anteontem) à noite, por telefone”, reagiu Cláudia Praxedes, uma das coordenadoras do MST em Limeira. “O terreno nem é da prefeitura, como é que eles podem fazer isso, assim, de forma tão irresponsável?” A prefeitura informou, por meio de assessoria que, apesar de não ter pago pela terra, um termo de compra e venda foi suficiente para dar entrada no pedido de reintegração de posse.

**TENSÃO** - O primeiro acampamento, localizado à margem da Rodovia Anhangüera e com aproximadamente cem pessoas, foi desocupado por volta de 6h30, sem resistência, de acordo com informações dos manifestantes e da polícia. O clima ficou tenso quando os líderes do MST souberam da presença dos policiais e informaram ao comando que a desocupação do acampamento central, o maior dos três, com cerca de 600 sem-terra, seria mais difícil.

Por volta de 10h30, um helicóptero da PM sobrevoou o acampamento, enquanto no solo policiais militares entravam em choque com os sem-terra. “Os líderes do MST estão tentando tirar as pessoas feridas de lá e nem isso a polícia quer deixar”, disse Francisco Paulino Alves, líder sindical em Campinas, que ajudava os moradores da ocupação. A polícia nega que tenha impedido o socorro de feridos. A desocupação do terceiro acampamento ocorreu sem nenhum tipo de manifestação. Caminhões da prefeitura fizeram o transporte dos pertences dos moradores até um galpão no Horto Florestal.

**BLOQUEIO** - Em protesto contra a ação de despejo em Limeira, um grupo entre 150 e 200 integrantes do MST bloquearam a passagem de veículos entre os quilômetros 312 e 314 da Rodovia Anhangüera, em Ribeirão Preto, por pouco mais de uma hora, na tarde de ontem. O protesto dos sem-terra provocou congestionamento de aproximadamente três quilômetros na rodovia.

“O objetivo era mostrar nossa indignação com o fato ocorrido em Limeira, que foi uma falta de respeito à reforma agrária”, disse a integrante da direção estadual do MST Kelli Mafort. “Atingimos o que queríamos.” Os sem-terra bloquearam a pista principal, no sentido capital-interior, e depois a marginal, durante 30 minutos, sem deixar passar nenhum veículo. Cerca de 15 policiais militares e rodoviários acompanharam o protesto, que não registrou incidentes ou confrontos. **\*COLABOROU BRÁS HENRIQUE**

**Reintegração deixa mais de 20 feridos em Limeira, diz MST** – Mauricio Simionato –  
Folha de São Paulo – Brasil – 30/11/2007

**PM afirma que o uso da força policial foi necessária porque alguns acampados se negaram a cumprir a ordem judicial**

**Operação foi realizada para desocupar terreno de 5 km quadrados, que pertence à prefeitura; Incra, no entanto, diz que a área é da União**

Ação de reintegração de posse cumprida por 400 homens da Polícia Militar deixou pelo menos 20 pessoas feridas ontem em Limeira (151 km de SP), sendo cinco delas hospitalizadas, segundo o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que coordenava o acampamento. Para a PM, ninguém ficou ferido e apenas uma mulher desmaiou durante a operação. Ninguém foi preso. A Santa Casa de Limeira disse que feridos deram entrada no hospital, mas não soube informar quantos.

A ação foi feita por policiais da Tropa de Choque, Canil, Cavalaria e PMs de diversos batalhões do interior. Foram usados bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, gás pimenta e armas com balas de borracha. No momento em que se deu a reintegração, por volta das 10h, um helicóptero da PM sobrevoou o acampamento e atirou bombas de efeito moral e de gás. Um dos líderes nacionais do MST, Gilmar Mauro, teve a orelha atingida por uma bala de borracha. Ele deixou o local logo após a ação da PM. Ao menos 250 famílias ligadas ao MST estavam na área desde de abril deste ano.

A reportagem entrevistou cinco pessoas feridas por estilhaços ou que foram atingidas por balas de borracha. Uma delas, a missionária da Pastoral da Criança de Limeira, freira Ana Angélica, ficou ferida com um estilhaço de bomba na perna esquerda. Ela contou que estava no local com outros integrantes da Pastoral para retirar cerca de 80 crianças que estavam no acampamento, mas disse que a PM invadiu antes.

"As crianças ficaram apavoradas e choraram por causa da ação truculenta da PM. Algumas delas aspiraram gás de pimenta", disse a freira. Dezenas de barracos foram destruídos e alguns incendiados. Plantações de banana, mandioca, feijão e abóbora foram destruídas por tratores alugados pela prefeitura. O tenente Wagner Geromim Valente disse que o uso da força policial foi necessário porque alguns integrantes do acampamento se negaram a cumprir a ordem judicial de deixar a área.

"Fizemos o aviso sobre a ilegalidade de eles resistirem. Tivemos que fazer uso de armas químicas e de balas de borracha. O saldo foi positivíssimo. Apreendemos cerca de 600 armas de trabalho no acampamento, como facões, machados e foices." A oposição ao governador José Serra (PSDB) na Assembléia Legislativa vai encaminhar um ofício para cobrar explicações. A área total mede cerca de 5 km quadrados, segundo o tenente Valente. Mas nem todo o espaço estava invadido pelo MST. Em parte do local há um aterro sanitário.

O pedido de reintegração foi feito à Justiça Estadual pela Prefeitura de Limeira. A decisão foi dada favoravelmente na semana passada pelo juiz Flávio Dassi Vianna, da Vara

da Fazenda Pública da cidade. No entanto, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em São Paulo, informou ontem que a área pertence à União e que, portanto, a Justiça Estadual não poderia conceder reintegração de posse do terreno. \*Colaborou **JOSÉ EDUARDO RONDON**, da Agência Folha

### **Policial obriga fotógrafo a apagar imagem – Folha de São Paulo – Brasil – 30/11/2007**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM LIMEIRA (SP) - Durante ação de reintegração de posse ontem em Limeira, o repórter-fotográfico da Folha Rafael Hupsel registrou imagem de um policial militar sem a identificação obrigatória no colete e foi obrigado pelo próprio PM a apagar a foto da máquina.

O fato ocorreu quando um trator ameaçou passar sobre um chiqueiro com nove porcos. O policial exigiu que o repórter-fotográfico e o repórter da Folha apresentassem seus RGs, apesar de ambos estarem usando a identificação do jornal no pescoço.

O PM anotou os RGs e os nomes. A Folha gravou a discussão: "Você não vai divulgar isso aí, não. Dá aí sua identidade", disse o soldado ao fotógrafo. "Dá sua identidade. Você tirou foto minha. Você tirou foto do meu corpo e eu não autorizei você.

Eu processo você ou você apaga esta foto", disse. "Eu quero seus documentos. É para você aprender a saber trabalhar direitinho", e anotou nome e RG do fotógrafo.

Questionado pelo repórter por que não estava usando a identificação, respondeu: "Isso não cabe à sua pessoa", disse ele, que só então tirou a tarja do bolso e a recolocou na farda, de cabeça para baixo. O tenente-coronel Waldir Ferreira da Silva, um dos responsáveis pela operação, prometeu apurar o caso. (MS)

### **Sem-terra enfrentam polícia durante desocupação em SP – O Globo – O País – 30/11/2007**

Quatro integrantes do MST ficaram feridos no confronto

SÃO PAULO. Sem-terra ligados ao MST resistiram ontem a uma ordem de desocupação e entraram em confronto com policiais. Quatro pessoas ficaram feridas. O dirigente nacional do MST Gilmar Mauro quase teve a orelha arrancada na ação de reintegração de posse na zona urbana de Limeira, a cerca de 150 quilômetros de São Paulo. Ele levou dois tiros de borracha — o segundo na barriga — da tropa de choque da Polícia Militar, que fez o despejo das 250 famílias que ocupavam o Horto Florestal Tatu, uma área de 229 alqueires que já pertenceu à Rede Ferroviária Federal, e usada, com autorização judicial, pela Prefeitura de Limeira.

— Nunca tinha visto tamanha violência no estado em uma reintegração de posse. Um absurdo — disse Gilmar, hospitalizado e liberado algumas horas depois. — Depois da primeira bomba de gás, recuamos.

Não imaginávamos que viriam para cima. Primeiro, levei um tiro de borracha na barriga, que não me perfurou. Depois, enquanto corria, senti um calor na orelha e quando pus a mão percebi que estava sangrando.

Além de Gilmar Mauro outros dois dirigentes do MST foram feridos. Ari Albuquerque foi atingido por estilhaço de bomba de efeito moral no pé e Sebastião Albuquerque, por um tiro de borracha na cabeça.

Outros dois acampados foram hospitalizados, um deles por ter sofrido um enfarte.

### **Prefeitura responsabiliza MT por confronto**

A prefeitura divulgou nota oficial: “Sobre a alegação do MST de que há culpados no episódio, a Prefeitura de Limeira entende que os culpados são os dirigentes o Movimento que patrocinaram essa invasão. Ressaltese que, em abril último, o grupo já havia sido alertado que a iniciativa era ilegal. Porém, mesmo assim, o grupo fez ações que incluíram invasão de área particular nas proximidades, seguida da ocupação no Horto”.

Na nota, a prefeitura afirma ainda que já vinha tomando providências para que a área “invadida por pessoas que seriam do movimento dos sem terra” fosse desocupada. O MST fez duas ocupações no Horto Florestal Tatu. A primeira em abril e a última sábado passado.

A prefeitura pediu a reintegração de posse, que foi concedida pelo juiz Flávio Dassi Viana. De acordo com Cláudia Praxedes, dirigente estadual do MST, que estava presente no momento do despejo, os soldados chegaram derrubando alguns dos barracos e se recusaram a negociar com os semterra.

Houve confronto.

Até o começo da noite de ontem, as famílias ainda estavam no local. O Incra foi acionado, mas não conseguiu local para alojar as 250 famílias.

### **Savanização inevitável** - Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 30/11/2007

Combinação de aquecimento global e desmatamento é mais forte que Amazônia

A Floresta Amazônica é bem mais resistente do que se imaginava há até bem pouco, mas, ainda assim, será incapaz de resistir por muito tempo à letal combinação de aquecimento global e desmatamento. A conclusão está numa revisão de vários estudos sobre a mata publicada ontem na “Science”, sob a coordenação de Yadvinder Malhi, da Universidade de Oxford. Entre os estudos revisados para o artigo, alguns demonstram que a floresta desenvolveu mecanismos próprios, ao longo de milhares de anos, para sobreviver em áreas de clima mais seco ou mesmo para enfrentar períodos de seca. Raízes bem mais longas, capazes de buscar água a profundidades maiores, são uma das adaptações evolutivas.

— A região de Santarém, por exemplo, tem um clima mais seco e uma floresta exuberante. Estudos feitos ali revelam adaptações para existir em clima bem menos úmido — afirma o climatologista Carlos Nobre, do CPTEC/Inpe, integrante do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, e um dos autores do estudo.

— Outros estudos, na região do Pará, indicam que mesmo quando a floresta atravessa períodos de seca, muitas árvores demonstram uma resistência notável.

Além disso, um estudo ainda em andamento no Inpe, revela que o excesso de CO<sub>2</sub> na atmosfera (principal causa do aquecimento global) pode, inicialmente, ser benéfico para a floresta. Com mais CO<sub>2</sub> disponível, as plantas tendem a absorver mais desse gás, fundamental ao seu crescimento.



No entanto, nem todas as adaptações da floresta serão capazes de driblar a transformação de parte da Amazônia em campos, alertam os especialistas, se o aquecimento do planeta não for detido. Sobretudo, se a elevação das temperaturas for acompanhada por desmatamento e queimadas.

— Não é qualquer aumento de temperatura que vai acabar com a floresta. Ela tem mecanismos para sobreviver bem a uma pequena elevação da temperatura — diz Nobre.

— Mas há limites. A partir de quatro graus Celsius de aumento (cenário intermediário previsto para a região até o fim do século), o risco de savanização aumenta bastante.

#### **Devastação de 40% é o limite da mata**

Por outro lado, os cientistas constataram que com o desmatamento de 40% da floresta (a Amazônia já perdeu 15% de sua área original), o risco de savanização das demais áreas também aumenta bastante. As queimadas são um outro grave fator dessa equação letal, cujos efeitos para a savanização ainda não foram completamente compreendidos.

— Com incêndios e desmatamento, a resistência da floresta vai diminuindo ainda mais e o risco de savanização aumenta — alerta o especialista.

O grupo de Nobre no Inpe começa a estudar o impacto conjunto de desmatamento e aquecimento. Tenta ainda desenvolver parâmetros para medir o impacto dos incêndios florestais.

#### **Austrália: roqueiro será ministro ambiental – O Globo – Ciência – 30/11/2007**

País terá ainda mais uma pasta para cuidar somente das mudanças climáticas

SIDNEY. O ex-líder da banda de rock Midnight Oil, Peter Garrett, de 54 anos, será o novo ministro do Meio Ambiente, Patrimônio e Artes da Austrália. O músico, porém, não vai tratar de temas relacionados ao aquecimento global. O novo primeiro-ministro do país, o trabalhista Kevin Rudd, designou Penny Wong, de 39 anos, nascida na Malásia, para cuidar desta questão na recém-criada pasta de Mudanças Climáticas e Água. A equipe do novo governo da Austrália assume na próxima segunda-feira com a promessa de ratificar “o quanto antes” o Acordo de Kioto, que prevê metas para a redução das emissões de gases do efeito estufa.

Representantes do país já participam da reunião das Organizações das Nações Unidas sobre clima, que começa na segunda-feira, em Bali, na Indonésia, como defensores do acordo. Com a decisão, os EUA passarão a ser o único dos grandes emissores de CO<sub>2</sub> a não fazer parte do tratado.

Mas Garrett, que entrou para o Parlamento em 2004 com um forte discurso ambientalista, perdeu a chance de participar de um dos mais importantes debates atuais. A decisão de escolher um roqueiro para o pasta do Meio Ambiente está relacionada à própria trajetória do Midnight Oil. Criado em 1976, o grupo ficou conhecido por suas canções em defesa do meio ambiente e sua luta na defesa dos aborígenes.

O que funcionava num palco e em comícios de grupos de ecologistas parece não ter funcionado tão bem no diplomático ambiente político.

Segundo informações da imprensa local, sucessivas gafes cometidas por Garret durante a campanha o fizeram perder a parte mais preciosa de seu ministério.

**Paraná tem a maior bancada ruralista na Câmara** – Solange Engelmann – Sítio Eletrônico do MST – 30/11/2007

O Paraná é o estado que mais tem deputados federais que integram a chamada bancada ruralista da Câmara Federal. Juntamente com Minas Gerais, o estado sulista possui 16 deputados dos 116 que integram o grupo. Todos eles pertencem ao Partido Republicano (PR), ao DEM, PSDB, PPS, PP e PMDB. Entre os parlamentares, estão fortes referências do agronegócio do Estado, como Abelardo Lupion (DEM) e Odílio Balbinotti (PMDB).

De acordo com levantamento do Instituto de Estudos Socioeconomicos (INESC), a bancada ruralista é o maior grupo de interesse que existe no Congresso Nacional. O que esses deputados têm em comum é que afirmam que a reforma agrária é um desperdício de recursos. Tratam também a agricultura familiar como uma economia de subsistência sem função comercial.

As afirmações do INESC se refletem nas referências do agronegócio paranaense. Lupion foi o relator da CPMI da Terra, que aprovou documento considerando ocupações de terras realizadas por organizações civis como atos hediondos e terroristas. Já Balbinotti foi forte indicado para assumir o Ministério da Agricultura em Março deste ano, no lugar de Roberto Rodrigues. No entanto, seu nome encontrou forte resistência devido a denúncias que estão sendo investigadas no Supremo Tribunal Federal (STF). Com a negativa de Balbinotti, Reinhold Stephanes assumiu a pasta.

Para as organizações de Direitos Humanos, o mais recente caso ocorrido no Paraná, atribuído ao agronegócio foi o assassinato do trabalhador Valmir Mota de Oliveira durante ocupação de terra na área da multinacional Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste. No último dia 21 de Outubro, uma milícia armada atacou um grupo de camponeses, deixando o agricultor morto e mais cinco pessoas gravemente feridas.

Coordenador  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**

Diva de Faria

**oppa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**

